

**Letícia Miguel Teixeira**



**Universidade de Brasília  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós Graduação**

**2010**



**Universidade de Brasília**  
**Programa de Pesquisa e Pós Graduação**  
**da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

**Dissertação de Mestrado**

**O HABITAR POPULAR NAS PAISAGENS URBANAS**  
**TRADICIONAIS**

**Linha de Pesquisa:** Teoria, História e Crítica

**Mestranda:** Letícia Miguel Teixeira  
**Orientadora:** Ana Elisabete Medeiros

**BANCA**

---

**Dra. Ana Elisabete Medeiros (Presidente)**

---

**Dr. Andrey Rosenthal Schlee (Membro)**

---

**Dr. Renato Nunes Balbim (Membro)**

---

**Dr. Neio de Oliveira Campos (Suplente)**

**Brasília/DF**

**2010**

72.719

TEIXEIRA, Letícia Miguel.

*O Habitar Popular nas Paisagens Urbanas Tradicionais*  
Brasília. UNB. 2010.

Dissertação. Mestrado. Universidade de Brasília. 2010.

- 1- Arquitetura. Teoria e crítica
- 2- Patrimônio Cultural
- 3- Planejamento Urbano. Teoria e crítica

***[...]A coisa foi substituída por imagem; a imagem é frágil, gasta-se logo; as pessoas se acostumaram a se desfazer de coisas que ainda podiam servir, mas cuja imagem torna-se insuportavelmente batida. Descobriu-se que o consumo psicológico era infinitamente mais rápido que o consumo objetivo; basta apresentar um novo tipo de produto, e imediatamente o velho torna-se obsoleto, caduca.***

**ARGAN, (1996).**

Dedico este trabalho a todas as pessoas simples que conheci nos trabalhos que já realizei em "*paisagens tradicionais*". Pessoas estas que com a sensibilidade empírica que passa longe da academia contribuíram para preservação dos imóveis que habitam, e em conseqüência, para harmonia das cidades e fruição de toda sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço o Universo, que sempre conspira em nosso favor, incluindo a Providência Divina, pelos auxílios recebidos e mesmo as dificuldades, visto que essas últimas em muito contribuíram para o meu crescimento enquanto profissional e ser humano, pois fortaleceram a minha paciência, minha capacidade de ser criativa e inovar na busca de soluções para que o andamento do trabalho persistisse.

Ana Elisabete, Ana Baltar, Andrey Rosenthal, Arnaldo Pastor, Brasilmar Nunes, Carolina Baima, Cléo Oliveira, Daniele Fernandes, Endyra Russo, Fernanda Moraes, Fernanda Ludmila, Lourenço Pastor, Luzia Miguel, Itamar Teixeira, Nathan Belcavello, Sebastião Miguel, Viviane Amaral, Renato Balbim.

Muito obrigada

<b>SUMÁRIO</b>	07
<b>RESUMO</b>	08
<b>ABSTRACT</b>	09
<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>PARTE 1</b>	
<b>1.1 CONCEITOS TEÓRICOS BALIZADORES</b>	
1.1.1 TRADIÇÃO, MEMÓRIA, HISTÓRIA	17
1.1.2 COGNIÇÃO E O HABITAR	24
<b>1.2 PAISAGEM URBANA TRADICIONAL</b>	27
1.2.1 PATRIMÔNIO URBANO	28
1.2.2 PAISAGEM CULTURAL	40
1.2.3 PAISAGEM	45
<b>1.3 HABITAR POPULAR</b>	55
1.3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL POPULAR E IMATERIAL	56
1.3.2 HABITAR POPULAR PELO CONDICIONANTE ECONÔMICO	63
1.3.3 HABITAR POPULAR COMO EXPRESSÃO DE CONSUMO	76
<b>PARTE 2</b>	
<b>2.1 ESTUDO DE CASO DA PAISAGEM URBANA TRADICIONAL LAGOINHA - BELO HORIZONTE - MG</b>	84
2.2 A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM TRADICIONAL LAGOINHA	88
2.3 O HABITAR POPULAR DA PAISAGEM URBANA TRADICIONAL LAGOINHA	111
<b>PARTE 3</b>	
<b>CONCLUSÃO</b>	161
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	166

## **RESUMO**

A dissertação se propõe a refletir de maneira crítica sobre a influência do habitar popular na transformação das chamadas paisagens urbanas tradicionais. A primeira parte do trabalho discorre sobre a construção do arcabouço teórico que sustenta o uso destes dois termos, paisagem urbana tradicional e habitar popular, utilizando-se de investigações sobre tradição, memória, história, cognição, habitar. É também abordado em que contexto esses termos, paisagem urbana tradicional e habitar popular, são utilizados, e como eles se inter-relacionam com as definições de patrimônio evoluídas ao longo da história. Paisagem, cultura, consumo e condicionantes econômicos são conceitos também levantados e percorridos em defesa de se compreender o que é habitar popular e como ele intervém na transformação das paisagens urbanas tradicionais. A segunda parte procura por meio do estudo de caso da Lagoinha, em Belo Horizonte - MG, aplicar os conhecimentos abordados na conceituação teórica. A intenção é demonstrar como a transformação daquela paisagem tradicional está diretamente relacionada ao modo de habitar de seus moradores e usuários, e está refletida em fragmentos da paisagem observados nos edifícios que a compõe.

## **ABSTRACT**

The dissertation proposes a critical reflexion about the popular habitation influence over the transformation of the so called traditional urban landscape. The work's first part tells about the theoretical framework construction which sustains the use of both terms - "traditional urban landscape" and "popular habitation" - using the investigations over tradition, memory, history, cognition, inhabit. It is also approached in which context the terms "traditional urban landscape" and "popular habitation" are used and how they interrelate with the patrimony definitions evolved along the history. Landscape, culture, consumption and economic conditioning concepts are also listed and discussed in defense to comprehend what is the "popular inhabit" and how it interferes on the traditional urban landscape transformation. The second part takes the study of the Lagoinha's Case (Belo Horizonte - State of Minas Gerais) as a way to apply the knowledge approached on the teoretical conception. The intention is to demonstrate how the traditional landscape change is directly related to the way its inhabitants and users inhabit, and how it is reflected in the landscape fragments observed in its buildings.

## **INTRODUÇÃO**

As cidades são criações sociais, a todo tempo reconstruídas pela ação das pessoas que no cotidiano conservam, modificam e transformam o espaço onde vivem. O ambiente urbano é um produto social que interage reciprocamente nos seus processos de produção e permanência.

Chama atenção o fato de que sendo óbvio que as cidades são transformadas pelas pessoas que nelas habitam, há poucos estudos que se debruçam sobre a investigação de por que determinados grupos possuem posturas diferenciadas frente a situações bastante parecidas a que são colocadas, em especial sobre os processos de transformação dos edifícios que habitam ou de que são apenas proprietários.

A partir da década de 1990 aumentaram os estudos relativos à produção informal de favelas, cortiços e a autoconstrução na pós-ocupação de conjuntos habitacionais. Em uma necessidade mais que urgente, deveriam ser conhecidos os processos de formação de grande parte das maiores cidades brasileiras. No caso dos conjuntos financiados pelo capital público, o estudo fazia-se ainda mais premente, já que se relacionava à avaliação das políticas públicas habitacionais.

A busca por se extrair ao máximo a capacidade de ocupação que compense o alto custo da terra urbana bem localizada, assim como o próprio mercado da construção civil que necessita da destruição para dar espaço às novas construções, acarretam a sistemática substituição dos edifícios e outros elementos da paisagem no processo de desenvolvimento das cidades. O crescimento horizontal e espaçado forçou a adoção de políticas de expansão da malha viária como prioridades de governos, existindo uma extensa

bibliografia que se debruça na busca de um entendimento para as relações do mercado do solo urbano<sup>1</sup> e das políticas urbanas<sup>2</sup> na configuração das cidades. E a produção informal que também cresceu junto com esta expansão urbana, está nas periferias, nas favelas e em inúmeras outras partes da cidade, onde a necessidade do morar se alia aos desejos materializados nas construções.

Assim, há relativamente pouca investigação sobre outras influências que impactam as paisagens urbanas, além do mercado e das posturas políticas dos gestores públicos. Por outro lado, há também pouca investigação sobre outras formas de produção informal além das favelas. Ações de governo e a economia influenciam a criação social, mas há também características diretamente relacionadas à cultura e às tradições dos indivíduos que respondem de maneiras diferentes a estes estímulos do governo e do mercado. A produção informal está por toda cidade mas, especialmente nas paisagens urbanas tradicionais, levam à transformação que pode colaborar para a preservação ou destruição de importantes lugares que se destacam por

---

<sup>1</sup> HAMARD Jean Pierre **O preço do solo urbano** revista Invest nº 2, de Abril de 2005 disponível em [http://www.revistainvest.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=82:o-preco-do-solo-urbano-por-jean-pierre-hamard&catid=50:analiseopinio&Itemid=50](http://www.revistainvest.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=82:o-preco-do-solo-urbano-por-jean-pierre-hamard&catid=50:analiseopinio&Itemid=50)  
ABRAMO, Pedro. **Características de Funcionamento do Mercado Informal de Solo: uma perspectiva latino americana**. IPPUR / UFRJ Rio de Janeiro , disponível em [http://www.socialpolis.eu/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13&Itemid=199](http://www.socialpolis.eu/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13&Itemid=199)

FURTADO, Fernanda. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos. In: SANTORO, Paula (Org.). Gestão social da valorização da terra. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. Caderno Pólis, 9.

MONT MOR, Roberto, ALMEIDA Luiz Felype Gomes de. Formação e recuperação de “mais-valias fundiárias urbanas”: das esferas do debate ao caso do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A039.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A039.pdf)

QUEIROZ, Luiz César. *A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: (Org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

<sup>2</sup> MONT MOR, Roberto. As teorias Urbanas e o planejamento Urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina (org.). Economia Regional e Urbana – Contribuições recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. disponível in <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper35.pdf>  
**ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, Studio Nobel. 1997.

VILLAÇA, Flávio. *A Crise do Planejamento Urbano*. São Paulo em perspectiva. 1995. disponível em: [https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02\\_07.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_07.pdf)

guardar funções social, ambiental e cultural na perpetuação de uma tradição do habitar popular.

A função social atribuída a estas paisagens relaciona-se tanto à comunidade diretamente envolvida com a transmissão de uma forma de habitar que propiciou sua continuidade, quanto na capacidade de identificação do restante da população com os elementos intrínsecos a esta paisagem. A preservação destas áreas cumpre uma função social porque o coletivo a usufrui como espaço singular que apresenta características que já foram perdidas em outros lugares.

Do ponto de vista ambiental, a fruição de conjuntos urbanos tradicionais compostos de edificações de períodos históricos antigos permite uma diversificação do olhar, se comparado às formas de ocupação mais contemporâneas, que são por sua vez mais densas e caracterizadas por altos edifícios e outras imposições mais radicais do homem no sítio natural. Antigos parâmetros de ocupação com um maior percentual de terra livre e volumetrias mais térreas proporcionam refúgios e pausas do olhar sobre as cidades que a cada dia se tornam mais complexas e poluídas sobre vários aspectos, incluindo excesso de informações visuais.

Do ponto de vista cultural, as paisagens urbanas tradicionais designam conjuntos urbanos reconhecidos por sua expressão material e imaterial, sendo atribuída à expressão imaterial a caracterização das práticas do habitar que proporcionam a conformação da expressão material. A transformação e a preservação das paisagens - tradicionais por se perpetuarem no tempo - é obra desta cultura do morar.

Todavia, a despeito das funções social e ambiental, mas especialmente da cultural, as hipóteses levantadas, por este trabalho, são que ainda não há um conhecimento sobre o que influencia este habitar popular nas paisagens urbanas tradicionais. Talvez por esta questão não ser considerada relevante, ou talvez porque não exista em método racionalmente científico capaz de mensurar a expressão dos desejos e necessidades dos indivíduos - já adiantando aqui a importância destes dois fatores nos processos produtivos que envolvem o morar. Em consequência, este conhecimento sobre o habitar é pouco utilizado na formulação de políticas públicas e do planejamento urbano.

Acredita-se ter aí um problema, na medida em que as ações de planejamento sobre as paisagens urbanas tradicionais - que existem em diversas partes das cidades - serão falhas por não considerarem a totalidade de fatores influentes sobre sua dinâmica de transformação. Em consequência, o resultado do planejamento naquela paisagem não será o esperado e se refletirá inadequadamente no restante da cidade, em um encadeamento de fenômenos.

Um dos trabalhos iniciais do planejamento é o levantamento de dados e diagnóstico das condicionantes locais, onde são identificadas as estruturas atuais e o histórico dos processos que levaram àquela conformação de uso e ocupação da paisagem. Embora desconsideradas e não levantadas dentre os itens do diagnóstico do planejamento, as ações de modificação de edifícios realizadas por seus usuários se refletem no uso e ocupação do território.

O desafio aqui posto é identificar o que influencia estas ações de modificação e, para esta empreitada, serão analisados os processos de

transformação e permanência das paisagens urbanas tradicionais sob a influência das práticas do habitar popular. Parte-se do pressuposto que este habitar popular é marcado por duas principais características: a condicionante econômica e as práticas de consumo.

O método de trabalho utilizado nesta dissertação foi o de se iniciar, em uma primeira parte, com a apresentação de conceitos teóricos que se relacionam com a paisagem urbana tradicional e com o habitar popular. Estes conceitos foram dispostos de modo a se interconectarem com o propósito de trazer o entendimento sobre o que é e como se dá, a habitação popular nas paisagens urbanas tradicionais. Assim, as investigações iniciais debruçaram-se sobre os conceitos de tradição, memória, história, cognição e o habitar. Tanto para falarmos de paisagem urbana tradicional, quanto do habitar popular será tratada a evolução dos conceitos de patrimônio na cidade, na paisagem, na cultura popular e no saber imaterial. Ainda serão abordados os conceitos de paisagem e paisagem urbana para se desenvolver o que é paisagem urbana tradicional, bem como uma caracterização das expressões de consumo e condicionantes econômicos na investigação da produção do habitar popular.

Na segunda parte do trabalho, a apresentação do estudo de caso servirá de amparo para ilustrar as teorias e hipóteses lançadas. A paisagem tradicional selecionada para este trabalho integra o conjunto urbano do bairro da Lagoinha – Belo Horizonte, MG - um dos mais antigos e tradicionais da capital mineira. A apresentação da paisagem começará pela exposição de seu transcurso histórico, quando será enfatizado como os conceitos trabalhados enquadram o local dentro da conjectura colocada na primeira parte, ou seja,

como estes mesmos conceitos são identificados no processo histórico do habitar popular na paisagem urbana tradicional da Lagoinha.

Além da justificativa do enquadramento da Lagoinha como exemplar de paisagem urbana tradicional por meio da descrição dos processos históricos e culturais expostos no texto, também serão apresentadas fotografias dos perfis de fachadas de algumas edificações que expõe visualmente os tributos da paisagem construída pela ação do habitar popular. Os imóveis selecionados correspondem a edificações de vários períodos da história do bairro no século XX. A intenção de expô-los é tentar mostrar o processo de construção visual da paisagem por meio de sua composição fragmentada e de seus processos não homogêneos. O fragmento é utilizado aqui como elemento revelador da preservação e da transformação do habitar popular.

Para o diagnóstico da paisagem urbana da Lagoinha se utilizará também do recurso de analisar os processos de destruição e conservação de algumas edificações por meio da comparação de fotografias de três ou quatro períodos distintos. O estudo aqui se utiliza do método de leitura metonímica da paisagem com interpretação de alguns elementos e parâmetros apontados que possibilitem tais comparações. Como a escolha dos exemplares dependeu da pré existência de material fotográfico de vários períodos, este trabalho tratou apenas de 22 imóveis das ruas Itapeçerica e Além Paraíba. Neles puderam ser destacados os parâmetros de volumetria, cobertura, ornatos, vãos e outros elementos que se referenciam a algum estilo de época, onde as transformações dos edifícios deixam hipóteses sobre as intenções dos usuários de acordo com suas necessidades e aspirações.

Concluimos a dissertação fazendo uma análise crítica sobre que reflexões nos trazem as informações colocadas a respeito dos processos de transformação das paisagens urbanas tradicionais, por meio das ações dos indivíduos e grupos, caracterizadas como expressões do habitar popular. Em que medida essas reflexões podem ajudar a fundamentar futuras diretrizes para o planejamento urbano, tendo em vista os próprios limites que a dissertação levanta sobre a intervenção do Poder Público na garantia das qualidades ambiental, social e cultural presentes nas paisagens urbanas tradicionais.

## PARTE 1

### 1.1 CONCEITOS TEÓRICOS BALIZADORES

#### 1.1.1 TRADIÇÃO, MEMÓRIA, HISTÓRIA

Tradição é um termo empregado para denotar uma conexão com o passado, um elo entre a história pretérita e as ações presentes. A palavra tradição é oriunda do verbo latim *tradere* que se remete a trazer, transmitir, no nosso português. Este processo de uma entrega dos valores legados por antepassados envolve um ritual de recebimento e perpetuação das heranças apreendidas.

A tradição associa-se à idéia de entregar um conhecimento, ou ensinar por meio da transmissão de fatos e costumes, seja de natureza espiritual, filosófica, moral, técnica ou material. Como conjunto de idéias, práticas, memórias, recordações e símbolos, a tradição é conservada, reassimilada e até transformada. Apesar de não ser *engessada*, pressupõe uma continuidade persistente que mantém a integridade de uma essência, um caráter, que resiste às mudanças desintegradoras.

*A integridade da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do trabalho contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado.*<sup>3</sup> (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p.82)

Por isso, para Giddens (1997), a integridade ou autenticidade de uma tradição é mais importante para defini-la do que seu tempo de existência. Este argumento do autor é muito interessante, tomando como exemplo as culturas orais, consideradas pelos antropólogos como extremamente

---

tradicionais, mas não podendo muitas vezes ter a ancienidade confirmada. A questão não é ser necessariamente o mais antigo para ser mais tradicional, mas sim possuir uma cadência de fenômenos onde se identifica uma repetição. Essa essência íntegra pode e deve ser identificada na propagação daquilo que é marcante na tradição. “[...] o caráter repetitivo da tradição é algo a ser explicado e não apenas suposto. (BECK; GIDDENS; LASH,1997, p.80)

Para Giddens (1997), essa repetição se associa ao controle do tempo, flexionado tanto ao futuro quanto ao passado, pois do passado são retomados elementos para a construção do futuro.

*[...] a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro. (BECK; GIDDENS; LASH,1997, p.80)*

Ainda de acordo com Giddens (1997), falar dos processos reflexivos da modernidade é falar de tradição: apesar de à primeira vista ter-se em mente a oposição entre tradição e modernidade, foi por força da primeira que a segunda foi construída e vice-versa. O autor, como em uma interdependência, [...] “durante a maior parte da história a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvía” (BECK; GIDDENS; LASH,1997, p.73).

As sociedades modernas tiveram seu poder fortalecido pela recriação e perpetuação de tradições que eram convenientemente legitimadas por intermédio da assimilação de minorias que, por sua vez, traziam consigo, também, suas diversas tradições. De modo geral, por meio da imposição de

suas tradições as nações “Imperialistas” fortaleciam seu poder junto aos dominados, mas este processo sempre impôs modificações às legítimas tradições das nações dominantes.

De acordo com Featherstone (2001), recentemente com a globalização, o fortalecimento dos chamados Estados Transnacionais revela um processo um pouco diverso. Os detentores do poder, na busca de fortalecer a supremacia de suas formas de dominação predominantes, exaltam as diversidades locais “*dos dominados*”<sup>4</sup> como estratégia de envolvê-los. Valorizar a memória local e as tradições ligadas à ancestralidade do povo dominado é a forma de adquirir a confiança deste. Desse modo, os maiores e mais fortes, no processo de expansão global, têm apresentado a estratégia de procurar assimilar as pluralidades regionais como tática de ampliação de suas formas de dominação.

Por outro lado, a grande facilidade de comunicação na era global permite a difusão das tradições das minorias e suas articulações em redes, fato que as têm fortalecido. Com a perspectiva de se vincular ao futuro, a tradição não é vista como algo distante e separado em um tempo longínquo, mas como uma espécie de linha contínua que envolve o passado e futuro, através de ações, escolhas e opções de como fazer esta transmissão aqui, agora no presente.

Tradição e memória possuem abordagens intrincadas. De acordo com Giddens (1997), a tradição está ligada à memória, especificamente à memória coletiva, dizendo respeito à organização do passado em relação ao presente. A tradição é um meio organizador da memória coletiva, não existindo uma

---

<sup>4</sup> Ao invés de observamos a luta das grandes nações pela dominação política e econômica como foi visto nos séculos XIX e XX, no século XXI apenas a dominação econômica exercida pelos estados transnacionais já se encarrega da missão.

tradição privada. A memória coletiva apóia-se em imagens espaciais, impregnando de lembranças os inconscientes dos grupos sociais. Para Lepetit (2001, p. 145) apenas a imagem do espaço, graças à sua estabilidade, é que nos dá a ilusão de não mudar através do tempo e de reencontrar o passado no presente; e assim a memória perpetua-se.

*[...] memória é um processo ativo, social, que não pode ser apenas identificado com a lembrança. Nós reproduzimos continuamente memórias de acontecimentos ou estados passados, e estas repetições conferem continuidade à experiência (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p.81).*

Para Chauí (2000), a memória é mais que uma capacidade biológica e química que o ser humano possui de armazenar, pois mesmo que nosso cérebro grave e registre tudo, isso não é memória. A memória só passa a existir a partir do momento que faz sentido, adquire um significado para nós e para os outros. A autora ainda divide a memória em seis grandes tipos, sendo o primeiro o que ela chama de memória perceptiva ou de reconhecimento, que nos permite reconhecer coisas, pessoas, lugares, e que é indispensável para nossa vida cotidiana.

*A memória é, pois, inseparável do sentimento do tempo ou da percepção/experiência do tempo como algo que escoia ou passa. (CHAUÍ, 2000, p.159)*

A memória não é um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, sua noção se apóia na construção de referenciais selecionados entre determinados fatos e informações que são conservados. Para Le Goff (1990) a memória remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que

ele representa como passadas. Neste sentido - de seleção - ele caracteriza o ato mnemônico por sua função social de comunicar.

*[...] memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF 1990, p. 410)*

A memória é uma capacidade humana de resgatar o tempo que se foi evocando o passado. A lembrança daquilo que se foi e não retornará jamais é nossa mais fundamental experiência do tempo, referenciada na literatura universal por Proust (1913)<sup>5</sup>, que a via como a garantia de nossa própria identidade.

História e memória relacionavam-se na antiga Grécia onde o culto à deusa Mnemosyne, mãe das Musas que protegem as Artes e a História, era realizado especialmente pelos poetas e adivinhos que aspiravam ao poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade.

Um ponto a ser levantado é que a memória tem uma característica mais pessoal do que a história, fato que pode imbuí-la de mais força. A memória é objeto da história, um grau elementar de uma ciência maior. A memória pode ser construída de uma forma mais espontânea, menos premeditada, através da fruição do espaço, dos relatos sobre vivências passadas ou na manutenção de práticas e fazeres. Na memória subsistem os elementos responsáveis pela transmissão de conhecimentos e costumes

---

<sup>5</sup> **PROUST, Marcel.** *Em busca do tempo perdido.* Paris. É um romance escrito entre 1908-1909 e 1922, publicado pela primeira vez entre 1913 e 1927 em sete volumes, os três últimos postumamente.

locais, aquilo que daria sentido e perspectiva temporal ao lugar e ao seu grupo. A história já se liga mais ao sentido e perspectiva temporal da nação, como elemento abstrato que é.

*De uma maneira geral, é às estruturas e à imagem do Estado que muitas vezes se ligará a idéia de história, à qual se oporá – positiva ou negativamente – a idéia de uma sociedade sem Estado e sem história. (LE GOFF 1990, p. 47)*

A história separa e seleciona os fatos sob uma outra necessidade. Pode chegar a destruir os momentos de memória ao colocar o passado como algo distante e misterioso, portador de uma aura que deve ser sempre revisitada com um *certo respeito* que a afasta da vida cotidiana. Essa questão volta mais uma vez à reflexão de Giddens (1997) sobre a interdependência da modernidade com a tradição, que assim precisou criar na história uma identidade universal a ser absorvida pela sociedade moderna em contraponto às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica.

Um outro ponto de vista em relação a esta contraposição de história e memória apresentada por Chauí(2000) e Le Goff (1990), é dada pelo historiador francês Nora(1993). Este trabalha com o conceito de "*Lugares de Memória*" associando história e memória - na verdade a *fagocitose*<sup>6</sup> da memória – no processo de identificação aspirado pelo indivíduo contemporâneo. No uso que a sociedade faz dos chamados *lugares de memória* o passado sempre é evocado no imperativo da busca de uma origem, um nascimento, num artifício onde a memória é fossilizada no passado, e a memória-história toma papel de destaque envolvido por um rito.

---

<sup>6</sup> Da biologia incorporação na estrutura de uma célula de partículas de outra.

Nora (1993) acredita que na necessidade de ritualização da memória, o espaço físico torna-se o referencial principal, como uma âncora na formação de uma memória-história que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. No conceito do autor *"Os lugares de memória são, antes de tudo, restos"* (RIBEIRO,...1993), e a memória é reinventada de forma não natural, onde o rito no espaço é o instrumento do homem contemporâneo reunir seus fragmentos na busca de si.

*[...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual* (RIBEIRO,...1993),

Lepetit (2001) chama a atenção para o fato de que a memória coletiva apóia-se em imagens espaciais e mutuamente, como em um processo cíclico, *"desenha sua forma no solo"* por meio da definição do espaço,

*"O território é essencialmente uma memória, e seu conteúdo é todo constituído de formas passadas – isto é, de algumas dentre elas, das quais só subsiste o que pode ser compreendido pela sociedade que, em cada época, trabalha em seus quadros"* (LEPETIT 2001, p. 149)

Após a exposição destes três conceitos intrincados, que voltarão ao longo do trabalho relacionando-se com o que será dito a respeito da ampla gama de aspectos do patrimônio na paisagem urbana tradicional, um outro conceito balizador que deverá ser tratado para a posterior abordagem do habitar popular é o ato do habitar em si. O habitar relaciona-se aos aspectos cognitivos de interpretação do ser sobre seu espaço e de seu grupo em confronto com seus desejos e possibilidades.

### 1.1.2 COGNIÇÃO E O HABITAR

Dentre os estudos desenvolvidos na ciência da psicologia, há o que trata da cognição social, definido como *“processo que orienta condutas frente a outros indivíduos da mesma espécie”* (BUTMAN; ALLEGRI, 2001). É um campo de estudo que investiga a maneira como pensamos sobre nós mesmos e a sociedade da qual somos parte, considerando as seleções – memórias - e interpretações.

A cognição, aquisição do conhecimento a partir da percepção, estabelece parâmetros e categorias adotadas para descrever a totalidade de informações de quem a percebe e capta na mente. Essas percepções, dos lugares, dos indivíduos, dos grupos e mesmo da própria identidade, são edificadas com base nos chamados artefatos cognitivos, que auxiliam a mente na construção dos consensos.

Trata-se de artifícios externos, observados, selecionados, utilizados, compartilhados, vivenciados no cotidiano, que se manifestam por meio da memorização, da interpretação que os indivíduos realizam a partir do contato estabelecido com formas de comunicação. Estas variam de acordo com o modo com que o receptor analisa as mensagens transmitidas por meio destes artefatos cognitivos.

No caso de produção da arquitetura ou da paisagem, enquanto artefato fruto de um processo cognitivo, pode ou não ter havido uma intenção de um autor com relação a esta produção, ou seja, ela pode ou não ter sido premeditada. E o simples fato de ter havido uma intenção de um autor não garante a mesma interpretação de quem usufrui deste artefato. Não há uma necessária correlação entre o pensamento daquele que premeditou: o arquiteto, o construtor e o simples usuário, sujeito que habita e por este ato transforma as arquiteturas e paisagens.

Schulz (1980), que trata da intenção em arquitetura, evidencia a transcendência que a vivência do lugar implica psicicamente no ser como algo maior que os aspectos meramente funcionais. O habitar implica em sentidos e sentimentos individuais que refletem as diversas situações que o espaço existencial adquire para cada ser. A dimensão existencial do lugar - que se relaciona a algo mais que meramente abrigar-se - foi analisada sob aspectos

fenomenológicos. Schulz (1980) procurou inter-relacionar os complexos e até mesmo contraditórios caminhos destas análises cognitivas que partem da arquitetura como elemento concreto, que permite a ação e ocorrência de eventos que fazem o lugar e que lhe imprimem caráter, para chegar a uma teorização a respeito do *Ser no Mundo*.

*Genius Loci*, é uma antiga expressão utilizada para dizer sobre existência de um *Espírito do Lugar*, protetor, de acordo com a tradição grego-romana<sup>7</sup>. Schulz (1980) a utiliza para designar esta capacidade única impressa aos lugares, que são o que são, pela capacidade do homem de imbuí-los de significados. Significados esses que apesar de toda análise cognitiva de diferentes homens com suas cargas pessoais, são próprios de cada lugar. A impressão de um caráter único àquele espaço é percebida através da fruição do habitar, que orienta o homem quanto à visualização de características deste lugar que se sobrepõe até mesmo às diferenças sócio-culturais de diversos indivíduos.

A construção do lugar onde o ser habita no mundo é o foco principal da obra de Heidegger (2008), que nos trouxe grandes contribuições epistemológicas sobre o construir e o habitar. Para Heidegger (2008), a linguagem permite o acesso à essência e, na análise das palavras construir e habitar, ambas se revelaram com a mesma essência – Construir no antigo alemão é habitar, e as palavras possuem radicais comuns que, por sua vez, significa EU SOU. A construção corresponde à ação de manutenção e alteração, relacionando-se aos conceitos de cultivar e edificar respectivamente. Para o autor, o homem se mostra no habitar como é. Proteger, cultivar, alterar e construir são ações que o homem realiza para cuidar do crescimento de si mesmo.

Ainda para Heidegger (2008), no sentido de habitar o construir permanece para a experiência cotidiana do homem – de acordo com o que a linguagem diz de forma tão bela, habitual - como aquilo que desde sempre é. Isto esclarece porque acontece um construir por detrás dos múltiplos modos de habitar, por detrás das atividades de cultivo e edificação.

---

<sup>7</sup> De acordo com **SMITH, William**. A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology. Boston, Little Brown and co., 1867, p. 241-242. disponível em < <http://www.ancientlibrary.com/smith-bio/1349.html> >, consultado em 29 de julho de 2010.

*A essência do construir é deixar-habitar. A plenitude da essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. Somente sendo capazes de habitar é que podemos construir.*  
(HEIDGGER,2008),

Esta abordagem sobre cognição e habitar é importante para que se possa, por meio da investigação filosófica do ser que habita, tentar delinear os aspectos que envolvem as decisões tomadas pelos indivíduos que expressam a cultura popular do habitar na forma como transformam as paisagens urbanas tradicionais. Daí temos que as paisagens urbanas tradicionais são fruto e consequência do conjunto das práticas dos grupos de indivíduos organizados no território exercendo processos cognitivos de escolha e atuação. A próxima etapa será dedicada exclusivamente ao desenvolvimento deste conceito de paisagem urbana tradicional.

## 1.2 PAISAGEM URBANA TRADICIONAL

Vimos na conceituação de tradição, memória e história, que estes estão a todo tempo amparados pelo espaço para se fazerem existir no tempo. A paisagem urbana tradicional oferece sua condição material como suporte para existência destes conceitos. Ela é um tipo de lugar construído a partir das interpretações cognitivas de indivíduos sobre seus desejos e possibilidades, como veremos com maior detalhe no conceito de paisagem desenvolvido por Santos (1988). A definição do termo “*paisagem urbana tradicional*” vem da necessidade de se encontrar um conceito que possa melhor demonstrar o universo da pesquisa, que corresponde a uma parcela da cidade, como um bairro ou mesmo uma rua, onde haja uma contínua transmissão de fatos e fenômenos responsáveis pela construção de uma paisagem no seu sentido pleno.

A paisagem urbana tradicional comporta o aspecto tátil que pode ser observado na sua arquitetura, em suas texturas e materiais, calçadas, vias, vegetações, pessoas, ambiências, interações e sensações sensoriais. As descobertas dos visitantes e o ritmo do cotidiano de seus habitantes. Este conceito deve ser capaz de abarcar a gama de sentidos abordados por um elemento detectável no tempo e no espaço, conhecido como a cultura urbana local, o espírito do lugar. O *Genius Loci*, sobre o qual nos fala Shulz(1990).

Assim como a paisagem é urbana por estar na cidade, é tradicional por perpetuar-se nela. Cabe neste momento entender a construção de todo processo de reconhecimento do valor qualitativo destes territórios por meio da investigação conceitual do valor patrimonial urbano e da paisagem.

### 1.2.1 PATRIMÔNIO URBANO

Retomando o conceito de memória, começamos a falar de cidade afirmando que esta é o lugar da memória, porque toda cidade tem sua história, que é o registro material da passagem do tempo sobre a matéria, o suporte da memória. Acreditamos que a sobreposição não degenerativa, mas construtiva do ponto de vista qualitativo, é desejável para o desenvolvimento social na cidade, pois não há como congelar a vida urbana que pulsa e impulsiona a transformação do que se encontra nela.

Para falar dos aspectos da tradição e memória na arquitetura e na cidade, Ruskin (2008) - escritor romântico, crítico social e de artes da Inglaterra Vitoriana - discorreu importantes argumentos em defesa da manutenção das estruturas arquitetônicas existentes, ainda que deterioradas, por representarem processos intrínsecos à própria história dos edifícios e, em extensão, à vida das pessoas. Ele acreditava que uma boa arquitetura, na qual se verificam o decoro das formas e dos materiais, envelhece com dignidade.

Ruskin (2008) apresenta argumentos de uma defesa da memória e da singeleza da expressão humana laboriosa, tendo a preservação da arquitetura e da cidade como pano de fundo do seu discurso. Assim, apesar da grande dimensão temporal que nos separa do pensamento de Ruskin (2008) suas idéias vão ao encontro de diversas questões ainda hoje pertinentes, que corroboram com o desenvolvimento deste trabalho.

Na obra lançada em 1849, *The Seven Lamps of Architecture*, Ruskin (2008) reflete sobre o papel da arquitetura e sua preservação para a sociedade de sua época, associando-a ao quadro cultural mais amplo, e não a um fato isolado. Justamente por isso, a *Lâmpada da Memória* mantém uma correlação

com as demais lâmpadas - do Sacrifício, da Verdade, do Poder, da Beleza, da Vida e da Obediência. A defesa da preservação não é simplesmente da matéria, mas de tudo que é sistemático e decorre desta prática.

Na lâmpada da memória, que trata especificamente da passagem do tempo, o caráter humanista de Ruskin (2008) mostra-se evidente em todo texto. A arquitetura, como expressão da arte humana que exprime as alegrias e dissabores da vida, também mostra seu lado não tão estético e revela (inclusive pela *arquitetura menor*<sup>8</sup>), a honradez e a virtude da autêntica vida humana. A passagem do tempo é que permite que a arquitetura se impregne da vida e dos valores humanos. Sem as discussões mais complexas dos conceitos que distinguem memória e história, já apresentadas, Ruskin (2008) simplesmente associa a historicidade da arquitetura à passagem do tempo. Daí sua grande defesa deste caráter de historicidade como propulsor de mensagens, comunicando aos homens esses valores sobre o pitoresco aspecto da autenticidade da vida impressa nas pátinas dos edifícios.

De acordo com a apresentação contida na edição de 2008 da *Lâmpada da Memória*, esta autenticidade - a verdade arquitetônica - está imbuída de um aspecto sublime. De acordo com Ruskin (2008) o sublime diz respeito às analogias de proporções, massas, luzes, texturas e outras características observadas na natureza constatadas em uma boa arquitetura. Para a autora apresentadora da edição do livro em português Ruskin (2008) identificava que:

---

<sup>8</sup> Arquitetura menor é um termo usualmente utilizado para designar uma arquitetura mais simplificada, em contraste com a monumental. A autora KÜHL Beatriz Mugayar utilizou o termo no livro *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo*. pág 214. Ateliê Editorial. 1998. **PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan** também utiliza o termo na primeira parte do livro RUSKIN John. *A Lâmpada da Memória*. Apresentação: Coleção Artes & Ofícios. (org) Ateliê Editorial, 2008. pág 26.

*O principal aspecto que torna um edifício digno de preservação não é a beleza, mas seu aspecto histórico, i.e. memorial; e, neste sentido, sublime, conforme as acepções ruskinianas a respeito (RUSKIN 2008, p. 29)*

Um importante elemento de conexão da memória na cidade é o monumento, pois foi através dele que se teve início todo o processo de reconhecimento do patrimônio urbano e sua preservação.

Há no monumento uma intenção primordial de se criar um elo mnemônico. O conceito "*Riegliano*"<sup>9</sup> de monumento não consiste da mera aceção grandiosa e isolada de obra excepcional. Assim como a excepcionalidade, também a antiguidade não é um fator preponderante. Para Riegl (2001) monumento é um instrumento de memória, destinado a rememoração de eventos, pessoas, ritos, tendo necessariamente de relacionar-se com a efetiva prática desta rememoração por um grupo, sendo intencionais e criados pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras o objeto de rememoração. Já o monumento histórico, não sendo intencionalmente revestido como um instrumento concebido para rememorar, é constituído posteriormente, por opção, a partir de valores artísticos e históricos.

Vimos que de acordo com Nora (1993) a memória necessita de uma referência que a ritualiza, podendo caber ao espaço físico este papel. O nascimento do conceito de monumento nasce vinculado à idéia de se remeter a eras memoráveis. Grandes feitos, marcas da história e da cultura erudita dominante materializam-se nos monumentos históricos eleitos para tal fim.

---

<sup>9</sup> Se refere ao pensamento do historiador da arte austríaco Alois Riegl (1858-1905).

De acordo com Funari (2006), monumentum e patrimonium possuem a mesma terminação, que significa “*levar a pensar*”. A definição do termo patrimônio relaciona-se ao conceito de “herança paterna”, como salienta Funari (2006), visto que houve um processo de generalização das línguas românicas onde todas seguiram a mesma derivação etimológica do latim Patrimonium<sup>10</sup> para se referir à “*propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança*”.

Ainda de acordo com Funari (2006), os alemães usam Denkmalpflege, que designa “*o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar*”, enquanto o inglês adotou Heritage, que se refere “*àquilo que foi ou pode ser herdado*”. Um aspecto interessante a ser salientado é que, em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, a conexão com um pensamento, pois como já foi dito, a terminação *monium*, ou *moneo* significa “levar a pensar” em latim, e encontra-se tanto em *patrimonium* como em *monumentum*. Denkmal que é o prefixo de Denkmalpflege, por sua vez, relaciona-se a denken, que significa “pensar” em alemão.

Não seria também o conceito de monumento diretamente interligado ao conceito de tradição defendido por Giddens (1997), onde integridade ou autenticidade de uma tradição é mais importante para defini-la do que seu tempo de existência? A integridade na forma de transmissão de qualquer coisa predispõe a consciência da importância e da relevância desta coisa, no caso, os monumentos. Assim, os monumentos são tão antigos na história da humanidade quanto as tradições.

---

<sup>10</sup> **FUNARI, Pedro Paulo.** Lazer, *Patrimônio e Turismo: algumas considerações*. Revista Eletrônica Patrimônio Lazer e Turismo do mestrado em gestão de negócios da UNISANTOS. Consultado em 29/07/09 in <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=26>

A tradição se relaciona à autenticidade e integridade de uma transmissão. Assim, existe a implícita vinculação das ações de conectar-se ao passado e receber uma mensagem com a de herdar um conhecimento e induzir o pensamento à reflexão.

Quanto ao monumento histórico, Choay (2001) fala do seu nascimento em Roma, quando por volta de 1420, houve um resgate do interesse artístico e intelectual da elite dos conquistadores da cidade pelos elementos da cultura grego-romana. Daí seguiu-se um longo percurso de muitos séculos de pilhagem de inúmeras obras de arte, pedaços de edifícios e edifícios inteiros que adquiriram novos usos, bem como de reconstruções em lugares estrategicamente carregados de simbolismos históricos, que acabaram por consolidar o monumento histórico.

O monumento histórico estabeleceu um vínculo entre o homem e o tempo, constituindo um “elo afetivo” por meio da memória reconstruída. Este foi resgatado dos escombros da antiguidade por um grupo restrito a uma pequena parcela de eruditos. Desta forma, Choay (2001) apresenta o monumento histórico na cultura ocidental como um artefato detentor de uma significação histórica, artística e simbólica associada a uma aura extraordinária de objeto único.

Ao longo dos séculos que se seguiram houve um crescimento do rol de exemplares aceitáveis como patrimônio histórico, com o reconhecimento de edifícios monumento histórico além dos da Antigüidade. As metodologias de conservação e restauração começaram a ser fundamentadas e, com o tempo, houve a ampliação do tema, que levou à introdução de novas disciplinas como a história da técnica e do patrimônio urbano histórico.

Para Choay (2001) a noção de *Patrimônio Urbano Histórico* nasceu na época das transformações de Haussmann, em Paris, e de Nash, em Londres<sup>11</sup>. Curiosamente, a mínima importância legada aos conjuntos nasceu da característica de emolduramento paisagístico que estes desempenhavam frente aos monumentos poupados das renovações. O espaço urbano nunca fora estudado historicamente. O interesse de estudos da cidade era prioritariamente voltado para as questões econômicas, jurídicas, políticas e religiosas. Apenas quando a ciência do urbanismo surgiu e as propostas de planejamento para a criação de novos bairros e cidades se depararam com o *empecilho* das malhas urbanas antigas, a cidade do passado começou a ser percebida, primeiramente como algo a ser usurpado:

[...]foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual (CHOAY, 2001, p.179)

Ruskin (2008) foi a primeira expressiva voz que levantou argumentos para a preservação da cidade antiga e sua textura morfológica reverenciada pelos habitantes por seu valor memorial. De acordo com Choay (2001), Ruskin defendia que a cidade desempenhava ali o papel de monumento histórico porque representava a dimensão sagrada do fazer humano materializado na arquitetura doméstica. O que Ruskin (2008) identifica na cidade como a “*arte magnificamente humana da arquitetura de exprimir o sofrimento e ira da vida, sua tristeza e seu mistério*” é o que dá o caráter de reverência necessário à sua identificação como monumento histórico. Presente

---

<sup>11</sup> Ver **SENNETT, Richard**. *Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução Marcos Aarão Reis. Record . Rio de Janeiro. 2006.

na memória comum das pessoas, o lar, a oficina de trabalho, os lugares banais do cotidiano, revelam as características morais do homem expressas no edificar e no morar.

*Trazendo à memória afetiva a dimensão sagrada das obras humanas, o monumento histórico adquire, além disso, uma universalidade sem precedentes* (CHOAY, 2001, p. 141)

Ruskin (2008) vê que os valores investidos à cidade antiga ao longo do tempo, sem uma premeditação, acabaram por desempenhar um papel fundamental de construção da memória deste monumento urbano:

*[...] Objeto paradoxalmente não elevado a esse fim, e que, como todas aldeias antigas e todos estabelecimentos coletivos tradicionais do mundo, possuía, em um grau mais ou menos restrito, o duplo e maravilhoso poder de enraizar seus habitantes no espaço e no tempo.* (CHOAY, 2001, p. 181)

É interessante que a defesa da cidade antiga encontra-se dentro do contexto das grandes transformações não apenas como pano de fundo dos grandes monumentos; e tampouco pelo reconhecimento, por parte de poucos críticos, de que as malhas antigas tenham assumido o papel dos primordiais monumentos. No sec. XIX a crítica da arquitetura e do urbanismo que ora defendia e ora criticava avanços e modernizações, analisava os problemas urbanos e buscava fórmulas, muitas delas utópicas, que pudessem trazer melhor qualidade de vida às populações. Assim, os críticos lançavam mão do objeto que lhes era mais evidente - a cidade antiga - para avaliar suas características estéticas e de ambiência, intentando melhor compreender a interação do homem no espaço urbano. Para formulação de propostas modernizadoras, a cidade antiga era a contraposição necessária.

O próprio Ruskin (2008), em *The Seven Lamps of Architecture*, divide o livro em duas partes, uma voltada para a crítica da produção atual, no intuito de torná-la *histórica* - no sentido de ser marcante por ser boa - e outra voltada à preservação dos exemplares passados. Sitte (1992) que desempenhou importante papel como estudioso da cidade e de seu desenho, buscando harmonizar entre si vias, percursos e praças, privilegiando a fruição do homem, procurou na cidade antiga inspiração para uma técnica projetual com uma maior beleza e discernimento.

De acordo com Choay (2001), a atitude projetual de incorporação das malhas antigas dentro dos novos projetos de urbanização, já no séc. XX, foi fortemente influenciada pela “*apreciação estética*” que, por sua vez, vinculava-se a uma perspectiva de “*Turismo de Arte*”. A autora cita o exemplo de Marrocos, onde os bairros mulçumanos antigos integraram-se à urbanização empreendida pelo colonizador estrangeiro, que pôde “testar” a compatibilização das novas soluções de organização do espaço urbano ao interesse de preservação dos vestígios exóticos das colônias.

Bastante fundamentado na questão estética, o trabalho de Giovannoni<sup>12</sup> foi o divisor de águas da matéria de conservação e restauração do patrimônio urbano. A doutrina fundada pelo arquiteto pode resumir-se a três princípios:

1) todo fragmento antigo deve ser integrado a um *piano regolatore* - plano diretor – local, regional e territorial relacionando-o à vida contemporânea;

---

<sup>12</sup> **GIOVANNONI, Gustavo** crítico de arquitetura italiano, lecionou na Faculdade de Engenharia de Roma, trabalhou para o governo e contribuiu em 1931 na Carta de Atenas do Restauero. **GIOVANNONI Gustavo**, *Dal capitello allá città*. Milano:Jaca books, 1996  
**GIOVANNONI, Gustavo**. *Questioni di Architettura nella Storia e nella Vita*. Roma: D'Arte, 1929.

2) o conceito de monumento histórico, atribuído à malha antiga como um tecido vivo que é como um todo, não permite que se destaque os elementos da chamada *arquitetura maior* de seu entorno, a arquitetura menor, definida por conceitos históricos e estéticos; e finalmente

3) análogas às prescrições de conservação e restauração formuladas por Boito(1884)<sup>13</sup> para os monumentos isolados, a cidade antiga deve receber tratamento similar no que tange a sua conservação, sendo permitidas devastações para sua melhor fruição e retirada de elementos comprometedores de sua estética e ambiência *originais* (a originalidade tendo como premissa parâmetros históricos).

Choay(2001) acredita que Giovanonni antecipou, contraditoriamente de forma simples e complexa, as políticas para as áreas protegidas desenvolvidas na Europa a partir da década de 1960, incluindo os paradoxos e dificuldades de administrar o conflito entre a conservação integrada<sup>14</sup> e o desenvolvimento.

Outras importantes contribuições concernentes ao tema patrimônio e cidade desenvolveram-se ao longo da última metade do século XX, com as

---

<sup>13</sup> **BOITO, Camillo** crítico de arquitetura italiano antecessor à Giovanonni, autor em 1883 da Primeira Carta italiana do Restauo. **Os Restauradores**. Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884 Camillo Boito. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl, Paulo Mugayar Kühl Coleção Artes & Ofícios nº 3. Ateliê Editorial, São Paulo, 3ª edição, 2003

<sup>14</sup> A autora **VIEIRA, Natália Miranda** discorre sobre a Conservação Integrada na pág. 79 da sua tese de doutorado publicada em 2008 pela Editora Universitária da UFPE: *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. A autora explicita a necessidade de “*manutenção das ligações sociais que garantem a coesão da população*”, além da recuperação do uso residencial na “(...) *busca por um equilíbrio entre funções que garanta espaço para funções econômicas, sociais e culturais*”. De acordo com **ZANCHETI, Silvio Mendes** A conservação urbana integrada tem origem na experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, iniciada nos últimos anos da década de 60, conforme artigo publicado no atelier Sirchal realizado em 10 de maio de 2000 em Salvador. Disponível em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>: Acesso em 10 de junho de 2010.

cartas e recomendações do ICOMOS<sup>15</sup>. Desde a carta de Veneza de 1964<sup>16</sup> a questão do sítio urbano dotado de significação cultural vem sendo abordada. Testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico, a definição do que se enquadra como sítio urbano desempenha o papel de monumento histórico, estendendo-se também às obras modestas.

O Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em 1975, que promulgou a Declaração de Amsterdã, estabeleceu a proteção do patrimônio europeu compreendido não somente como as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural. Um importante tema abordado na declaração é que a reabilitação das áreas antigas deve ser concebida e executada de forma tal que garanta, onde possível, o baixo impacto de alterações graves na composição social dos residentes, além de determinar que todos os setores da sociedade devem partilhar dos benefícios das intervenções financiados pelos fundos públicos. Tocar o tema da manutenção do estrato social encontrado no momento da intervenção é ainda hoje um grande desafio.

Na 19ª Sessão da UNESCO realizada em Nairóbi (UNESCO...,1976), foi tratado de forma específica o tema da salvaguarda dos

---

<sup>15</sup> **ICOMOS** é uma organização civil internacional, o International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ligada à **UNESCO** - Organização das Nações Unidas. tendo como uma de suas atribuições o aconselhamento no que se refere aos bens que receberão classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade. Foi criado em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, em Veneza, ocasião em que foi escrita a declaração internacional de princípios norteadores de todas as ações de restauro - "Carta de Veneza", da qual o Brasil é também signatário. Disponível em <http://www.icomos.org.br/> acesso em 10 /06/2010.

<sup>16</sup> Documento elaborado no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado em Veneza, maio de 1964. Aprovada pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – em 1965.

conjuntos e sua função na vida contemporânea. A recomendação diz que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos, sendo responsáveis por assegurar a diversidade das sociedades que os construíram e neles habitam, manifestando as mais variadas formas de aglomeração urbana que representam a vida contemporânea globalizada.

*Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial. (UNESCO...,1976),*

Uma das questões mais importantes da recomendação está justamente na representatividade das expressões morfológicas e culturais dos conjuntos se sobrepondo à idéia de excepcionalidade, que em grande parcela restringia o olhar dos estudos urbanos e arquitetônicos aos edifícios representativos das elites e suas manifestações culturais. Entendendo que havia uma urgência em salvaguardar os conjuntos que poderiam estar habitados por população de menor poder aquisitivo, há trechos da recomendação que se reportam à necessidade de disposições preventivas e contra a especulação imobiliária nas zonas protegidas, e à importância da construção de habitações sociais em consonância com a política de salvaguarda.

A Carta de Burra promulgada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, em 1980, dispôs princípios e procedimentos

para a conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais (de valor estético, histórico, científico ou social para as gerações passadas, presentes ou futuras). Seu artigo 3º estabelece que a conservação baseia-se no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente. Esse artigo reporta-se mais uma vez à necessidade de minimizar os impactos das intervenções no que concerne às alterações do estrato social existente, e principalmente das marcas que esta ocupação ocasionaram, no sentido de que a vivência das comunidades fornece registros implícitos na própria arquitetura, merecedores de respeito por parte das políticas intervencionistas.

A Carta de Washington de 1986, editada em reunião do ICOMOS, estabelece a Salvaguarda das Cidades Históricas procurando definir os princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação apropriados para salvaguardar a qualidade das cidades históricas e favorecer a harmonia da vida individual e social com vistas a perpetuar o conjunto de bens que, mesmo modestos, constituem a memória da humanidade. Esse reconhecimento explícito dos chamados *conjuntos modestos*, constitui-se uma grande evolução para os defensores da chamada arquitetura menor, e a integração das ações de salvaguarda ao planejamento urbano torna-se premissa para sua conservação. Para ser eficaz, a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser parte essencial de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, além de ser considerada no planejamento físico territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis.

Especificamente, a Carta de Washington editada pelo ICOMOS em 1986, prevê a salvaguarda das cidades históricas, resultantes de um

desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado. A carta considera que todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas. Diz respeito mais precisamente às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído, que, além de sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Considerando o que foi visto sobre a evolução do patrimônio até a categoria de patrimônio urbano, será agora exposta a situação da paisagem cultural.

### **1.2.2 Paisagem Cultural**

De acordo com Ribeiro (2007), toda discussão sobre a categoria de preservação denominada “Paisagem Cultural” teve início quando a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural organizada pela UNESCO em 1972, instituiu a inscrição de bens numa lista de patrimônio mundial. A Convenção determinou a inscrição de acordo com o enquadramento em dois grupos distintos: Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural.

*Nascida da experiência de salvamento do templo de Abou Simbel, a convenção de 1972 tinha no início a ambição de estabelecer a lista das obras-primas esculturais e dos sítios naturais virgens ameaçados pelo “progresso”. (...) entre os anos de 1992 e 1994 resolveu adotar uma estratégia global para uma lista equilibrada, que fosse representativa de todas as culturas. Afinal, a maior obra prima da humanidade não é a sua diversidade cultural? (HALEVY, 2004. p. 16)*

Desse modo, se nos reportarmos ao documento da Convenção 1972, o termo “paisagem” já é citado quando da definição de uma das três categorias de Patrimônio Cultural; a saber, monumento, conjunto ou sítio. Assim, na definição dos conjuntos vê-se que estes são:

*“[...] grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à **paisagem**, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.”*

De acordo com Ribeiro (2007) há uma explícita divergência entre as categorias “natural” e “cultural”, oriundas dos dois distintos movimentos que lutavam pela proteção de ambas. A idéia à época era que:

*“[...] para muitos dos conservacionistas da natureza, quanto menos interferência humana houvesse numa área, melhor ela seria qualificada; assim também, para muitos arquitetos, historiadores da arte e outros cientistas das áreas humanas, os monumentos e estruturas, prédios e ruínas, eram vistos como fenômenos isolados. (RIBEIRO, 2007.p. 34)*

Mas havia exemplares que se enquadravam em ambas categorias, e assim surgiu a classificação de bem misto, onde interagem justificativas de âmbito natural e cultural. De acordo com Ribeiro (2007), o amadurecimento da ciência do desenvolvimento sustentável fomentou uma maior integração entre homem e meio ambiente, e *“[...] em resposta a este contexto a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada fortemente na UNESCO (RIBEIRO, 2007, p. 38)*

Assim, a partir da Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972, houve um fortalecimento da compreensão do habitat urbano como forma de expressão cultural, bem como de sua vinculação à questão da

paisagem. Isso se deu pela determinação trazida na Convenção de que os conjuntos denominados como “grupos de construções isoladas ou reunidas” são considerados patrimônio cultural graças à sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, devendo possuir, para tanto, valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Apesar dos avanços trazidos pela ênfase na relação “cultura-paisagem”, na Convenção de 1972 é possível ver claramente que a questão da excepcionalidade ainda se mostrava explícita, como caráter definidor dos conjuntos de interesse da preservação dentro dos parâmetros da UNESCO.

Ribeiro (2007) ainda faz uma retrospectiva da utilização do termo “paisagem” em outras convenções e recomendações, citando entre outras, a Convenção de Washington de 1940, que objetivou a proteção de paisagens de beleza rara no continente americano, e a 12ª Conferência da UNESCO realizada em Paris no ano de 1962, que recomendou a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, por meio da “[...] preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos [...]” (UNESCO ...,1962)

A 17ª Conferência da UNESCO, realizada em Nairobi no ano 1976, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, e a já citada Carta de Washington, apesar de não abordarem o termo paisagem, tratam da questão da proteção de conjuntos e sítios urbanos e suas ambiências. No entanto, a visão de Ribeiro (2007), ainda era evidente a sujeição da paisagem como pano de fundo de um bem mais importante.

Finalmente, em 1992 a categoria “Paisagem Cultural” passa a integrar o rol de bens passíveis de inclusão na lista de patrimônio mundial, propondo um novo paradigma para a preservação patrimonial, consistido na efetiva união entre o meio ambiente natural e a produção cultural humana. O ano, não por mera coincidência, foi o mesmo da Conferência da ONU Rio 92, que discutiu desenvolvimento e meio ambiente. Havia efetivamente emergido uma consciência sobre a integração de temas como qualidade de vida urbana, diversidade cultural e tudo mais que abrangesse a ética das ações do homem para com o planeta, incluindo o habitat natural e urbano. O documento de inclusão da nova categoria afirmava serem as paisagens formas ilustrativas:

*[...] da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem*  
(RIBEIRO, 2007. p. 41)

A seleção de paisagens culturais como patrimônio mundial é balizada por critérios de valor universal e representatividade, com a intenção de ilustrar a diversidade das culturas humanas em regiões delimitadas. Há três categorias de paisagens culturais:

- **Paisagens claramente definidas:** São aquelas onde as razões estéticas são privilegiadas, como os jardins planejados e os parques construídos. Tratam-se de paisagens planejadas, e trabalhadas, que refletem as intervenções do homem no ambiente natural. (parques e jardins)

- **Paisagem Evoluída organicamente:** São aquelas onde não há uma intenção expressa, ou seja, a paisagem resulta da interação social em associação ao meio natural. Se subdivide nas categorias:

- Paisagem relíquia ou fóssil: nas quais o processo construtivo já cessou, como as ruínas e sítios arqueológicos;

- Paisagem Contínua: que é onde as formas de vida tradicionais ainda transformam a paisagem, que, por sua vez, exhibe elementos materiais desta interação ao longo do tempo. São exemplos deste tipo de paisagem as plantações e as vilas tradicionais.

- **Paisagem Cultural Associativa:** É aquela onde as associações que interagem na paisagem são a sua maior expressão, mesmo que não haja um elemento material como testemunho. Pode ser consideradas este tipo de paisagem as agremiações artísticas que utilizam a natureza, ou a religiosidade associada ao uso de plantas que curam.

Todos essas categorias de Patrimônio Mundial referem-se à inclusão de paisagens culturais onde a interação entre o homem e o ambiente natural de excepcional valor universal se realiza.

Recentemente, no âmbito nacional, foi criada por meio da portaria IPHAN 127 de 30 de abril de 2009, a Chancela da Paisagem Cultural, o mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

*Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.*  
(IPHAN...,2009)

A abordagem trazida pelo IPHAN na definição desta paisagem cultural a ser chancelada é de que as mesmas se constituem de grandes parcelas de território onde há um destaque para as relações entre a natureza e o homem. Há um enfoque bastante específico na viabilização da qualidade de vida da população em interação com o meio ambiente de forma sustentável.

A Chancela é regida por um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada na busca de uma gestão compartilhada do território. Este pacto dá origem a um Plano de Gestão, que tem como finalidade promover a preservação dos valores que, imbuídos àquela paisagem, a fizeram merecedora da Chancela. O IPHAN acompanhará a execução deste Plano de Gestão e a manutenção das qualidades intrínsecas ao bem será avaliada por meio de relatórios de monitoramento. De acordo com folheto institucional do IPHAN, não existe ainda uma lista de bens chancelados. A Chancela será revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Tendo sido conhecido, nesta longa exposição, a grande abrangência do termo patrimônio cultural, e expandido sua interpretação para as dimensões da cidade e da paisagem, a investigação que segue retornará ao cerne do conceito de paisagem, considerando que este se relaciona com o conceito de cultura entendida em sentido amplo como produto da criação humana. Depois, ainda haverá um maior detalhamento do tema da paisagem urbana.

### **1.2.3 PAISAGEM**

Em muitas disciplinas da área das ciências humanas a paisagem tem sido objeto de interesse e estudo, mas especialmente a Geografia tem se dedicado mais a fundo na sua conceituação enquanto objeto de estudo

científico, expressando a relação do homem com seu meio natural, social e cultural.

De acordo com Ribeiro (2007) o conceito de paisagem é chave para algumas linhas da geografia, onde os embasamentos teóricos apresentam correntes distintas e até mesmo antagônicas. De acordo com este autor há, inclusive uma linha de pensamento que refuta a idéia da paisagem como um objeto científico por acreditar que a ela cabe o papel de conceito estruturante da Geografia. Ele ainda ressalta que a qualificação do termo *paisagem cultural* hoje se confunde com o próprio conceito de paisagem, visto que para este autor há um consenso de que paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre seu espaço.

Ribeiro (2007), ao buscar o desenvolvimento do termo paisagem, aponta duas linhas de trabalho que abordaram de forma contraditória esse conceito essencial da Geografia moderna. Estas duas linhas de trabalho adotadas em Escolas que trataram a paisagem como um conceito formal estruturador, também colaboraram na distinção da Geografia cultural e da Geografia humanista como subcampos da Geografia. Os aspectos materiais morfológicos caracterizaram a primeira vertente, onde se destaca a Escola de Berkeley e o americano Sauer (1996), já os aspectos subjetivos simbólicos da paisagem foram a marca da segunda corrente, que se intitulava “Geografia humanista” e na qual destacaram-se Lowenthal (1993) e Tuan (1980).

Sauer (1996) atribuía à paisagem a capacidade de ser um conceito unitário da Geografia, por reunir fatos, sendo definida como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais. A metodologia de trabalho desenvolvida por Sauer no início do século

XX é indutiva, empirista e trabalha com generalizações derivadas da observação de cenas individuais. A paisagem para Sauer (1996) possui uma constituição reconhecível por sua equivalência funcional, possível de ser identificada por um caráter orgânico diferenciador, mas integrada a um sistema maior em uma relação genérica com outras paisagens.

De acordo com Ribeiro (2007), Sauer recebeu uma grande influência do darwinismo para criar sua matriz explicativa, apesar de ter rompido com o determinismo ambiental da Geografia mais tradicional, que justificava as realizações do homem mais pela influência do meio e da genética do que pela cultura. Do darwinismo percebemos a abordagem espacial e do tempo, retratados no modo como Sauer trata a evolução da paisagem dentro de um limite geográfico em um determinado período. Há uma cadeia temporal onde a expressão do homem sobre a paisagem natural a transforma em paisagem cultural que continuamente evolui, podendo ser estudada por meio dos aspectos morfológicos. Esta metodologia positivista abrangia apenas os aspectos visíveis, reconhecendo, mas não considerando cientificamente as dimensões estéticas e subjetivas da paisagem, por não serem classificáveis e mensuráveis, de acordo com o autor. Não por isso Sauer deixou de trabalhar exaustivamente sobre o conceito de cultura:

*A cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado (SAUER, 1996 apud RIBEIRO, 2007, p. 19)*

A corrente da Geografia humanista, que veio alguns anos depois contrapor as idéias de Sauer (1996), por sua vez, já abordava a simbologia da paisagem que para cada um revela um significado diferente. Assim, houve um resgate do caráter sintético da Geografia regional tradicional, onde as

abordagens genéricas foram abolidas. Para estes teóricos, mais que a idéia que da paisagem como fruto da cultura, que revela apenas aspectos visíveis e mensuráveis, “*a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre atitudes e a percepção sobre o meio*” (SAUER, 1996 apud RIBEIRO, 2007, p. 249)

Assim, a estética reflete um conjunto de símbolos que revelam o homem, e sua interação com a paisagem por meio de suas atitudes. Na abordagem humanista não há uma metodologia única, o consenso é apenas que a paisagem é um documento a ser lido com as lentes da cultura – “*um patamar moral, intelectual e estético alcançado pelo homem num dado momento do processo civilizatório*” (ENGLISH; WAYFIELD, 1972 apud RIBEIRO, 2007, p.25). A abordagem da noção de lugar toma maiores proporções nos trabalhos desta Escola que o conceito de paisagem. Tuan (1980) desenvolve a noção de *topofilia*, que é o amor ao lugar.

Em 1980, surge um novo grupo que, intitulado-se “Nova Geografia Cultural”, contrapõe-se à Geografia Cultural de Sauer (1996) e incorpora dos humanistas a análise da simbologia da paisagem. Este grupo vê a paisagem como uma espécie de documento de interpretação aberto, cujo estudo é influenciado pela hermenêutica. Ou seja, cada grupo interpreta a paisagem de uma forma diferente de acordo com seus próprios conjuntos de símbolos. Um texto de Duncan (1980) exemplifica esta abordagem. Ainda nesta corrente de Nova Geografia Cultural, Cosgrove (1984), interpreta a paisagem como uma forma de ver o mundo por meio das lentes da sociedade, como fruto de um processo histórico. O autor, que adota o materialismo histórico dialético, apropria-se dos conceitos de grupos dominantes e paisagens alternativas.

Claval (2004), que também faz parte da Nova Geografia Cultural, assinala que a construção do termo paisagem - *landskip* - surgiu nos países baixos, com a incumbência de indicar os enquadramentos da natureza, tais como os percebidos a partir de uma janela. O autor também aponta a redescoberta das leis da perspectiva por Brunelleschi em 1420 como um importante acontecimento histórico que revolucionou as formas de representação. Neste sentido, a pintura flamenca, da primeira metade do mesmo século, foi essencial para a definição do termo paisagem, onde o enquadramento da pintura corresponde a uma paradoxal redução, uma *miniaturização do pays* (ROGER, 1997) em um quadro onde a paisagem se encaixa, como um fragmento da natureza. Claval (2004) traduz o termo *pays* por região, pátria. Entretanto, o termo é melhor explicado se entendido como a *proxêmica*<sup>17</sup> estendida de campo de vista, abrangendo uma distância que possa ser transcorrida a pé, visto que, pela designação do mesmo autor, o termo *paysage*, em francês é definido como “vista de um conjunto de uma extensão de *pays*.”

Em alemão *Landschaft*, em inglês *Landscape*, em italiano *Paesaggio*, todas as definições ascendem de *land*, *pays*, terra, região. Claval (2004) ainda salienta que a representação da paisagem que busca reproduzir a natureza de modo pragmático e objetivo com a técnica da perspectiva, apresenta, por outro lado uma dimensão subjetiva e paradoxal, pois a escolha dos pontos de observação, dos ângulos e enquadramentos são decisões do

---

<sup>17</sup> Proxêmica (*proxemics*) é termo cunhado pelo antropólogo Edward T. Hall em 1963 para descrever o espaço pessoal de indivíduos num meio social, definindo-o como o "conjunto das observações e teorias referentes ao uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico". Descreve as distâncias mensuráveis entre as pessoas, conforme elas interagem, distâncias e posturas que não são intencionais, mas sim resultado do processo de aculturação. Um exemplo é quando um indivíduo encontra um banco de praça já ocupado por outra pessoa numa das extremidades e tende a sentar-se na extremidade oposta, preservando um espaço entre os dois indivíduos. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

observador; o pintor, que coloca muito de sua percepção subjetiva na representação.

Para Santos (1988), paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, podendo ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.

A paisagem que se oferece aos olhos sob as luzes diáfanas das primeiras e últimas horas do dia compõe a ambientação adequada para a fruição dos detalhes, da manifestação da matéria, e permite que os artefatos mais banais se transformem em objetos singelos, talvez até belos, sempre ricos de informações sobre a pragmaticidade de suas funções, seus aspectos físicos. Elementos da composição da paisagem são cheios de suas próprias histórias, que se relacionam com diversos tempos e com inúmeras pessoas. Alguns de seus componentes são capazes até mesmo de conseguir resgatar memórias de afetos e outras lembranças. Assim, há um paradoxo neste conceito, pois toda esta estrutura, que é composta pela união de elementos materiais, físicos e palpáveis, não possui, no conjunto, uma dimensão tátil, posto que a paisagem é essencialmente algo a ser percebido.

A paisagem impregna a reflexão do indivíduo sobre quem é, pois vai, além de inspirá-lo a refletir, influenciar a reflexão do ser sobre si, na medida em que o mesmo se acumula à sua cultura e também a transforma por meio de percepções e escolhas.

Santos (1988) afirmou que “*a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos*” (SANTOS, 1988, p. 22). Para o geógrafo, cabe ao chamado *aparelho cognitivo* a responsabilidade sobre como

cada indivíduo processa as mensagens que as paisagens transmitem. Esta apreensão é feita de forma seletiva de acordo com as referências pessoais de cada indivíduo, obtidas pela educação formal ou informal que recebe ao longo da vida.

Para Santos (1988), a conceituação de paisagem parte da proposição de que o espaço se define como um “*conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações*” (SANTOS, 1988, p. 10) no qual a paisagem deve ser entendida como “*categoria analítica interna*”. Ou seja, a partir deste conceito de espaço, devemos compreendemos a lógica da paisagem enquanto objeto constituído pela matéria que efetivamente é, ocupando lugar e possuindo escala frente a outros referenciais espaciais. Ressalta-se, neste sentido, sua concomitante interação com seu sistema de criação e recriação, ou seja, os atos e ações por ela sofridas à custa da própria natureza e do homem.

A paisagem relaciona-se às suas ações criadoras, as técnicas que entendidas, como meios de expressão cultural, produzem as paisagens: “*As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaços*”. (SANTOS, 1988, p. 29)

Para Peixoto (2004), as cidades são as paisagens contemporâneas por excelência. E na grande expansão das formas de vida urbana, onde vemos a maior parcela da população do planeta habitar cidades, o termo paisagem urbana adquire uma conotação tão ampla e pouco diáfana quanto a multiplicidade de grupos e comunidades que com suas lentes lêem as cidades. Todas as conceituações em torno dos efeitos da ação do homem sobre as

paisagens são, nas cidades, tomadas de uma escala desproporcionalmente ampliada. Para Souza (2005), a cidade é o lugar paradoxal da convivência da técnica racional, que dá ritmo ao tempo e, a sensibilidade do sujeito que transforma a paisagem numa construção cotidiana.

*A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico (Souza...,2005)*

A obra cidade é fruto da técnica, um saber prático que advém do trabalho. Para Souza (2005) a cidade é o lugar da acumulação técnica, visto que o termo *tekné*, em grego, significa trabalho.

Menos como algo a ser observado, e mais como parte integrante e co-autor desta paisagem, o fazer do indivíduo pode ser o ponto de partida para análise do espaço urbano. Para Gourou (1973), “*o homem é um fazedor de paisagens*”, pois munido de técnicas de transformação das mesmas pôde ser capaz de viver em associação com outros indivíduos naquilo que o autor define como “*um tecido de técnicas*”: a vida em sociedade. Para este autor os fatos humanos que ocorrem no espaço teriam de ser examinados em função de dois grupos de conjunto de técnicas: as técnicas da produção e as técnicas de enquadramento.

*"Toda paisagem habitada pelos homens traz a marca de suas técnicas [...] Essas paisagens 'nos fazem perguntas'". (GOUROU, 1973)*

Neste debate hermenêutico do termo paisagem urbana, chegamos em um interessante ponto de convergência entre cidade e cultura, onde a

última, compreendida como manifestação de um povo, abrange as formas imateriais de construção de inúmeros objetos, artefatos e, por que não, até mesmo as paisagens urbanas. Afinal de contas é a cultura o aspecto da vida social que se relaciona com a produção dos saberes, bem como o processo de perpetuação e difusão destas práticas, sempre recriadas através da transmissão a outras pessoas.

O geógrafo Berque (1985) salienta este aspecto complexo que o estudo da paisagem abrange. Ele aborda o homem como foco de uma geografia humanista, onde a sua interação com a paisagem expõe elementos para uma análise conjuntural:

*[...] a paisagem não é somente um "dado" que será a forma objetiva do meio. Ela não é somente uma projeção que será a visão subjetiva do observador. A paisagem é um aspecto do produto fundamental que institui o sujeito enquanto tal, dentro do meio enquanto tal. (BERQUE, 1985, p. 100)*

A apreensão cognitiva do indivíduo mantém desdobramentos com o fazer deste mesmo indivíduo sobre a paisagem. Para Berque (1985) essa interação do homem e da paisagem mostra a afinidade que os estudos sobre a paisagem mantêm com a perpetuação e a contextualização a que as manifestações culturais sujeitam-se cotidianamente através da ação do homem.

*"[...] a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço implica tanto a instituição mental da realidade quanto à*

*constituição material das coisas*". (BERQUE, 1985, p. 5)

A legibilidade da tradição se observa na paisagem urbana por meio da permanência da arquitetura pretérita dos edifícios, visível nas pátinas das texturas desgastadas. Mas, para além dos valores históricos e artísticos, a tradição se revela especialmente no modo como os usuários possibilitam a transmissão destas imagens, destas ambiências, pelo agir. Orientados por uma tradição do habitar própria de cada lugar, as paisagens possuem uma experiência do passado única, e um conjunto de condicionantes que encaminham as ações presentes. A técnica desempenha aqui um importante papel, tanto na forma de tecnologia material quanto da *expertise* social.

A investigação sobre aspectos cognitivos da construção da paisagem urbana converge na busca de uma interpretação sobre a forma como o cidadão comum coloca-se como o grande agente desta transformação. Fechando aqui o desenvolvimento do conceito de paisagem urbana tradicional, retornamos ao pensamento de Souza (2005), que, defendendo a chamada de *Geografia da Existência*, acredita que:

*"A cidade é uma relação complexa que ainda precisa ser definida "[...] abordando para tanto, os aspectos físicos do sítio em convergência com os sistemas de forças que atravessam sua vida interior e exterior, definindo as relações de dominação e de sujeição [...]" (SOUZA,...2005).*

Segundo a autora, quando tais relações encontram-se em desequilíbrio, geram a perda da urbanidade observada hoje nas cidades. Assim, passaremos ao estudo de uma destas forças transformadoras do nosso caso específico: o habitar popular.

### 1.3 HABITAR POPULAR

Continuamente induzidos por suas aspirações e possibilidades, o povo por meio da cultura do morar, realiza uma silenciosa transformação das paisagens em seu cotidiano. As formas de habitar são parte da cultura de um povo. Será abordado logo a frente que a cultura popular é mais que uma expressão pautada pela carência de recursos pecuniários. A cultura popular também se remete às formas de consumo, um gosto de massa formado a partir de imagens e de influências do meio. Desta forma, o habitar popular é construído sobre a dicotomia da possibilidade e do desejo.

*A arquitetura rica já foi bastante estudada entre nós, enquanto aquela contida nas duas últimas categorias acima mencionadas<sup>18</sup> praticamente passa despercebida, não tendo havido inclusive, esforços destinados a preservá-la. É que nela não é notado interesse artístico relevante e tampouco é visto o valor histórico - pretextos sempre alegados pelas entidades destinadas a conservar bens culturais. Devido a essa indiferença aos bens prosaicos do cotidiano popular, de alta representatividade cultural, no entanto, é que nosso repertório de exemplares significativos conservados é tão pequeno. Na verdade, enquanto se preserva o excepcional, permite-se a destruição do trivial. (LEMOS, 1989. p.13)*

Definir teoricamente o habitar popular compreende a investigação sobre o objeto, o produto, a matéria, o tectônico, a arquitetura produto. Refere-se a prática do habitar em si, revelando a cultura popular e imaterial pela técnica do fazer, tendo como expressões as formas de consumo e a

---

<sup>18</sup> As categorias as quais Lemos (1989) se refere são “produção eminentemente popular” e a “arquitetura autoconstruída”.

condicionante econômica, que se relacionam ao desejo e à necessidade do indivíduo.

### **1.3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL POPULAR E IMATERIAL**

A ampliação das ações de salvaguarda para além dos monumentos, abrangendo os conjuntos tradicionais urbanos, mostra como a cidade, principalmente em seu aspecto mais ordinário do cotidiano do morar, veio sendo paulatinamente incorporada dentro do amplo conceito de patrimônio. Essa discussão de ampliação do que é patrimônio é de certa forma a discussão sobre o que é ter cultura.

O reconhecimento desta face da cultura popular dentro da cidade faz parte de um movimento maior, cujo início remonta, segundo estudiosos, ao séc. XVIII e ao marco político da formação dos estados nacionais europeus. Na pretensão de criar unidades culturais que fizessem com que a população se identificasse com o novo modelo geopolítico, esse movimento *de descoberta do povo* foi, segundo Burke (1989), difundido entre os setores cultos da sociedade, que passaram a se interessar por diversas áreas da cultura popular, como contos, música e teatro populares. Segundo o mesmo autor, as razões foram tanto de natureza estética - que se referiam a uma insubordinação contra o artificial na arte culta e à conseqüente valorização das formas simples - quanto intelectuais, num movimento de se rebelar contra as regras clássicas da dramaturgia herdadas do pensamento aristotélico, e passando finalmente, por razões políticas, cujo propósito era hostilizar o Iluminismo Francês - prática fomentada especialmente pela Alemanha e Espanha.

De acordo com Burke (1989), até o século XVIII o termo cultura referia-se à arte, literatura, arquitetura e música, mas, hoje, o termo cultura refere-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, ou silenciar. Burke (1989) nos fala de uma ampliação do conceito em tempos mais ou menos recentes, onde as confrontações entre culturas tornam-se assunto polêmico. De acordo com este historiador, a questão do relativismo cultural não oferece parâmetros para comparação, pois as culturas são únicas e impossíveis de serem comparadas.

No Brasil, já no séc. XX a Semana de Arte Moderna de 22 foi o marco nacional para ampliação da abrangência do termo cultura. O folclore e o caipira popular assumiram, a partir daí, papel preponderante na formulação de nossa identidade nacional. A história revela como esse movimento artístico possuiu intrínsecas relações com o momento político instaurado no país, que culminou na revolução de 30. No que tange a questão específica do patrimônio, foram nestes mesmos anos 20 que surgem na esfera política, a partir das discussões modernistas de "*projeto de nação*", as primeiras tentativas de traçar instrumentos legais para preservação<sup>19</sup> do patrimônio cultural, por meio dos projetos de Luiz Cedro (1923), Augusto Lima (1924) e Jair Lins (1925). Já a primeira instituição criada para impedir que objetos representativos da história nacional deixassem o país, bem como para evitar a destruição de monumentos

---

<sup>19</sup> Sobre esses projetos, há diversos documentos na internet que fazem referência a eles, tais como: Curso de capacitação diretrizes para a proteção do patrimônio Cultural, disponível em [www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc.../34-apostila-diretrizes](http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc.../34-apostila-diretrizes). Acesso em 05/05/10.

**KUSHNIR** Beatriz *Da manchete à notinha de canto: os furtos do patrimônio público, a privatização dos acervos do cidadão*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST. disponível em

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/42/22>. Acesso em 05/05/10.

nasceu em 1934: a Inspeção dos Monumentos Nacionais, ligada diretamente ao Museu Histórico Nacional.

No que toca às temáticas de cultura popular e manifestações de cunho imaterial, um importante documento redigido em 1936 por Mário de Andrade, em resposta à solicitação do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, antecedeu e subsidiou a elaboração do Decreto Lei 25 de 1937, marco legal da preservação do patrimônio cultural no Brasil, ainda hoje vigente. Este documento, o anteprojeto da lei de proteção ao patrimônio cultural, já propunha a criação do SPAN - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. De acordo com as definições de Mário de Andrade, o Patrimônio Artístico Nacional deveria abranger todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita. Para Mário, arte é um conceito que devia ser usado no sentido amplo, remetendo-se à habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos. Assim, as obras de arte patrimonial deveriam enquadrar-se, individualmente ou em grupo, em uma das oito categorias propostas pelo autor do documento, das quais constavam a arte popular e artes aplicadas.

Mas o Decreto lei 25, promulgado em 1937, que efetivamente instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o instrumento jurídico do tombamento, é explícito quanto à salvaguarda do suporte material dos bens móveis e imóveis, que, por sua vez, deveriam estar necessariamente vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Ou seja, nada de imaterial, de popular, comum e ordinário.

Apenas com a Constituição de 1988, que trata no artigo Art. 216 do patrimônio cultural brasileiro, ressurgiu em termos legais a necessidade da proteção dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver.

Quanto ao reconhecimento do valor da cultura popular, discretos passos foram dados, com destaque para a criação da Comissão Nacional do Folclore em 1947, de onde se originaria, nos anos 1960, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje Funarte.

No âmbito mundial, especialmente a partir da década de 1980, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS e a UNESCO demonstraram o efetivo interesse na ampliação dos campos de reconhecimento do patrimônio para os campos da cultura popular e imaterial por meio das diversas conferências e reuniões que trataram do tema.

Dentro do contexto globalizado em que se encontra o cenário mundial, essa noção alargada de patrimônio abrangendo o popular e o imaterial foi inicialmente discutida mais à fundo na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais realizada no México, em 1985, que originou a declaração do México. O documento diz que, no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como “(...) *o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social*” (CONFERÊNCIA, ...1985).

As Recomendações da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989; a Proclamação das 19 Obras-Primas do

Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, em 2001; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001; e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, também são importantes instrumentos que contribuíram nesta discussão de reconhecimento das práticas sociais de caráter popular no mundo.

A Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (UNESCO,1989), destaca a necessidade do reconhecimento da importância social, econômica e política da cultura tradicional e popular para a vida contemporânea. A recomendação ainda defende que a conservação da cultura tradicional e popular, dado ao seu caráter evolutivo que nem sempre permite uma proteção direta, necessita de alternativas de salvaguarda diversas das aplicadas, por exemplo, nas excepcionais manifestações da cultura erudita. Muitas vezes estas expressões populares de ordem material ou imaterial passam despercebidas no dia a dia até mesmo por seus praticantes, mas sua riqueza consiste justamente no fato de serem testemunhos vivos dos modos de vida e saberes que são inerentes à vida cotidiana.

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) é bastante esclarecedora quanto às definições, entendendo por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas associados aos respectivos instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais. A prática social, definida como expressão cultural, e a necessidade de proteção dos “lugares de memória” são dois aspectos que saltam a vista por ter intrínseca correlação com o trabalho aqui desenvolvido.

*No âmbito do patrimônio, o restabelecimento da acepção antropológica da cultura como “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma,*

*sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência” provocou a ampliação do conceito. Este passou a abarcar também as maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições. (PELEGRINI,...2006)*

No Brasil, no momento da promulgação do Decreto Lei 25 de 1937, apenas o patrimônio arquitetônico do litoral e de cidades que exerceram papéis relevantes para a história, economia, ou política nacional eram reconhecidos como dignos da salvaguarda. Hoje, junto com o colonial, temos o vernacular, o popular, e o eclético, o industrial são reconhecidos por sua expressão dentro da cultura nacional, na ampliação do olhar sobre a “cal e pedra”. Mas além deste alargamento tipológico, há a diversificação da própria natureza da manifestação cultural em si, deixando de ser apenas física e tátil, e passando a abranger os aspectos simbólicos, emotivos, de ação: as práticas, os saberes como o patrimônio imaterial em si.

A Constituição de 1988 e o posterior Decreto nº 3.551 de 04/08/2000 refletem a postura que vem sendo observada no Brasil de ampliação dos horizontes dos estudos referentes ao patrimônio cultural, que vêm expandindo-se sob o aspecto cronológico, tipológico e geográfico. Choay (2001) chama atenção para este fenômeno na esfera mundial. Criado no Brasil em 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Como resultado desta política, foram registradas, até junho

de 2010, de dezoito<sup>20</sup> manifestações culturais relativas à como festas, ofícios, modos de fazer, lugares sagrados e especiais. A categorização dos bens pode ser dividida, a princípio<sup>21</sup>, em quatro Livros para esses registros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares.

O fazer técnico, os rituais e especialmente os valores emotivos que mantém ativa a paixão à vida nos lugares são novos aspectos a ser observados para definição de cultura. Canclini (2003) aponta a impossibilidade de hierarquização de todos esses fazeres depois desta ampliação. Por possuírem pesos distintos de acordo com cada formação social, as práticas tornam-se incomparáveis.

A cultura, em essência, tangencia tudo aquilo que distingue a existência dos grupos sociais no interior de uma sociedade. O vocábulo cultura denota o sentido de cultivar, originalmente relacionado ao cultivo agrícola *colere*. Se observarmos mais aprofundamente, identificamos ainda, uma íntima relação com o conceito de tradição, por sua característica de transmissão de um conhecimento.

As criações anônimas surgidas da alma popular, sem uma autoria particular, revelam muito dessa expressão da cultura do povo, que passa a ser reconhecida como relevante, necessária, e peculiar. Dada a ruptura com o

---

<sup>20</sup> Existem até 10 de junho de 2010 os seguintes registros: 1. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, 3. Círio de Nossa Senhora de Nazaré, 4. Samba de Roda do Recôncavo Baiano, 5. Modo de Fazer Viola-de-Cocho, 6. Ofício das Baianas de Acarajé, 7. Jongo no Sudeste, 8. Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, 9. Feira de Caruaru, 10. Frevo, 11. Tambor de Crioula, 12. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo, 13. Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre, 14. Roda de Capoeira. 15. Ofício dos mestres de capoeira. 16. O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE), 17. O toque dos Sinos em Minas Gerais, 18. Ofício de Sineiros. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginalphan>. Consultado dia 10 de junho de 2010.

<sup>21</sup> O Decreto nº 3.551 que institui a política prevê a possibilidade de abertura de outros livros.

padrão excepcional, que se relaciona à cultura erudita, a expansão da idéia de cultura para além da idéia de símbolo de uma cultura culta, passou a efetivamente considerar a representatividade da manifestação dos menos favorecidos financeiramente e das massas.

Uma distinção de imprescindível esclarecimento, é que uma expressão cultural popular não é necessariamente exercida por pessoas de baixa renda. A cultura popular é mais abrangente, caracterizada tanto por um gosto de massa, quanto por uma manifestação cultural tradicional, descrita por Arantes (1981):

*“[...]como um resíduo da cultura “cultura” de outras épocas (às vezes, de outros lugares), filtrada ao longo do tempo pelas sucessivas camadas de estratificação social. Neste sentido diz-se: “o povo é um clássico que sobrevive” (ARANTES,1981)*

O conceito de habitar popular se adere às colocações sobre cultura popular e saber imaterial, na medida em que representa uma legítima expressão cultural que revela a identidade dos indivíduos, grupos e comunidades. A seguir, determinaremos com maior detalhe as características mais marcantes deste habitar popular, o que fará com que identifiquemos mais tarde durante a exposição do estudo de caso, estes elementos que revelam a expressão do habitar popular e, principalmente, como eles se relacionam à transformação da paisagem.

### **1.3.2 HABITAR POPULAR PELO CONDICIONANTE ECONÔMICO.**

A expressão popular evidenciada pela escassez econômica se relaciona tanto às paisagens originalmente ocupadas pelas elites que

passaram por processos de empobrecimento quanto àquelas que tradicionalmente são ligadas a uma imagem histórica primordialmente popular.

Os centros abandonados, antigas áreas residenciais e comerciais prósperas, são exemplos da primeira situação. As vilas operárias, os bairros populares antigos e mesmo as favelas tradicionais exemplificam a segunda classe de paisagem tradicional popular.

Nas antigas áreas prósperas, a arquitetura como representação histórica remete a uma época de opulência, com grandes estruturas que ostentam boa qualidade de materiais e linguagem estética que reproduz estilos arquitetônicos reconhecidos pela academia.

*A arquitetura erudita como expressão estética da classe dominante, visa exercer um papel legitimador da ordem social, ela se dirige explicitamente as classes dominadas como suas interlocutoras (PULS, 2006)*

À conveniência do mercado, os grupos dominantes, em geral, escolhem que parcela das cidades querem ocupar ou abandonar, de acordo com seus interesses. Do outro lado, ao povo, restam as áreas pelas quais as elites não se interessaram ou as que foram posteriormente abandonadas.

No avanço horizontal das fronteiras urbanas, áreas nobres, originalmente ocupadas pela elite, vão sendo paulatinamente abandonadas pela população de alta renda, sendo posteriormente apropriadas por grupos de menor poder aquisitivo. Nas capitais brasileiras tal fenômeno se deu em maior e menor intensidade de acordo com a dinâmica de cada cidade.

Em São Luis, por exemplo, no fim do séc. XIX, com a abolição dos escravos que trabalhavam nas lavouras de algodão, o capital antes investido na economia agro-exportadora se converte para as indústrias, em especial a

têxtil. Nesta época, houve uma expansão do perímetro urbano através do Caminho Grande, que ligou a Praia Grande ao bairro de João Paulo mais ao sul. Mas foi no período de 1936-1945 que a cidade passou por um processo de remodelação, privilegiando a construção de escoamentos viários, como a Avenida Magalhães de Almeida. Também, graças à imigração do campo para a capital, houve uma grande expansão que seguiu a linha do bonde até o bairro do Anil (Junta, 2008).

Sennett (2006) descreve como a possibilidade da mobilidade individual e de massa contribuiu para a retirada da população de maior poder aquisitivo para novas áreas de expansão urbana. Ao falar do trabalho seletivo do engenheiro Robert Moses, na década de 30 em Nova York, Sennett (2006), comenta:

*[...] apenas os bem sucedidos – com bastante para possuir carro, comprar uma casa – dispunham dos meios de escapar; as pontes e vias expressas constituíam-se numa salvação do barulho dos grevistas, mendigos e desempregados que enchiam as ruas de Nova York durante a grande depressão.*

A escala e o padrão construtivo destas edificações históricas que foram abandonadas nos centros, produzidas por uma classe social que possuiu condições de empregar materiais e parâmetros construtivos de boa qualidade no feitiço das obras colaborou para sua maior preservação. As elites que as construíram foram suprir seus anseios de modernidade em construções em novos bairros, através de novas formas de morar, como os condomínios verticais. Desta forma, não investiram na modificação das antigas construções. No entanto, no momento da reapropriação destas edificações por pessoas de menor poder aquisitivo, muitas vezes houve a recriação dos espaços através

da sub divisão dos cômodos, em um processo de encortijamento que contribuiu, ora tanto para maior degradação, quanto para preservação das edificações históricas.

Já as paisagens, que originalmente nasceram populares apresentam um conjunto mais singelo, tanto em escala quanto na qualidade dos materiais. Sua representatividade histórica, no entanto, é a mesma dos estilos estéticos adotados nas paisagens das elites, visto que tratam de uma releitura simplificada destas, de acordo com as condições econômicas e culturais do meio. A arquitetura popular é, de certa forma, uma simplificação da arquitetura erudita por conta das restrições materiais, com fins estritamente funcionais, voltada para si mesma.

Assim, nesses *lugares de memória* onde a tradição do habitar se originou da própria condição sócio-cultural de marginalidade, temos um produto que pode ser identificado no vernáculo, na autoconstrução informal de favelas e bairros ocupados por populares, nos cortiços, na arquitetura popular institucional customizada ao gosto de cada morador nas vilas operárias ou conjuntos habitacionais. Mas o habitar popular também está em ocupações da classe média, na forma como é induzida ao consumo pelo gosto de massa.

Com maior detalhe serão expostos agora os “tipos” que exemplificam o habitar popular nas paisagens tradicionais, visível na permanência de uma casinha antiga que sobrou ali ou acolá espremida entre um prédio e outro a espera de ser demolida provavelmente quando a família conseguir resolver os litígios do espólio. Mas também pode ser observada na ocupação de edifícios originalmente produzidos em um contexto de riqueza, mas hoje habitados por classes sociais de menor poder aquisitivo.

Iniciando pelo vernáculo, vê-se que este é um tipo de arquitetura denominada por Lemos (1989) como “pura”, livre de imposições e interferências estrangeiras. Para este autor ela deve ser caracterizada por encontrar-se em um sistema fechado, onde um saber construtivo é transmitido entre as gerações de um grupo. O domínio da técnica é totalmente empírico e o uso de materiais, em geral naturais, próprios do local, é intenso. A arquitetura vernácula é desprovida da figura do arquiteto. Nela a técnica, "*manipulando os recursos da natureza envoltória, satisfaz as exigências de todo um complexo cultural que rege a vida cotidiana*" (LEMOS, 1999, p. 22)

Para Martins (2004), que tratou em uma dissertação da arquitetura da Cidade de Goiás - GO: “[...] *em sua acepção mais ampla, denominamos como vernacular a arquitetura de concepção coletiva não individualizada pela figura de um projetista[...]*”. O grupo é um elemento determinante na perpetuação da prática.

De acordo com Barrio (sd) o vernáculo é determinado pelo conjunto de fatores:

- Clima e o condicionante econômico que se impõe com os materiais disponíveis na feitura das construções, nas alturas de pé direito, nas formas e disposições das aberturas, cômodos e coberturas.
- Transmissão de herança artística - estética e tradições dos moradores que repetem as mesmas tipologias, enraizadas no coletivo, e continuamente recriadas ao longo das gerações, “sorvendo” alguns elementos dos estilos históricos da arquitetura erudita.

Uma segunda expressão do habitar popular são os edifícios oriundos da prática da autoconstrução, que é a produção de edifícios pelos próprios usuários. Antes do advento da indústria da construção civil esta foi uma prática que caracterizou e distinguiu, de acordo com as regiões, os principais núcleos urbanos que se estabeleceram no Brasil desde a colonização.

A autoconstrução popular que mais nos remete a imagem nítida da pobreza e do improvisado é observada nos morros das favelas e nas palafitas das áreas alagáveis. Exprime a capacidade de sobrevivência e criação com o pouco e muitas vezes frágil material que é disponível, em muitos casos, encontrado no lixo como descarte. Junto ao sítio, que também não lhe é muito favorável, visto o iminente risco de deslizamentos e enchentes; a falta de condições de salubridade são as dificuldades conhecidas de quem opta ou é obrigado a viver nestes lugares, tidos como ocupações informais.

Existem inúmeros núcleos de ocupações precárias tradicionais, tão antigas quanto muitas das mais antigas ocupações formais das cidades, como nos pode revelar Valladares (2005) e Jacques (2007). Estas são legítimas expressões da cultura popular e refletem a capacidade de reproduzir modos de sobrevivência, orientados pela necessidade de se abrigar com o que se possui de disponível e precário. Em algumas grandes cidades brasileiras, favelas já foram reconhecidas como paisagens tradicionais perpetuadas ao longo de muitos anos. O morro da Providência no Rio de Janeiro, denominado à época do início do séc. XX “*de morro da Favella*” (VALLADARES,2000), foi um quem fez história e passou a emprestar o nome para designar esse tipo de ocupação de encostas.

*"Aos 105 anos e com cerca de dez mil moradores, a Providência representa, do ponto de vista histórico e*

*urbanístico, a forma característica de ocupação desordenada das encostas espalhadas por toda a cidade*<sup>22</sup> (SECRETARIA,2003)

A tradição inerente ao Morro da Providência motivou inclusive a instalação de um Museu a Céu Aberto<sup>23</sup> inaugurado em maio de 2006. De acordo com Freire-Medeiros, há uma originalidade na proposta que *como experimento isolado e sem precedente*, difere de outras iniciativas em morros cariocas por partir do próprio governo.

Esta autora, que debateu em um artigo a instalação deste museu na Providência e de um outro na favela da Maré, exalta o fato de haver nestas experiências uma dupla inovação ao se associar dentro de um mesmo território as classificações de área de interesse social e cultural:



Morro da Providência, foto do início do sec. XX  
Fonte <http://www.favelatemmemoria.com.br>

*“[...]a favela, que busca ser vista como parte historicamente relevante da cidade, assumindo uma visibilidade distinta daquela que a associa à violência; e a da própria noção de patrimônio, que se distancia de suas definições mais cingidas, tem revistas suas instâncias de validação e passa a qualificativo de um território geográfico e simbólico*

---

<sup>22</sup> SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Das Remoções à Célula Urbana: evolução urbano-social das favelas do rio de janeiro. 2003. Rio de janeiro, Prefeitura Rio.

<sup>23</sup> Ver matéria no site youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=YHDzton3gic>. consultada em 15/ 02/ 2010.

*ainda amplamente estigmatizado.* (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 49).

A informalidade e autoconstrução não são mérito exclusivo das favelas. Ainda hoje a autoconstrução é a única arquitetura possível para milhares de brasileiros. Na década de 80, Maricato (1982) observou que tal prática na zona rural vinha virando folclore, enquanto que no meio urbano, crescia por necessidade. Na evolução da habitação popular brasileira, dentro dos condicionantes econômicos e ambientais característicos dos variados períodos históricos do território ocupado, o povo sempre produziu a própria habitação, revelando as suas peculiaridades.

Ao pensar em autoconstrução fora das favelas é bastante comum remeter-se às periferias e áreas de expansão recentes muitas vezes desprovidas de serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos. De modo similar à favela, as pessoas de baixa renda iniciam as ocupações com materiais mais frágeis, descartáveis, e de baixo conforto; com o tempo, vão substituindo os primeiros por materiais mais perenes, utilizando tipologias que tanto consigam satisfazer suas aspirações sobre o que gostariam como casa, quanto possam suprir as necessidades da família com os recursos disponíveis.

*[...] Em todo caso, hoje também podemos perceber na chamada arquitetura autoconstruída, aparentemente destituída de interesse estético – que ela engloba inclusive os barracos de favela -, uma subordinação à arquitetura de classe média. É uma aproximação que vai se definindo a longo prazo, à medida que as construções vão "amadurecendo" e os ganhos e o tempo vão permitindo obras de*

*complementação e embelezamento.* (LEMOS,1989, p. 13)

Mas a classe média dentro de bairros de padrão intermediário, também realiza suas autoconstruções. Exercem o livre arbítrio habitacional por meio de *puxadinhos*, aberturas de e vãos, troca de esquadrias, de coberturas e de volumetrias. Não que quebrem paredes, ou construam com as próprias mãos, revelam-se arquitetos do próprio lar, ordenando a mestres de obras e pedreiros que executem seus projetos mentais. Na maioria das vezes, não há um só risco no papel e, empiricamente, se calculam os gastos com material e imaginam a estética do resultado final. Mais a frente será demonstrada como as chamadas “necessidades de consumo” influenciam esta expressão do habitar popular.

Sob a crítica de um outro olhar, acadêmicos como Kapp (2006) acreditam que esta autoconstrução é a alternativa comum para fugir das ofertas pouco diversificadas do mercado de construção civil. Kapp (2006) levanta um importante debate, contemporâneo à prática da arquitetura e do urbanismo, sobre a produção informal da construção civil, com os argumentos que esta autoprodução se desenvolve livre dos cânones impositivos e massificantes impostos pelo mercado e indústria. Os modos de produção formal, moldados por padrões muito rígidos, impedem a personalização de cada construção, que são tolhidas de identidade. Apenas com o próprio uso a obra se imprime de características mais autênticas que a relacionam ao usuário e seu contexto social.

*As maneiras de morar que sobreviveram e se estabeleceram na nossa sociedade não constituem o que ela poderia oferecer de melhor para a totalidade de seus membros; as moradias não são*

*dessa ou daquela maneira por se tratar do que há de mais confortável, belo, imaginativo, prático, significativa ou fácil para seus habitantes, mas principalmente porque cabem a certo modo de produção e reprodução da sociedade, com seu regime de propriedade, suas relações de trabalho, seu ideário e seus mecanismos de aquiescência e controle. (KAPP,...2006)*

Passando à experiência do cortiço, revela-se um universo de considerações sobre esta forma de materialização do habitar popular. Ao falar da Europa industrial do século XIX Mumford (1998, p. 496) escreveu “*que os principais elementos do novo complexo urbano foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço*”. Na história de grandes cidades brasileiras, apesar de ilegais (ROLNIK, 2003. p.59), os cortiços foram as primeiras formas de aglomeração coletiva, onde as pessoas de baixa renda conseguiam se estabelecer mais próximas ao local de trabalho. De acordo com o dicionário Aurélio, a origem da palavra liga-se à idéia de congestionamento: “*caixa cilíndrica de cortiça na qual as abelhas fabricam mel e cera*”.



Uma das mais famosas aglomerações foi a “Cabeça de Porco”<sup>24</sup>, no Rio de Janeiro, chegando a abrigar 4 mil famílias e demolido em 1893 pelo então prefeito Barata Ribeiro (MONTEIRO,... 2004). Pelo fato de, em geral, os cortiços localizarem-se em áreas centrais, foram, desde esta época alvos diretos das primeiras intervenções higienistas propostas em várias capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

No entanto, ainda hoje, em algumas capitais podem ser encontrados exemplos destas ocupações, muitas delas inclusive adaptadas em antigas construções de interesse de preservação, cujo uso original era diverso do habitacional multifamiliar. Para se ter uma idéia da dimensão que este tipo de habitação ocupa, uma pesquisa realizada pela FIPE<sup>25</sup>, em 1991 na cidade de São Paulo, utilizando a definição de cortiço de acordo com a chamada Lei Moura<sup>26</sup>, estimou a existência de 23.688 imóveis encortiçados na cidade, compreendendo 160.841 famílias e uma população de 595.110 pessoas, que correspondem à cerca de 6% da população paulistana.

O habitar popular na arquitetura institucional, ou social<sup>27</sup>, já nasceu no contexto da industrialização, do racionalismo, da modernidade e da

---

<sup>24</sup> A origem do nome deu-se graças ao ornamento de uma cabeça de porco na portada de entrada.

<sup>25</sup> Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE

<sup>26</sup> A Lei Municipal 10 928, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida como a Lei Moura ou Lei dos Cortiços, define cortiço como a unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características:

- constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano;
- subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;
- várias funções exercidas no mesmo cômodo;
- acesso e uso comum dos espaços não edificados e instalações sanitárias;
- circulação e infra-estrutura, no geral, precários;
- superlotação de pessoas. Fonte: ABIKO Alex Kenya *Introdução à Gestão Habitacional*. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo. 1995. disponível em <http://publicacoes.pcc.usp.br/PDF/ttcap12.pdf>

<sup>27</sup> De acordo com a introdução do livro *Origens da habitação social no Brasil*, o autor Bonduki, usa o termo social amplamente, e não apenas para habitação produzida pelo Estado. Fonte BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo Estação Liberdade 2004

funcionalidade. Na Europa, o adensamento das cidades no séc XIX e a precária condição de habitabilidade dos operários, que adoeciam e tinham baixa produtividade por causa da insalubridade, incentivou a melhoria das habitações populares por parte dos próprios industriais. Contraditoriamente, a motivação veio tanto com o advento do pensamento socialista (que buscava mais qualidade de vida aos trabalhadores) quanto da expansão industrial capitalista (que buscava maior produtividade).

No Brasil, as primeiras vilas de operários surgiram com o início da industrialização e com a expansão da rede de transporte ferroviário ainda nos fins do séc. XIX.

*Os casos em que a industrialização ocorreu simultaneamente à urbanização, gerando cidades em torno de grandes fábricas, seriam a regra no Brasil república(...)Em geral, estas vilas procuravam difundir padrões de comportamento adequado, na óptica capitalista do desempenho do trabalho livre (BONDUKI, 2004. p. 47)*

Primeiro, a iniciativa partiu dos industriários, que aproveitavam para abrigar seus trabalhadores de modo a exercer um poder de coerção paternalista, além de garantir a maior produtividade do operário. A moral e normas de vida burguesa dos patrões eram transmitidas aos subordinados, incluindo a difusão das tipologias unifamiliares como pequenos palacetes burgueses simplificados. *“Imagem em tijolo e cimento das fantasias burguesas da servidão operaria”* (BONDUKI, 2004. p. 48). Conforme Rolnik (2003) no caso de São Paulo, a legislação dos fins do séc XIX propunha para os pobres

[..]" o modelo de vilas higiênicas, pequenas casas unifamiliares construídas em fileiras, sempre na periferia dos núcleos urbanos".

De acordo com Bonduki (2004), isenções de impostos para importação de materiais empregados em construções de vilas e empréstimos foram as primeiras intervenções do Estado na habitação social. Como uma iniciativa isolada, em 1906 a prefeitura do Rio de Janeiro construiu pioneiramente 105 unidades habitacionais com capital público (BONDUKI, 2004. p. 71). Mas longe de ser o nascimento de uma política, fora apenas uma ação para conter os protestos contra o despejo das pessoas por conta de obras urbanizadoras. Apenas a Era Vargas abriria a discussão da habitação social como meta de governo. Mas daquela época até hoje observa-se uma grande quantidade de exemplos de conjuntos habitacionais que, em teoria, se remetem a imposição ortodoxa da época das vilas operárias na sua uniformização e replicação. Em resposta a isso, a população se apropria de suas casas com alterações, na medida que lhes é permitido e de acordo com seu gosto individual.

De todas essas experiências onde o habitar popular está materializado, nos chama a atenção o fato de grande parte destas experiências terem relação direta com a baixa condição econômica de seus habitantes, característica que se relaciona à marginalidade, uma questão eminentemente social. Mas não a marginalidade se relacionando à idéia de minoria. Marginalidade no sentido de estar à margem do que é dito e considerado legal, belo e apropriado, por quem detém o poder de julgar esses parâmetros, que dentro do nosso sistema capitalista, é quem detém o poder econômico.

### **1.3.3 HABITAR POPULAR COMO EXPRESSÃO DE CONSUMO**

O habitar popular é, em termos de quantidade, o que mais se verifica nas cidades. Como consequência dessa expressividade e relevância, o habitar popular, por si só, comunica mensagens. A abundância dos exemplares de edifícios populares, que se relacionam a uma cultura própria do habitar popular, facilita a capacidade de comunicação desta cultura, fato que propicia um maior consumo de materiais próprios a estas tipologias de edifícios populares, desencadeando um processo cíclico.

Tais tipologias, dentre as quais algumas já foram citadas no subcapítulo anterior, são apreendidas visualmente pelo observador da cidade e da paisagem urbana. Decorre daí que o mero aspecto da difusão visual fornece amostras a serem copiadas e difundidas por outras pessoas, que se deixam influenciar por esses exemplos. Assim, os modelos de expressão do habitar popular estão sendo constantemente recriados e consumidos, de acordo com os desejos e necessidades da sociedade.

Popular se refere à reprodução das relações sociais do povo<sup>28</sup>. A cidade é um instrumento de comunicação que acaba por fomentar a própria transformação, entendendo-se transformação como o conjunto de ações passíveis de ajudar a alterar ou preservar a pré-existência (edifícios e morfologia urbana). Ao mesmo tempo em que a cidade é fruto de uma criação social e reflete as interações dos grupos que nela habitam, ela se expressa por meio das imagens e sinais dos edifícios nela situados, como mensagens impressas que traduzem os desejos e possibilidades dos indivíduos.

---

<sup>28</sup> Povo no Direito Constitucional moderno é o conjunto dos cidadãos de um país vinculados a um determinado regime jurídico, a um Estado, a Nação.

Na cidade, esse habitar popular se relaciona às idéias e “pré conceitos” dos grupos e indivíduos quanto ao expressar-se por meio de sua habitação, recebendo influências diversas, para dizer ao mundo sobre si. De acordo com essa capacidade de comunicação das próprias experiências do habitar na cidade, há uma tendência de determinadas preferências se manifestarem de modo massificado, seguindo padronizações.

Por outro lado, observa-se também o comportamento de busca da novidade, algo recorrente ao indivíduo contemporâneo. Kapp<sup>29</sup>, na página 71 deste trabalho, falou de forma positiva sobre a autoconstrução na classe média, fato que leva a uma maior liberdade frente às imposições do mercado. Mas, por outro ponto de vista, a louca necessidade de transformação por meio da contínua reconstrução, é exemplo de que esta busca pela modernização é infinita na vontade do indivíduo.

Para Adorno (apud ALVES, 2006), as novas formas de consumo que se instauraram na sociedade incentivam a decomposição do sujeito em instantes convulsivos, os quais o levam a acreditar que, seguindo as últimas tendências<sup>30</sup>, poderia se desvencilhar de um estigma do passado. Mas o resultado deste comportamento é sempre o abandono do indivíduo “[...] à *mesmice diferente a cada vez*”. (ADORNO,1992, p.208 apud ALVES, 2006)

Com o consumo dos gostos de massa é assim, há sempre falsas inovações.

*O consumo implica uma ordem de significados e posições sociais. Consumir certos bens diz algo sobre quem consome, sobre sua posição social, seu status, o lugar a que pertence ou os vínculos que é*

---

<sup>29</sup> KAPP acredita que esta autoconstrução é a alternativa comum para fugir das ofertas pouco diversificadas do mercado de construção civil.

<sup>30</sup>De acordo com a percepção daquele indivíduo sobre como ele está vendo estas tendências, a moda, e qual o acesso que ele pode ter à mesma.

*capaz de estabelecer. É possível dizer que o consumo implica reunir pessoas e distingui-las. Por essa razão, pode-se afirmar que o consumo cria ordem, classifica as pessoas e as associa aos bens enfim, o consumo ordena informações e organiza significados sobre as estruturas sociais. (SILVA, ...2006)*

Puls (2006, p.451) cita Gramsci, que aborda o tema da arquitetura popular no início do séc. XX, denunciando uma grande falência da arquitetura, que refletia a grande velocidade de transformação do mundo moderno:

*“Numa civilização em rápido desenvolvimento, na qual o “panorama” urbano deve ser muito “elástico, não pode nascer uma grande arte arquitetônica, já que é difícil conceber edifícios feitos para eternidade”.*

Puls (2006) também afirma que os meios de produção capitalistas contribuem para a desqualificação da arquitetura, uma vez que fomentam os modos de produção em larga escala, com tipologias simplórias e materiais não tão resistentes, visando minimizar os custos. Assim, há mais incentivo à troca e à transformação.

Este processo de busca de referências externas, novas identificações culturais, novas necessidades de consumo, aliado à instabilidade econômica dos indivíduos, interfere no cotidiano urbano do habitar e conservar suas construções. O reflexo disso é desencadeado nas paisagens através da produção autônoma e particular de cada indivíduo. Cercado por tantas influências e informações que lhe são comunicadas, ele deixa de se reconhecer como elemento do processo de transformação urbana. De forma alienada, pois não vêem a importância de cada papel individual no conjunto, as

pessoas não conhecem o potencial de suas ações tomadas em relação aos seus imóveis, por meio do que consomem para mantê-lo.

Kapp (2005) discorre em seu texto “*Por que teoria crítica da arquitetura*” sobre esta pressão do consumo sobre o sistema de produção arquitetônico:

*A indústria cultural, ao mesmo tempo que vende seus próprios produtos ditos culturais, conforma a subjetividade - ou, se quiser, a mentalidade - para a qual parece fazer sentido o consumo massivo dos bens da produção industrial de um modo geral. As necessidades assim fabricadas promovem: a substituição cada vez mais rápida dos objetos de uso, em geral sob o pretexto do progresso técnico; a criação contínua de necessidades e desejos com satisfação reduzida a pequenas amostras; pouca inovação real e pouca variedade real, apesar da aparência contrária; pouco espaço para a criatividade, a ação autônoma ou a reflexão crítica do consumidor; e transposição, para o mundo do ócio, de habilidades, comportamentos e modelos exigidos pelo mundo do trabalho. A indústria arquitetônica faz parte dessa indústria cultural.*  
(KAPP, 2005. p. 151)

Um agente que contribui para a massificação é o mercado, que rege toda a população sem distinguir a individualidade, por determinações e oportunidades genéricas e abstratas. Tendências que direcionam o mercado de valorização da terra<sup>31</sup> induzem os padrões de consumo da população, e até mesmo justificam as políticas públicas.

---

<sup>31</sup> Há mais de 100 anos a cidade de São Paulo vem se transformando sobre a influência deste mercado, como podemos verificar ao longo de toda obra de ROLNIK, Raquel *A cidade e a lei*.

*O mercado não é simples espaço de trocas de mercadorias, mas também um lugar onde se processam interações sociais e simbólicas*  
(SILVA,...2006)

O que aqui é chamado de gosto de massa reflete os desejos e possibilidades dos indivíduos na transformação do lugar onde habitam, por meio das decisões e escolhas tomadas a partir das opções que o mercado tem a oferecer. O mercado além do comercializar a matéria, expõe a vitrine das tendências de consumo das populações.

A força do capital estimula o consumo por meio de uma propaganda, com fins de convencer aquela mercadoria como um bem indispensável para a vida da pessoa. O habitar popular é um modo de vida e de consumo integrado ao sistema econômico social capitalista e é essencial à sobrevivência do mesmo.

O mercado da construção civil, no nosso caso, se utiliza de todo um apelo de sofisticação para o convencimento de que a substituição de sua antiga casa por uma nova, mais moderna, é sempre o mais adequado, lógico e preferível. Ou ainda, que não se substitua a construção em si, que se substitua a sua imagem, por meio da renovação estética de tipologias, materiais de acabamento e esquadrias.

Kapp (2006) faz uma importante observação sobre este mercado hoje, o qual a autora alega que simula uma *falsa* modernização. Pois, em geral, há uma simples [...] "*otimização*" de processos já consolidados e a *correção de problemas deles resultantes* [...]. Nas palavras da autora, que defende que há uma padronização do mercado vigente e um boicote *às outras formas de*

---

*Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. FAPESP, Estúdio Nobel. 2003. São Paulo.

*morar*, é como se “*otimizassem o péssimo*”. Não se cria nada realmente novo, mas o apelo do consumo é pela troca, pela substituição que gera no indivíduo uma sensação de liberdade de escolha – ainda que seja totalmente falsa. Para Kapp (2006),

*Esse paradoxo é característico de toda a racionalidade instrumental subjacente ao processo histórico de modernização da produção e torna-o profundamente contraditório, não apenas em relação à sociedade em geral, como também em relação à própria lógica do capital. (KAPP,...2006)*

De acordo com os interesses dos grupos de poder detentores do capital, o mercado brasileiro voltado para a produção de larga escala não investe na pesquisa de produtos e tecnologias que não sejam estes vigentes. Assim, não há a opção de se morar em casas ou prédios antigos, pois as reformas otimizadas com boa qualidade e custos reduzidos não são alvo de investimento do nosso mercado tecnológico da construção civil. O que existe nesta área não é voltado para a grande população, mas para situações excepcionais, com custos altos que se justificam pelo valor cultural e artístico.

*Os produtos (materiais e imateriais) de uma sociedade se perpetuam na mesma medida do poder dos grupos neles interessados (com frequência muito mais específicos do que as classes sociais). Produtos que interessam a grupos de pouco ou nenhum poder deixam de existir, independentemente de suas qualidades intrínsecas ou das virtudes que poderiam ter para a totalidade social. (KAPP,...2006)*

O que isso tem a ver com o gosto de massa, o consumo de massa, é que ele também é o indutor deste mercado, excludente de outras formas de

morar, ao mesmo tempo que também é moldado pelo próprio mercado. Tendo como exemplo uma casa antiga que funciona, onde o sujeito mora, mas as portas e janelas, apesar de serem de um material resistente, apresentam falhas naturais de desgaste do tempo. Por conta do que é oferecido no mercado a um preço muito mais acessível, apesar do problema da porta comprometer o reparo de apenas 10 % de seu material, a porta será totalmente substituída, porque é a opção mais barata a curto prazo. E com a facilidade que os indivíduos que moram nessas casas antigas encontram na opção desta substituição, fica cada vez mais escassa a oferta de reparo, seja pela mão de obra, seja pelo material, que se tornam ainda mais especializados e raros.

A produção em larga escala de artefatos da construção civil mais acessível às classes populares acabou por acelerar a transformação das nossas paisagens tradicionais: a prática de reparos de conservação tornou-se inviável dado o custo da matéria prima e da mão de obra especializada. Por outro lado, este fenômeno também demonstra a necessidade do indivíduo sentir-se inserido no processo da “*modernização*”, ao qual a mídia da era da globalização explora como um poder de escolha individual, mas que na realidade é homogeneizante.

Assim, fechamos aqui a primeira parte do trabalho, que discorreu sobre os conceitos utilizados para demonstrar a transformação da cidade por meio da ação dos indivíduos, que, pelo simples fato de habitar casas e fazer escolhas sobre como conservá-las e modificá-las, influenciam no comportamento de outros indivíduos e conseqüentemente, pintam a tela da paisagem urbana tradicional onde vivem.

Esses fenômenos e observações aqui descritos não são de nenhuma exclusividade de algum lugar excepcional, podendo ser observados em muitos lugares de muitas cidades brasileiras. Praticamente *um lugar comum*, o exemplo utilizado para ilustrar a paisagem urbana tradicional que dará subsídios para a leitura dos conceitos aqui trabalhados compõe o bairro da Lagoinha, localizado em Belo Horizonte – MG, e a seqüência do trabalho parte de sua apresentação histórica, quando serão enfocados os aspectos de sua tradição popular conformadora da paisagem.

## PARTE 2 –

### 2.1 ESTUDO DE CASO DA PAISAGEM URBANA TRADICIONAL LAGOINHA - BELO HORIZONTE - MG

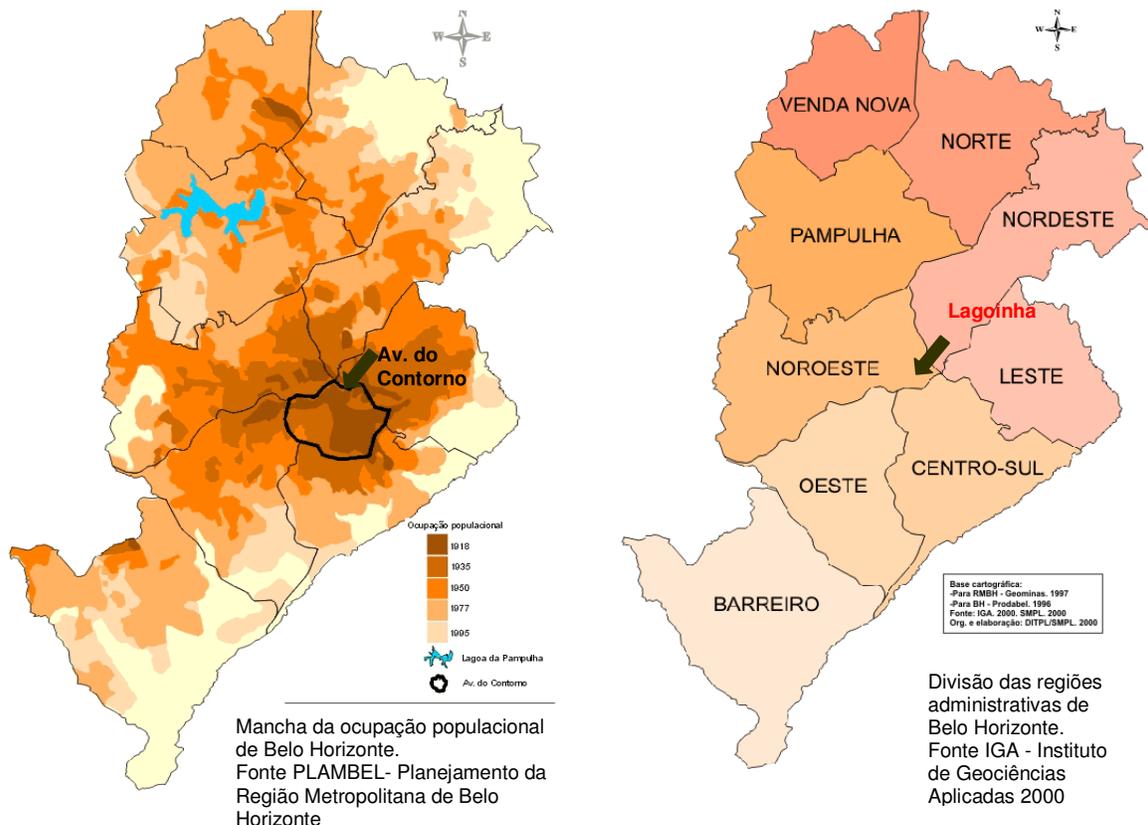
A paisagem urbana tradicional da Lagoinha localiza-se na região noroeste de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. A geografia do sítio alterna-se entre morros, como a rua Além Paraíba, e as várzeas dos córregos canalizados sob as avenidas Antonio Carlos e Pedro II, e da antiga praça Vaz de Melo, contígua ao Ribeirão Arrudas, que corta a região central da capital mineira.



A Lagoinha faz limite com a região centro sul na intercessão com o Ribeirão Arrudas e a estação de metrô da Lagoinha, onde é conhecida pelo

complexo viário da Lagoinha, local no qual desembocam importantes vias de fluxos em viadutos que se destinam ao acesso de outras regiões da cidade.

A Lagoinha foi uma das primeiras ocupações na capital, como vemos na mancha urbana que descreve a evolução demográfica de 1918 a 1995. Mas, de acordo com dados do censo demográfico de 2000<sup>32</sup>, a região nordeste sofreu um decréscimo de população da ordem 0,08% de 1991 a 2000.



O enquadramento da Lagoinha como estudo de caso poderá ser comprovado na sua trajetória histórica. Conta também o reconhecimento formal de sua relevância no contexto urbano da cidade de Belo Horizonte, tendo em vista a previsão na lei municipal 7166/96 (que trata do parcelamento, ocupação

<sup>32</sup> Fonte portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte PBH disponível em [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=9086&lang=pt\\_BR&pg=5922&taxp=0&idConteudo=16812&chPlc=16812](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=9086&lang=pt_BR&pg=5922&taxp=0&idConteudo=16812&chPlc=16812)

e uso do solo do município de Belo Horizonte) da ADE - Área de Diretriz Especial - da Lagoinha<sup>33</sup>:

Concomitante com a ADE, que, apesar de gravada, ainda não foi regulamentada, a região enquadra-se no zoneamento ZAR-2 - Zona de adensamento restrito, que prevê os seguintes parâmetros urbanísticos: coeficiente de aproveitamento = 1, quota de terreno de 45 m<sup>2</sup> por unidade habitacional, taxa de permeabilização de 20%, altura máxima na divisa de 5m.

Para se entender os fenômenos que levaram à conformação desta paisagem, segue a apresentação histórica de seu desenvolvimento urbano, ocorrido principalmente ao longo do século XX.

---

<sup>33</sup> Art. 75 - As áreas de diretrizes especiais - ADEs - são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam.

§ 1º - As ADEs são instituídas por lei específica, da qual, além da delimitação, devem constar os instrumentos, as intervenções, os parâmetros urbanísticos e fiscais, os usos a serem admitidos e os critérios para o funcionamento de atividades, as normas complementares necessárias e, se for o caso, o tempo de duração.

§ 2º - Os parâmetros urbanísticos relativos a coeficiente de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional e taxa de permeabilização das ADEs que vierem a ser instituídas por lei específica devem ser iguais ou mais restritivos que os da zona em que se localizem.

§ 3º - A lei a que se refere o § 1º, no caso das ADEs instituídas por esta Lei, deve dispor sobre o que nesta não esteja referido.

(...)

Art. 88 - A ADE da Lagoinha, em função de sua localização estratégica e da importância cultural e econômica da região, é destinada:

I - à proteção do patrimônio cultural e da paisagem urbana;

II - à revitalização de áreas degradadas ou estagnadas;

III - ao incremento ao desenvolvimento econômico.

§ 1º - No que se refere ao incremento das atividades econômicas na ADE da Lagoinha, devem ser adotadas políticas que contemplem:

I - a permanência das atividades econômicas tradicionais existentes na área;

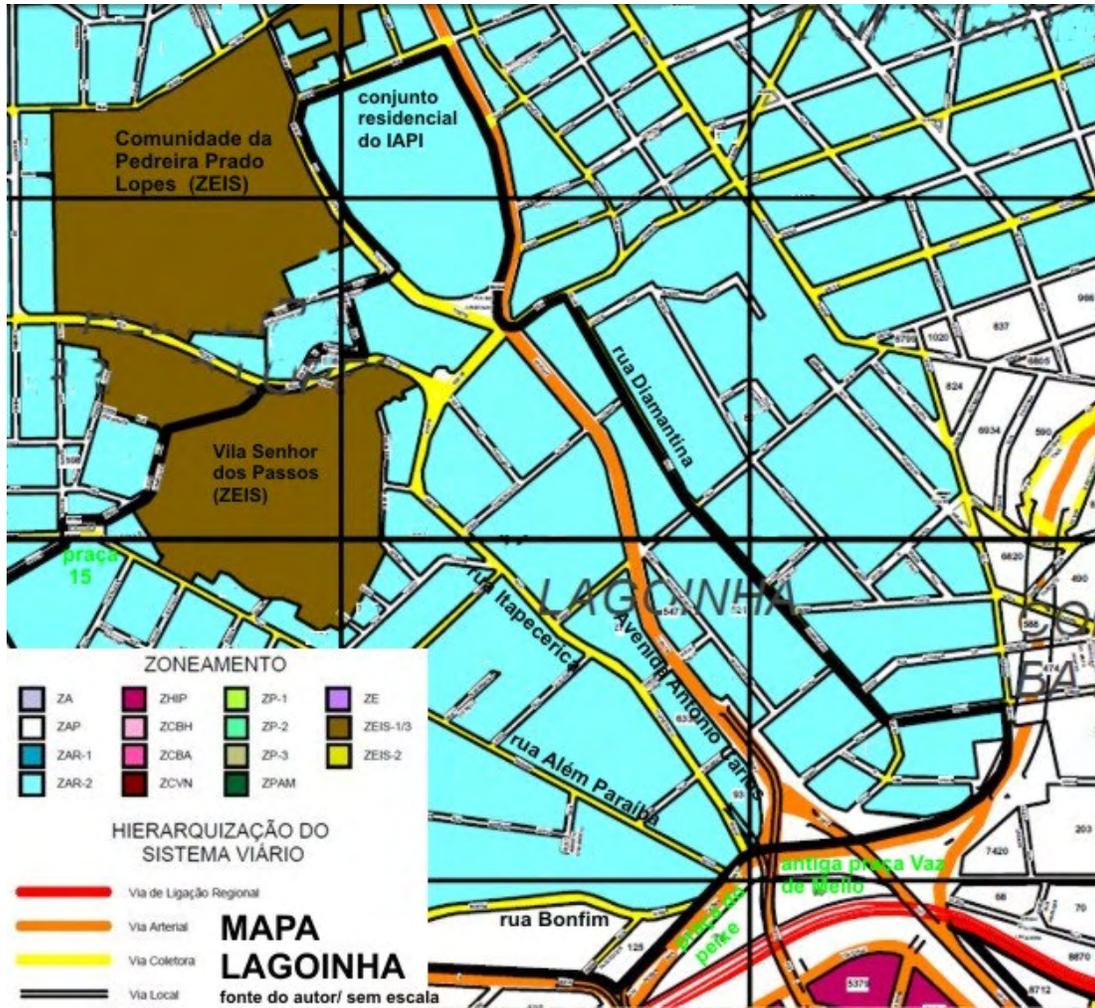
II - o estímulo à implantação de novas atividades compatíveis com as lá existentes;

III - a implantação de incubadoras de empresas e de equipamentos indutores similares, visando a modernizar os processos produtivos.

§ 2º - A permanência e a implantação das atividades econômicas referidas no parágrafo anterior podem ser estimuladas por incentivos fiscais.

§ 3º - Os projetos de reurbanização necessários para as áreas degradadas ou subutilizadas podem ser feitos por meio de operações urbanas

Fonte portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte PBH disponível em [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=15494&lang=pt\\_BR&pg=5570&taxp=0&#](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=15494&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&#) acessado em 08/06/2010.



## 2.1 - A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM TRADICIONAL DA LAGOINHA

*Antes de mais nada é preciso reconhecer: A Lagoinha era um bairro imperialista. Não abria mão da Bonfim, inclusive e principalmente da Paquequer – uma rua de um quarteirão só, que abastecia sozinha todo o noticiário policial de Belo Horizonte. Com sobra é claro. Do outro lado, pegava também a rua Diamantina, embora algumas pessoas que ali moravam não gostassem de ser Lagoinha. Mas eram. E no fundo, tinham um certo orgulho.*  
(PIROLI,2003)

Desde quando era apenas um sítio natural, a Lagoinha se destacava como uma paisagem marcante, reconhecida e mencionada no mais antigo documento oficial da região, a Carta de Sesmaria datada de 1711, que delegou a posse da terra à João Leyte da Sylva. Quando a capital veio se instalar na antiga região do Curral del Rey em 1897, o nome Lagoinha já era difundido pelo senso comum.

*“Pedindo-me lhe fizesse mce. mandar passar a ditta sesmaria e carta de dattas na fórma q`tinha requerido, e estylo observado; e visto seu requerimento e informação q`deu o provedor e Juiz das Sesmarias, hey por bem de fazer mce. ao Dom João Leyte da Sylva em nome de S. Mag, q`Deos guarde, de se lhe de Sesmaria, das terras, q`comprhende o sítio já povoado hua legoa da Serra das Congonhas até a Lagoinha, e correndo para o rio das velhas outra legoa e meya...” (CARTA SESMARIA apud BARRETO,1996)*

Por estar próxima da várzea do Ribeirão Arrudas e entre os vales dos Córregos, do Pastinho<sup>34</sup> – que viria a se tornar a avenida Pedro II, e dos Menezes, que corresponde a atual avenida Antônio Carlos - a região, além dos habituais morros, possuía muitas áreas alagáveis, que acabaram por batizá-la. Há também uma versão que diz que o nome veio por conta de um sobrenome de um padre colonizador do lugar.

Fato é que, por disposição da lei 601 - a chamada Lei de Terras que determinava o registro das terras nas freguesias da província - foram identificadas nos autos do Arquivo Público Mineiro as descrições das propriedades rurais já existentes na região da Lagoinha (BARRETO,1996). De acordo com levantamentos feitos a partir do relatório de Aarão Reis<sup>35</sup> ao governador do Estado em maio de 1895, a Comissão Construtora desapropriou imóveis na região para a execução de obras planejadas que iriam servir de suporte a nova capital. É interessante ressaltarmos que as indenizações pagas por estes terrenos foram as mais baixas pagas pela comissão construtora.

*A média dos valores pagos aos moradores da Lagoinha variou entre 1000\$000 a 700\$000, sendo que o preço mais baixo foi de 25\$000, o menor valor das desapropriações ocorridas no arraial. A média dos valores pagos na Lagoinha foi a metade da média dos que foram efetuados em todo processo*

---

<sup>34</sup> <http://www.manuelzao.ufmg.br/subprojetos/cartilha/cap6.htm> consultado em 15/10/08

<sup>35</sup> (...)“A trajetória profissional do engenheiro, urbanista e professor Aarão Leal de Carvalho Reis, mais conhecida pela elaboração do plano urbanístico de Belo Horizonte, bem sintetiza os valores e ideais dos técnicos que promoveram a modernização das cidades brasileiras na virada do século XIX. Procurando articular a tradição do humanismo clássico ao ideário positivista, Aarão Reis participou intensamente da efervescência intelectual que caracterizou esse período, pautando-se, sobretudo, pelo comprometimento ético, pelo idealismo e pela crença no progresso como possibilidade de melhoria material, intelectual e moral do homem”. MORAES, Fernanda. *B. Aarão Reis - Idealismo e Progresso*. Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 1, n. 81, p. 51-55, 1998.

*de compras de propriedades na Cidade pela Comissão Construtora. Esta realidade permanece até os dias de hoje. Para se ter uma idéia o valor dos imóveis comerciais na Av. Antônio Carlos chega a ser menos da metade dos da avenida Cristiano Machado. (SILVEIRA,2005)*

Ao conceber Belo Horizonte, o Engenheiro Aarão Reis<sup>36</sup> dividiu a cidade em três zonas: A zona urbana, que ocupava 8.815.382 m<sup>2</sup> com seu traçado de tabuleiro, a zona suburbana com 24.930.803 m<sup>2</sup>, com o arruamento seguindo o sítio natural, e a zona rural prevista para ocupar 17.474.619 m<sup>2</sup> no anel externo.

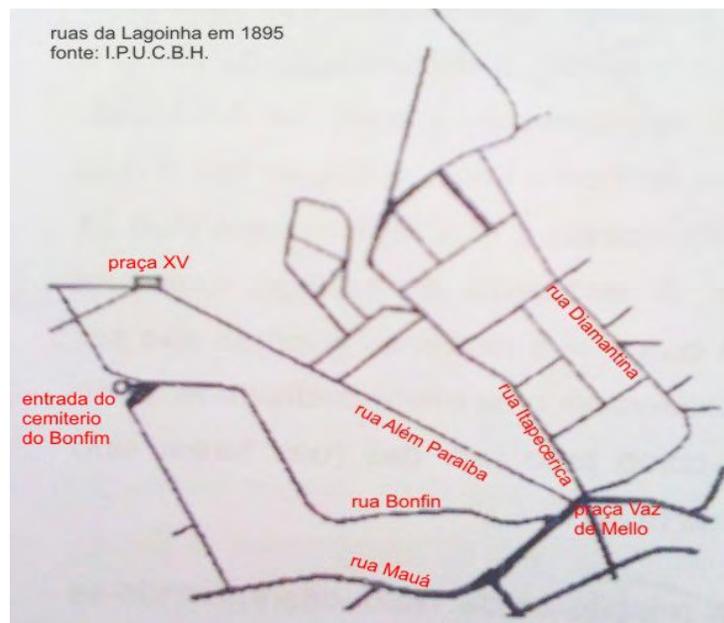


*[...] a zona suburbana, conforme descrita no ofício do dr. Aarão Reis citado por BARRRETO [...] em que os quarteirões*

*são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14 de largura – circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros [...] (PEDERSOLI,1992, p.22)*

No traçado da planta da cidade já se via a Praça do Mercado (Praça 14 de fevereiro, onde posteriormente foi instalada a Feira das Amostras em 1934 e onde hoje onde se encontra a rodoviária, ao lado da estação do metrô da Lagoinha) que é ponto de intercessão da cidade com a latente ocupação suburbana da Lagoinha. A região da Lagoinha era a VI suburbana, e, apesar de próxima ao centro, não era valorizada do ponto de vista econômico por estar fora da zona urbana da nova capital, mas ainda assim teve algumas ruas e lotes traçados pela comissão construtora de acordo com Barreto(1996).

De acordo com Moraes (1995), o plano de Aarão Reis previa cinco vias estruturadoras da VI suburbana: as ruas Mauá, Bonfim, Além Paraíba, Itapecerica, e Diamantina. Nos documentos oficiais, de acordo com Barreto (1996), a região também era denominada Alto dos Menezes.



As ruas Mauá (atual avenida N. Sra. de Fátima) a e rua Bonfim margeavam o córrego do Pastinho (atual av. Pedro II) , a rua Itapecerica e Diamantina seguiam a topografia adjacente ao córrego dos Menezes, que posteriormente se tornou a avenida Antonio Carlos. A rua Além Paraíba é a que desce da praça XV, seu ponto mais alto, até a região da praça Vaz de Mello, onde também se convergiam em estrutura radial as ruas Bonfim, Itapecerica e Diamantina.

A região da Lagoinha também foi escolhida para abrigar o primeiro cemitério da capital, o histórico cemitério do Bonfim, inaugurado no bairro de mesmo nome em fevereiro de 1897, 10 meses antes do arraial do Curral Del Rey se transformar na nova capital.

O bairro da Lagoinha é identificado por muita gente de Belo Horizonte como uma região que abrange diversos bairros nas imediações do início da avenida Antônio Carlos. De acordo com arquivos da PLAMBEL de 1979<sup>37</sup>, no plano original da cidade a Lagoinha, constituía-se numa região que abrangia os bairros de Bonfim, Santo André, Colégio Batista, São Cristóvão, Concórdia e Lagoinha (ver em anexo mapa correspondente à folha 35 da lei de parcelamento, ocupação e uso do solo do município de Belo Horizonte de 1996).

O Ribeirão Arrudas não era visto como uma barreira física segregacionista, sendo transposto pela “ponte do Bedeco”, que fazia a ligação do centro com a praça Vaz de Mello, batizada com esse nome em 1935 em

---

<sup>37</sup> Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte*. Belo Horizonte:PLAMBEL 1979

homenagem ao Coronel Guilherme Vaz de Mello.<sup>38</sup> Esta família, que era antiga moradora do arraial, foi proprietária da Chácara do “Bedeco” ou do “Sapo”, local que, desapropriado, deu origem ao Parque Municipal, referência no centro da capital. Com a desapropriação, a família que já exercia a atividade comercial no largo do Rosário do Arraial, se mudou para a Lagoinha onde teve um importante comércio de secos e molhados e farmácias, tornando-se uma família que até hoje é referência para os moradores. “[...]A praça ficava entre a linha de ferro Central do Brasil e a da rede mineira do oeste”<sup>39</sup>



A praça Vaz de Mello não apresentava nenhuma configuração urbanística planejada das tradicionais praças desenhadas por Aarão Reis para Belo Horizonte. Foi uma ocupação espontânea a partir de um espaço residual configurado pela intersecção de importantes ruas da VI suburbana com a estação e a ponte de acesso ao mercado da capital. A praça convergia o mais forte do comércio e da cultura da região. Possuía diversas lojas, bares,

<sup>38</sup> Nome oficial de acordo com decreto 32, de 13/07/1935, da gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima. A família também tornou-se atuante na política dando três prefeitos à capital, além de possuir párcos, como o fundador da igreja de São Cristóvão.

<sup>39</sup> Entrevista de Ildeu Vaz de Mello, advogado nascido na rua Adalberto Ferraz em 1943, in Traição e União, jornal produzido para o V encontro da família Vaz de Mello em agosto de 1998.

padarias, pensões, cinema, e era servida pelo Bonde que transitava pela rua Itapecerica e Formiga.

Assim, a ocupação do bairro foi estimulada pela proximidade ao centro e a presença do ramal férreo urbano ali instalado, além do fato de estar entre a zona urbana e rural, sendo desta forma também uma [...] *porta de entrada para o abastecimento da cidade*, de acordo com relatório da PLAMBEL<sup>40</sup> de 1986.

A Lagoinha, e em especial a praça Vaz de Mello e a rua Itapecerica, foram os principais pontos do comércio da região norte de Belo Horizonte até a década de 40. A rua Itapecerica era a principal entrada da cidade pelo vetor norte, permitindo o acesso das cidades de Lagoa Santa, Vespasiano e Santa Luzia, antes da construção da avenida Antônio Carlos na década de 50.

Sua localização contígua à Praça do Mercado também foi um fator contribuinte para atrair novos moradores e pequenos comerciantes nos primeiros anos da capital. Isso, em parte, explica o fato do bairro ter sido essencialmente composto por estratos sociais mais populares, na maioria dos casos operários da construção civil que não tinham acesso às terras urbanizadas da nova capital, destinadas prioritariamente ao funcionalismo público. Integraram a população inicial de operários da região e de famílias vindas do interior, uma massa de imigrantes italianos<sup>41</sup>, bem como algumas famílias de espanhóis, portugueses e sírio-libaneses.

---

<sup>40</sup> PLAMBEL. A estrutura urbana da RMBH 1986. Plambel. Belo horizonte, 1986. volumes 1 e 2.

<sup>41</sup> A imigração italiana é relatada por Abílio Barreto no livro *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Fundação João Pinheiro, prefeitura de Belo Horizonte, 1996 vol. 2. História Média.



Sugere-se que a extroversão dos operários italianos, na maioria solteiros, que se instalaram por ali foi responsável por atrair a zona Boemia para a região. Mas há uma outra versão, de acordo com um jornal que noticiava sobre a zona Boemia na praça Vaz de Mello:

*[...] no início do desenvolvimento da nossa capital, [...] localizava-se a zona bohemia em diversos quarteirões das nossas ruas centrais, notadamente avenida Paraná, a rua Tupynambás e avenida Amazonas. Estudaram as nossas autoridades os diversos aspectos do problema e chegaram a conclusão de ser necessário o isolamento da prostituição. Como um mal social inevitável, de bom alvitre seria circunscrever-se determinado local. Depois de alguns meses de estudo, chegou-se a conclusão de que a parte situada entre o Ribeirão Arrudas e a rua Guaycurus seria mais aconselhável, por permitir o isolamento.*

*[...] foi assim que, por volta de 1913 a proximidade geográfica e o ambiente propício fizeram da antiga praça da Lagoinha o pólo distribuidor da pândega.<sup>42</sup>*

---

<sup>42</sup> Não requerer mandado de segurança as inquilinas da zona bohemia. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte. 7-12-1938 pág 10

Aos italianos, alguns autores, como Pedersoli (1992), também atribuem a responsabilidade pelo legado artístico e arquitetônico da capital mineira. No caso da Lagoinha, a criatividade dos operários permitiu que com escassos recursos econômicos se determinassem as características típicas de uma construção popular, que aspirava os ares de sofisticação e apuro estilístico encontrados nos palacetes erguidos na malha urbana formal da capital mineira<sup>43</sup>.

Lemos (1989, p. 13) discorre a respeito desta importante participação dos imigrantes na construção de São Paulo, aplicando-se perfeitamente à situação do bairro da Lagoinha em Belo Horizonte:

*[...] a produção eminentemente popular, isto é, a do grande povo das chamadas classes baixas, normalmente de origem rural em recentes imigrações, que sempre teve como meta prioritária tão somente a satisfação da função de abrigo em seus habitáculos. A intenção plástica viria em num segundo estágio e acreditamos que mesmo os imigrantes italianos estavam destituídos de veleidades estéticas quando construía suas casas nos bairros operários. Na hora dos arremates e composição de fachadas de platibanda estariam, automaticamente, sem pensar muito em beleza, reproduzindo a arquitetura de seus pais e avós.*

Antes mesmo da virada do século, o considerável número de habitações precárias, cafuas e barracos dos operários localizados na zona

---

<sup>43</sup> Um artigo de FREITAS, Marcel de Almeida mostra a influência de trabalhadores italianos na elaboração de projetos e construção de importantes edifícios da capital. disponível em [http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20081029100438.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20081029100438.pdf) e [http://www.ponteentreculturas.com.br/media/textos\\_palestras/A\\_influencia\\_da\\_Imigracao\\_italia\\_na\\_na\\_arquitetura\\_de\\_BH.pdf](http://www.ponteentreculturas.com.br/media/textos_palestras/A_influencia_da_Imigracao_italia_na_na_arquitetura_de_BH.pdf)

urbana fez com que a prefeitura ordenasse a demolição dos mesmos, sendo muitas famílias alocadas na região da Lagoinha.

*Em 1898, o “incômodo” provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital. (GUIMARÃES, 1991, p.91)*

A partir deste momento, a Prefeitura decide expulsar formalmente os pobres da cidade, visto que a *expulsão branca*<sup>44</sup> já ocorria de maneira informal desde o período das desapropriações que deportaram os antigos moradores do arraial, quando do início das obras para instalação da capital.

O censo de 1912 revelou que a área urbana de Belo Horizonte apresentava apenas 32% de ocupação, contra 38% na suburbana. Mas ainda assim, grande era a quantidade de edificações precárias na zona urbana, que era o cartão postal dos *belorizontinos*, e deveria, portanto, ser mantida dentro de padrões formais estéticos aceitos na sociedade da época.

*Refletindo a preocupação com o local de assentamento do operariado da construção civil, em 1920 foram destinados alguns terrenos da Lagoinha (atual vila Concórdia) para localização da vila proletária*<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Também chamada de gentrificação, é um termo utilizado para designar processo de remoção gradual dos habitantes de uma área que valorizada acaba por ter o acesso a seus moradores regulado pelas leis do mercado, onde quem possui mais dinheiro adquire propriedades ou mesmo passa a locar imóveis antes ocupados por uma população de menor poder aquisitivo.

<sup>45</sup> Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PLAMBEL 1979



Assim, por seu caráter suburbano, popular e sua intensa atividade comercial, a Lagoinha foi o local escolhido para a implantação da primeira Vila proletária da cidade, oficialmente determinada pela lei 170 de 6/10/1919, quando a Prefeitura demarcou 300 lotes a fim de remanejar a população de baixa renda que habitava a área central de forma precária e degradante para a imagem da jovem cidade.

*[...] A medida que for igualmente alienando os lotes da primeira villa operaria, irei forçando a retirada dos intrusos do domínio municipal... em áreas como a Lagoinha reservar-se-á para operários desprovidos da sorte e que tanto nos merecem, uma situação mais cômoda e inteligente em relação as que eles próprios criaram...<sup>46</sup>*

A Lagoinha sempre foi um paradoxo urbano, onde a fé e as tradições típicas das famílias mineiras contrastam com a boemia que sempre foi associada ao bairro. Prova disto é a musicalidade latente, a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, localizada a rua Adalberto Ferras 59 e está ativa desde 31/05/1914. Pedersoli (1992, p. 22) cita o grande contingente

---

<sup>46</sup> Mensagem do prefeito Cristiano Machado apresentada em 6-10-1927 citada pela PLAMBEL em *A estrutura urbana da RMBH 1986*. PLAMBEL. Belo horizonte, 1986. volumes 1 e 2

de operários e habitantes italianos que fundaram uma sociedade visando o amparo material dos italianos radicados: sociedade Italiana de beneficência e Mútuo Socorro.

A tradicional banda mole, que reúne milhares de foliões uma semana antes do carnaval em Belo Horizonte, onde, com irreverência e bom humor, os homens trajam vestimentas femininas, de acordo com antigas moradoras do bairro, teve origem na banda Leões da Lagoinha.

Quanto às atividades econômicas, ainda nos relatórios da Comissão Construtora de Belo Horizonte, consta a regulamentação de diversas delas desenvolvidas no arraial através de contratos acordados entre comerciantes e pequenos empreendedores. O relatório identificou na Lagoinha atividades como olaria, seleiro.



Depois de cem anos, o projeto de Revitalização do bairro, realizado na década de 90, revelou mais de 100 ofícios catalogados, entre costureiras, alfaiates, pintores, artesões, salgadeiros, sapateiros, consertadores de instrumentos.

A pedreira Prado Lopes<sup>47</sup> e a Vila Senhor do Passos são as ocupações mais populares e economicamente carentes da região, situadas nas grotas mais íngremes. De acordo com Pedersoli (1992, p.22), a pedreira Prado Lopes era referencia por fornecer material construtivo para as obras de infraestrutura da zona urbana. O nom, em sua origem, está ligado à família Prado Lopes, da qual fez parte o então engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, de 1ª classe da Comissão Construtora da capital, 3ª divisão<sup>48</sup>.



A Vila Senhor dos Passos, por sua vez, passou a ser designada assim a partir da década de 80 com a construção da capela com o mesmo nome, mas é conhecida originalmente como *Buraco Quente*, e surgiu a partir de uma fazenda, de propriedade de um membro da família Mata Machado, que no início do século passado, doou a área para que a Igreja pudesse repassá-la

---

<sup>47</sup> Ainda hoje, na pedreira Prado Lopes vive a rainha conga mais antiga de Belo Horizonte, uma mestra da cultura popular reconhecida com o "Prêmio Culturas Populares 2009 oferecido pelo Ministério da Cultura (Minc). Aos 106 anos, Dona Bela foi coroada rainha aos 7 anos de idade, estando agora às vésperas de completar 100 anos de congado à frente da guarda. Figura emblemática, Dona Bela enfrenta dificuldade de manter a tradição do congado viva no alto do morro, pois muita gente tem medo de subir o morro pra ver a festa. Veja mais em: <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1574&IdCanal=4&IdSubCanal=&IdNoticia=134018&IdTipoNoticia=1>

<sup>48</sup> RIBEIRO, Núbia Braga. *Os Silêncios e tantas histórias*. Acesso em 18/10/2008 in: <http://orbita.starmedia.com/~pedreirabh/silencio.html>

às famílias pobres. Os documentos mencionam que os primeiros moradores ali se estabeleceram em meados do ano de 1914<sup>49</sup>.

Porta de acesso para as comunidades da Pedreira Prado Lopes e da Vila Senhor dos Passos - esta última localizada no coração da região - a Lagoinha acompanhou de perto a consolidação destas ocupações informais, que de barracos provisórios transmutaram-se em casinhas, puxadinhos de alvenaria.



Mas ainda hoje necessitam de muitos avanços de ordem estrutural para melhoria da qualidade de vida destes seus habitantes. Estas áreas são gravadas como ZEIS – Zona Especial de Interesse Social - e possuem parâmetros urbanísticos específicos para seu uso e ocupação de acordo com a legislação municipal.

Ocorreram intervenções na Lagoinha desde o início da implantação da capital, ma, especialmente a partir das obras de instalação das avenidas sanitárias da Pedro II e Antônio Carlos, na década de 40, o processo de

---

<sup>49</sup> Fonte: [http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades\\_mostra.php?cod=5](http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=5)

transformação se acelerou. Tendo como principais objetivos a indução do crescimento da cidade para os vetores norte e noroeste de Belo Horizonte:

*A intervenção na região da Lagoinha é significativa de como o Poder passa a atuar na reordenação da cidade. Esta área ficava justamente a meio caminho de um novo complexo de lazer e turismo que estava sendo construído para a população de alta renda da cidade: a Pampulha. A Lagoinha é a porta de entrada da Avenida Antônio Carlos que faz a ligação da cidade com a Pampulha. (SILVA, 1994, p.136).*



A implantação da Avenida Antônio Carlos foi um fator agravante para a fragmentação da Lagoinha, segregando a parte mais tradicional e comercial, que compreende ruas como a Além Paraíba e Itapecerica, da área mais residencial e familiar, do outro lado da Antônio Carlos, onde se localiza a rua Diamantina. Depois das obras da Av. Antônio Carlos em 1948 foi inaugurado o conjunto habitacional IAPI<sup>50</sup>, seguindo explícitos preceitos

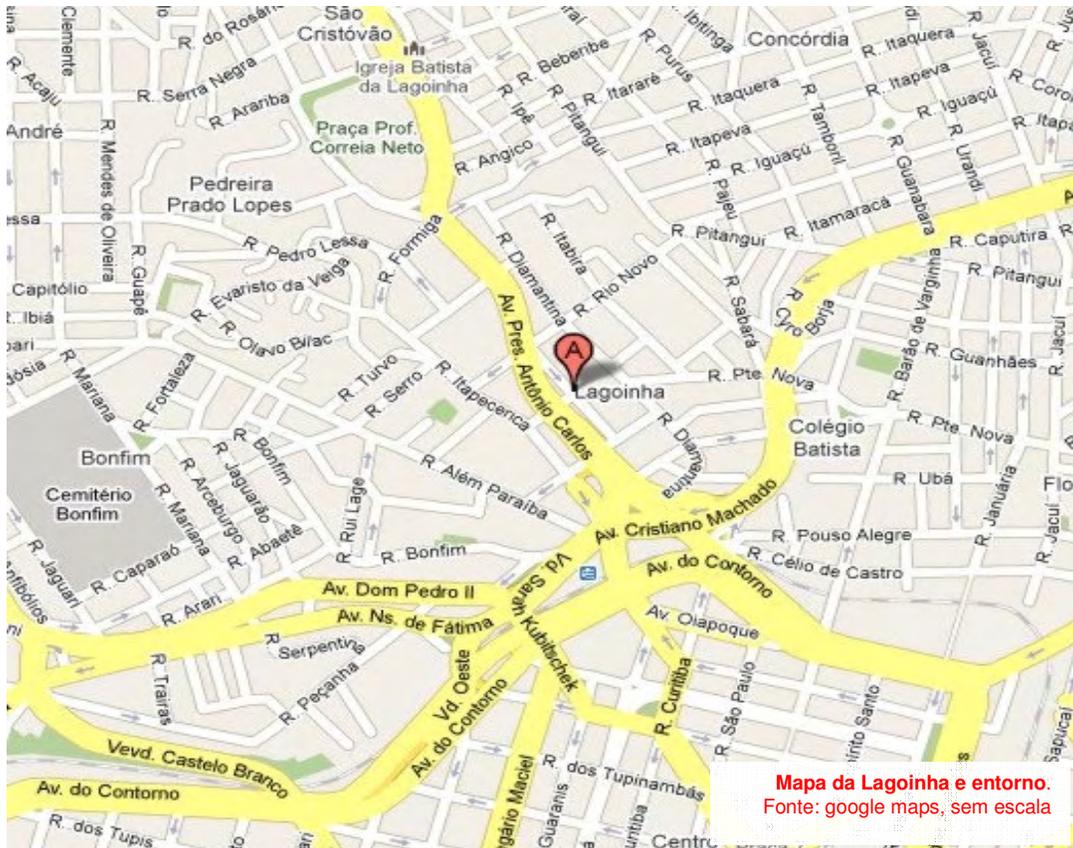
---

<sup>50</sup> IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. O IAPI foi criado em 1936, durante o Estado Novo e, após 1945, expandiu suas áreas de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades. Quem projetou o Conjunto IAPI foi White Lírio Martins. O projeto data de 1947, sendo que o término da construção se deu somente em 1952

modernistas de ordenamento da paisagem, como uma tentativa de se *higienizar* a desordem daquela região da cidade. Depois da implantação do IAPI “*a onda de demolições e intervenções na Lagoinha, no sentido de favorecer a população e o trânsito da cidade, tornou-se assustadora e progressiva* (SILVEIRA, 2005).

Para a construção dos primeiros viadutos do complexo viário da Lagoinha nos 60, bem como para a abertura do túnel Concórdia Lagoinha, muitos terrenos foram desapropriados e construções demolidas. O túnel Lagoinha – Concórdia teve o início das obras em 1948 quando foi construída apenas a entrada do túnel. Posteriormente, o local ficou abandonado até 1959, e sua conclusão se deu apenas em 1970. Da década de 70 também consta a construção da rodoviária no lugar do antiga Feira de Amostras, que, por sua vez, também já havia sido alojada no lugar do antigo mercado municipal. Em 1980 foi construído o complexo de viadutos e, em 1986, a estação de metrô Lagoinha. (MACHADO; PEREIRA, 1993. P. 55)

Com o crescimento da cidade de Belo Horizonte, as obras necessárias ao incremento da infraestrutura, em especial as vias de escoamento viário, se configuraram como obras indispensáveis ao desenvolvimento metropolitano justificando a transformação da paisagem local em nome do progresso da capital, ainda que para isso a conformação espacial do bairro tenha sofrido com as intervenções que vão desde abertura de vias à destruição de praças e edifícios.



*A Lagoinha se transformou num incômodo para a cidade moderna. Certa vez um representante da BHTRANS me disse que ao invés de reivindicarmos melhorias no transporte público deveríamos nos conscientizar que a Lagoinha atrapalha o fluxo da cidade. Ele nos disse que o que teria de ser feito era demolir tudo isso aqui<sup>51</sup>*

Na transição das décadas de 70 e 80, a realização de obras de novos viadutos, alargamento da Antônio Carlos, e a inserção de novos equipamentos metropolitanos, como a estação de metrô do Lagoinha, fizeram com que a região configurasse estrategicamente como um foco de escoamento do fluxo metropolitano. A região também era bastante castigada pelas chuvas

<sup>51</sup> Depoimento de Eduardo Andrade Varela, fundador e antigo presidente da Associação dos Moradores do bairro Lagoinha em depoimento do livro *Lagoinha a cidade encantada* editado pela jornalista Brenda Silveira em 2005.

que faziam o ribeirão Arrudas transbordar e gerava grandes prejuízos ao comércio atacadista da região.



Uma das maiores perdas para a população local, que ainda hoje se lastima, foi a demolição dos edifícios da praça Vaz de Mello na década de 70, como o cine Paissandu, a retirada da feira dos produtores e a demolição da Feira de Amostras para construção da rodoviária.

*“Adeus Lagoinha adeus,  
estão levando o que resta de mim.  
Dizem que é força do progresso.  
Um minuto eu peço,  
Para ver seu fim.”  
Adeus lagoinha...<sup>52</sup>*

Desta forma, as intervenções eram justificadas pelo poder público com o argumento do benefício da coletividade. Parcela da própria população depositou crédito nas ações do governo na região, aguardando por mudanças que pudessem trazer benefícios como a valorização de seus imóveis e o

<sup>52</sup> Samba dos sambistas mineiros Gervásio Horta e Lagoinha em protesto contra a demolição da praça Vaz de Mello.

incremento da economia local. Outros grupos que se fortaleceram<sup>53</sup> especialmente nos anos 90 esperavam por um ordenamento urbano sócio organizador, concordando com as atitudes higienistas de retirar as casas de prostituição localizadas no quarteirão da rua Paquequer. Esses também buscam soluções definitivas para os pedintes da região que vivem nos arredores dos espaços intersticiais criados pelos viadutos.



Há também os grupos tradicionais, que de certa maneira coincidem com antigos moradores que nunca quiseram mudança alguma no bairro, e lamentam, que desde a década de 70, a cidade tenha contraído essa dívida de destruição do bairro que a cada dia só aumenta.

Na dinâmica da cidade, interesses se contrastam, mesmo dentro de uma mesma região. Dentre os moradores de níveis sócio culturais parecidos, de um lado há aqueles que acreditam na força do progresso, que a qualquer custo um dia irá organizar as coisas para melhor. Por outro lado, há quem se lastime pelos caminhos deste mesmo progresso que foi o principal indutor das principais perdas de referências do bairro.

---

<sup>53</sup> A comunidade da Igreja Batista da Lagoinha que se localiza do outro lado da Antônio Carlos em frente ao IAPI é a maior da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Como já foi dito, o atual plano diretor de Belo Horizonte prevê Áreas de Diretrizes Especiais – ADE's – criado com o objetivo de dar tratamento especial a regiões com características histórico culturais de ocupação diferenciadas. Até o momento, somente duas regulamentações dessas áreas saíram do papel: Santa Tereza e Pampulha.



Mas em 1995 foi lançado o projeto Lagoinha, a partir uma grande pesquisa realizada em 1994 - IPUC-BH, que fundamentou uma proposta de Reabilitação Integrada, culminando com a comemoração do centenário de Belo Horizonte. A idéia era que, pela primeira vez, o poder público se propusesse a realizar uma obra voltada para a população local, ao contrário das diversas outras operações urbanísticas sofridas pelo bairro, cujo foco sempre fora a solução de problemas viários da capital e sua região metropolitana. A integração da proposta estava em se entremear ações físicas de desenvolvimento urbano aos projetos sócio-culturais associados ao resgate da dinâmica econômica local, contando com a participação popular.

Este projeto não chegou a ser implantado, apesar do ex prefeito Célio de Castro ter editado a portaria de 6/11/95 apresentando o Projeto Lagoinha, instituído pela portaria 3378 de 8/3/95 subordinada à Secretaria

Municipal de Assuntos Extraordinários. Em 16 de agosto de 1996 o projeto Lagoinha foi lançado oficialmente, durante o Seminário criado pelo Habitat II. A única ação que se concretizou deste plano foi a revitalização do antigo mercado localizado a avenida Antônio Carlos.



A sub-área I, definida neste IPUC-BH da Lagoinha onde se encontram as rua Itapecerica e Além Paraíba ainda apresenta no ano de 2010 um comércio bastante típico, guardando tanto as características corriqueiras de comércio de bairros quanto seu tradicional comércio de móveis usados e antiquários.

A Lagoinha atualmente é um bairro de uso misto, onde a rua Itapecerica se mantém como lugar estratégico do comércio local, tráfego intenso e presença de alguns edifícios remanescentes de estilos arquitetônicos de diversas décadas do século 20. Apesar da proximidade ao centro da capital mineira, as obras de infraestrutura que trouxeram impactos diretos no território, acabaram por desaquecer o mercado imobiliário da região. Existe um relativo número de imóveis muito degradados, cujos proprietários alugam a preços módicos para compensar a falta de investimentos de conservação. A própria

gerente da Patrimônio Histórico do município de Belo Horizonte, Michele Abreu Arroyo, já afirmou que a baixa especulação imobiliária do local e o abandono dos imóveis foram o que, de certo modo, mantiveram a paisagem local<sup>54</sup>.

De acordo com levantamento realizado no jornal de maior circulação da capital mineira, Estado de Minas, durante os meses de fevereiro e março de 2010, obteve-se o seguinte panorama sobre a oferta de imóveis na região, em comparação com outros bairros tradicionais de origem popular como Carlos Prates, Floresta, Prado, Santa Tereza e o elitizado bairro dos Funcionários<sup>55</sup>:

<b>BAIRROS</b>	<b>Classificados Jornal Estado de Minas dia 24/02 - Quarta-feira</b>	<b>Classificados Jornal Estado de Minas dia 28/02 - Domingo</b>	<b>Classificados Jornal Estado de Minas dia 03/03 - Quarta-feira</b>	<b>Classificados Jornal Estado de Minas dia 03/03 - Domingo</b>
LAGOINHA/ BONFIM /SÃO CRISTOVÃO	1 casas 0 apartamento	2 casas 1 apartamento	1 casa 0 apartamento	2 casas 1 apartamento
CARLOS PRATES	2 casas 8 apartamentos	2 casas 14 apartamentos	0 casa 10 apartamentos	5 casas 15 apartamentos
FLORESTA	1 casas 19 apartamentos	5 casas 49 apartamentos	1 casa 17 apartamentos	5 casas 35 apartamentos
FUNCIONARIOS	0 casas 100 apartamentos	0 casa 177 apartamentos	0 casa 105 apartamentos	0 casa 138 apartamentos
PRADO	6 casas 49 apartamentos	13 casas 67 apartamentos	8 casas 53 apartamentos	4 casas 70 apartamentos
SANTA TEREZA	3 casas 15 apartamentos	8 casas 26 apartamentos	7 casa 10 apartamentos	3 casas 22 apartamentos

Fonte: Classificados do Jornal Estados de Minas, fevereiro e março do ano de 2010.

O bairro não apresentou nos últimos anos uma grande elevação dos preços do aluguéis, fato que acaba por sustentar a conservação de alguns ofícios de pequenos profissionais liberais na ativa, como relojoeiros e outros prestadores de serviços. Mas o mesmo desaquecimento econômico que

<sup>54</sup> Diário OM. Belo Horizonte. Ata da reunião ordinária de 14 de fevereiro de 2007 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH). disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=959125>. consultado em 25/10/2008.

<sup>55</sup> O bairro dos Funcionários é localizado na região *tradicional dos ricos*, concebido por Aarão reis para ser ocupado por funcionários do governo do Estado de Minas Gerais vindos de Ouro Preto, e graças à especulação da região, apresenta hoje poucos exemplares salvos por tombamentos individuais.

permite a permanência de uma população menos abastada, também contribui para a falência de alguns pequenos micro empresários, especialmente na área de móveis usados e antiguidades, cujo comércio era referência na capital desde a década de 40, mas que agora se encontra disperso em muitos bairros da capital<sup>56</sup>. De acordo com um comerciante do local, que trabalha há 40 anos na região no ramo de comércios de móveis usados, houve um decréscimo do número de estabelecimentos. Em 15 anos a queda foi de mais de 50 %, de 42 lojas agora só restam 17.

Em 1995 a pesquisa do IPUCBH revelou que a maior concentração de moradores encontrava-se na faixa de 2 a 5 salários mínimos, mas um fato curioso chama a atenção: nesta faixa de renda 80 % dos moradores são os proprietários. De acordo com MORAES

*No caso da Lagoinha, a manutenção de moradias próprias para a maior parte de seus habitantes aponta para uma identificação particular entre a população e seu território. (MORAES; PEREIRA,1995)*

Em 2005, 62% dos habitantes da Lagoinha tinham renda de 1 a 4 salários mínimos, com apenas 7% de seus moradores com nível superior completo.<sup>57</sup> Mas não há índices altos de analfabetismo, o modo de vida predominante ainda é muito voltado para as antigas tradições, no cotidiano típico popular, associando de forma contrastante a religiosidade dos antigos moradores com a herança boemia.

---

<sup>56</sup> Veja sobre a propostas de revitalização comercial na rua Itapecerica, disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/757/1/Requalificacao-Comercial-Da-Rua-Itapecerica-Em-Belo-Horizonte-Uma-Intervencao-Academica/pagina1.html>.

<sup>57</sup> SILVEIRA, Brenda. *Lagoinha a cidade encantada*. Ed. da autora, - Recursos da lei municipal de incentivo a cultura 6493/93, 2005.

### 2.3 O HABITAR POPULAR DA PAISAGEM URBANA TRADICIONAL LAGOINHA

O habitar popular da paisagem urbana da Lagoinha é uma expressão mnemônica, que se investe de diferentes significados, seja na escala local da região denominada Lagoinha, seja dentro da escala metropolitana da cidade de Belo Horizonte.

O habitar popular na Lagoinha se referencia na acolhida dos operários e imigrantes menos abastados que chegavam à capital no início do século XX e, se integrando aos antigos moradores da região do curral Del Rey, iniciaram o processo de construção de uma *paisagem contínua*<sup>58</sup>. Nas casas, nos comércios, no conjunto, na harmonia e na diversidade do que se apreende visualmente ainda hoje se vê a vitalidade do desenvolvimento deste processo.

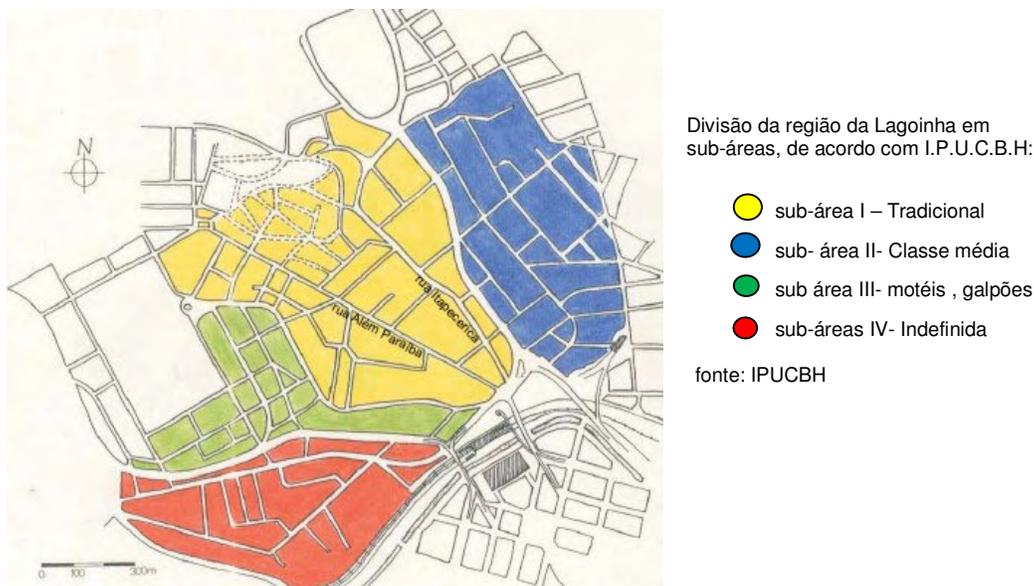
Já foi dito neste trabalho que a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção<sup>59</sup>. Por esse motivo, houve uma opção metodológica de se destacar fragmentos desta paisagem para facilitar a apreensão visual de quem está conhecendo a Lagoinha por meio da presente dissertação. Realmente, apenas com o caminhar, a vivência do ambiente, consegue-se compreender o que é a Lagoinha, misto de tradição, conflito, desleixo e surpresa. Sendo que o que vem mais forte na fruição da Lagoinha é sua essência popular. E as características do habitar popular, ou seja, os desejos e necessidades de consumo, e a condicionante econômica são observadas de maneira didática com os exemplares apresentados das ruas Itapecerica e Além Paraíba. Tais ruas estão entre as cinco estruturadoras previstas pelo plano de Aarão Reis,

---

<sup>58</sup> Paisagem Contínua: Aquela onde as formas de vida tradicionais ainda transformam a paisagem que exhibe elementos materiais desta interação ao longo dos tempos. (plantações, vilas tradicionais) de acordo com categorias de paisagens culturais definidas pela UNESCO já citado neste trabalho.

<sup>59</sup> SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

como nos disse MORAES<sup>60</sup>, mas foram elas que guardaram o processo de construção visual da paisagem por meio de sua composição fragmentada e não homogênea, fruto da transformação induzida pelo habitar popular.

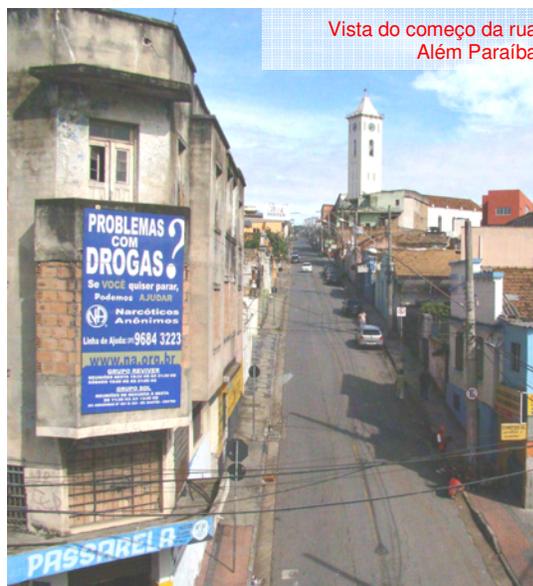
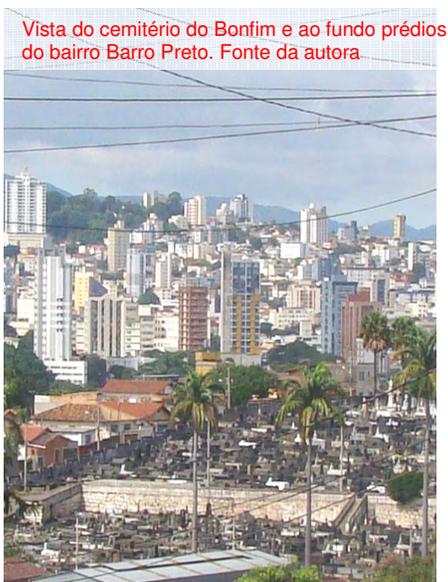


Vários imóveis da região da rua Itapeçerica e Além Paraíba possuem argumentos suficientes para sua preservação cultural, por se tratarem de exemplares arquitetônicos singulares, que retratam a criação de uma paisagem essencialmente popular construída ao longo dos mais de 100 anos de existência. Alguns poucos exemplares apresentam tipologias do início do século XX ainda inspiradas nos sobrados oitocentistas; muitos exemplares ecléticos ainda trazem, meio mutilados, singelos e lúdicos ornatos e tipos variados de esquadrias e coroamentos de platibandas. Outros estão implantados no nível da rua ou recuados com jardins frontais nos aclives. A

<sup>60</sup> MORAES, Fernanda Borges de; PEREIRA, Maria de Lourdes. *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural do Bairro Lagoinha em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1995. 145p. (Relatório técnico).

tipologia protomoderna com ares de um Déco<sup>61</sup> modesto também é verificada, em habitações uni e multifamiliares.

A paisagem desta região denominada de tradicional, de acordo com o inventário IPUC BH, é predominantemente não verticalizada, apesar de estar ao lado de bairros como Concórdia, Colégio Batista (classificados como sub área II) e o próprio Centro, onde a verticalização ocorreu desde a década de 40. À topografia íngreme da rua Além Paraíba se assenta o panorama de casas térreas ou de dois pavimentos, e a necrópole do Bonfim dá continuidade a essa configuração. O destaque vertical é a torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição situada na esquina do segundo quarteirão da rua Além Paraíba.



A Lagoinha pode ser vernáculo na medida em que é uma “arquitetura de concepção coletiva não individualizada”<sup>62</sup> mas, por outro lado, é

<sup>61</sup> Dentre as características do estilo Déco, de acordo com Guia da arquitetura Art Decó do Rio de Janeiro, destacamos o tratamento volumétrico das partes constituintes e superfícies, à maneira moderna, com: linguagem formal tendente a abstração (contenção expressiva dos ornamentos decorativas, quase sempre em baixo relevo), e composição com linhas e planos, verticais e horizontais, fortemente definidos e contrastados. O livro também lança a pergunta sobre o Déco no Brasil: Tardo-eclétismo ou protomodernismo? “O Art Decó foi um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado na Europa e que se expande para as Américas do Norte e do Sul, inclusive o Brasil, a partir dos anos 20” pág 9. CZAJKOWSKI. Jorge. Guia da arquitetura art decó do Rio de Janeiro. / Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. 3] edição. Casa da Palavra. Rio de Janeiro.2000.

tão misturada e cheia de interferências externas (pois isso é o que mais se vê) que foge à concepção de vernáculo defendida por LEMOS<sup>63</sup>.

A autoconstrução é regra geral. Como dissemos, ainda que não se refira ao ato do próprio morador *botar a mão na massa*<sup>64</sup>, a prática mais comum é a intervenção ser realizada diretamente pelo morador contratando a mão de obra. Consta que no inventário de 1995 um dado relevante foi o que 80% das moradias eram ocupadas pelos próprios proprietários. Essa característica reflete-se diretamente na forma como esses moradores interagem na paisagem, sob duas hipóteses: de que quem mora tem mais facilidade de realizar intervenções por ser o próprio dono e não depender de negociações com o proprietário. Mas por outro lado, ao morar no próprio patrimônio, o dono acaba se acomodando por não ter obrigações de oferecer melhorias e manter tudo em ordem, já que não há ninguém para cobrar essas posturas dele.

As evidências do habitar popular nas paisagens, como já foi dito, são as técnicas e seus produtos. As técnicas são as formas de se construir o que se vê, nas posturas dos moradores e comerciantes que se materializam na paisagem por meio de cada decisão diária tomada em seu imóvel, desde coisas mais simples e transitórias, como se abrir janelas ou colocar mercadorias sobre as calçadas, até as decisões que impactem definitivamente a imagem, como demolições, construções descaracterizantes, supressões de qualquer natureza, sejam nas edificações, nos quintais, nas calçadas. Quanto aos motivos, são de âmbito tão pessoal, que só há como se hipotetizar sobre elas, pois será que as próprias pessoas têm consciência de porque tomaram

---

<sup>62</sup> MARTINS, Fátima de Macedo. Arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural. UNB. 2004 (dissertação/ mestrado) pag 32

<sup>63</sup> LEMOS Carlos. *O Que É Arquitetura*. editora Brasiliense.1989.São Paulo

<sup>64</sup> NOTA da autora: se é que devem haver situações onde isso ocorre, principalmente ocorreram no passado.

determinadas posturas e não outras? E ainda mais, de como suas ações se refletem sistemicamente na paisagem configurada?

Apesar de mostrarmos nos exemplos os produtos diretos das posturas dos agentes destas transformações, não há como se afirmar os detalhes exatos de cada decisão sobre conservação ou alteração dos edifícios. Mas há de se generalizar que demonstram como a condicionante econômica e o modo como os moradores consomem no habitar são pontos de partida para investigação de transformação da paisagem.

Com o poder econômico se tem a força da ação, a falta de dinheiro restringe a possibilidade. Por ele se decide se quer continuar com o imóvel ou não, que pode ser vendido ou completamente destruído. A par de um orçamento estimado se escolhe sobre a conservação e sobre a transformação.

Esta escolha de consumo é motivada pelo desejo e a necessidade. Por exemplo: o desejo de se manter como sempre fora, ou de se alterar para se modernizar e apresentar um aspecto de limpeza, ou necessidade de se manter a funcionalidade das instalações, ou de se alterar a tipologia para *crescer* a casa, ou colocar grades por segurança.

Diversos trabalhos realizados ao longo dos últimos anos<sup>65</sup>, nos quais foram realizadas entrevistas com quem vive ali, apontam sentimentos diversos da parte de seus habitantes, chegando a ser, às vezes, antagônicos: alguns possuem nostalgia com o passado, outros querem mais é que ele fique para trás, enterrado junto com os estigmas ruins que marcaram o bairro. Dentro de um mesmo território não necessariamente as pessoas partilham das mesmas

---

<sup>65</sup> **FREIRE, Cintia Mirlene Pela** *Cotidiano, Memória e Identidade: o bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz dos seus moradores* Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais . Belo Horizonte 2009

opiniões, pois a diversidade cultural e social ora pode aproximar, ora pode distanciar indivíduos de relações territoriais e visuais muito próximas.

Lendo as paisagens por meio dos detalhes dos elementos compositivos de cada edifício, vê-se cenários congelados e mudanças das mais diversas, como dizem por si mesmo as imagens que seguem, e falam ao menos alguma destas duas características do habitar popular: dos desejos e necessidades de consumo e da condicionante econômica, que ilustram o que foi dito sobre o habitar popular, podendo ser visualizadas por meio da comparação de fotografias de alguns imóveis em um período de tempo. Os registros fotográficos foram realizados em quatro momentos<sup>66</sup>: Em 1994, na execução do IPUCBH; em 1999 para um pesquisa de iniciação científica realizada pelo bolsista Maurício Goulard na UFMG; em 2008 quando iniciada a pesquisa de mestrado pela autora; e em 2010 também pela autora. Vinte e dois imóveis das ruas Itapeçerica e Além Paraíba puderam ser trabalhados nesta metodologia de análise comparativa, por possuírem registros de ao menos dois destes quatro momentos.

Após a apresentação destes 22 imóveis em fichas, também será apresentado em forma de perfil, uma seqüências fotográfica de 73 imóveis que retratam a expressão do habitar popular na paisagem tradicional urbana Lagoinha, incluindo os 22 apresentados e mais 56 que não puderam ser trabalhados na metodologia das fichas por não apresentarem material fotográfico comparativo de outras épocas.

---

<sup>66</sup> Desta forma, as autorias das fotos de 1994 são de Fernanda Borges de Moraes e as de 1999 de Maurício Goulard. As demais fotos são da própria autora, exceto a antiga foto da casa da Loba cedida pelo projeto BH 100 anos.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba 120

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA	LOTE VAGO	TÉRREA DE PORÃO ALTO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

REVESTIMENTO	Perdido, encontrava-se bastante deteriorado desde 1994
PINTURA	perdidas
PORTAS	perdidas
JANELAS	Inexistentes, já não eram originais em 1994 (báscula)
ORNATOS	Inexistente, haviam elementos em massa e platibanda na fachada junto ao alinhamento
COBERTURAS	perdida
VOLUME-TRIA	perdida
OUTROS	

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Da edificação de influencia eclética restou apenas parte da parede do porão junto ao alinhamento, que serve de muro para delimitar o lote.

O histórico das fotografias revela o abandono que o imóvel se encontrava desde o primeiro levantamento fotográfico em 1994.

Seu abandono por parte do proprietário foi um fator preponderante na ruína da edificação, entregue à ação de intempéries.

Durante anos tentou-se a venda da edificação. Ela foi demolida por seu proprietário, talvez com a intenção de fazer com que fosse mais fácil sua negociação tendo o "terreno limpo".

A demolição também pode ter sido a opção adotada pelo proprietário tendo em vista que muitas edificações abandonadas servem de moradia à população de rua, que é bastante presente na região motivada pela existência de viadutos utilizados como abrigos.

Outra especulação à respeito da decisão de demolição do proprietário é o medo do tombamento individual, que é visto como alijamento do direito de propriedade por parcela da população.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba 121

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
INÍCIO SÉC XX	ECLÉTICA	RESIDENCIA OCUPADA.	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

**REVESTIMENTO** Reboco de argamassa passou por reparos de 1994 para 1999, e se manteve até 2010.

**PINTURA** A pintura bastante desgastada em 1994 foi refeita em 1999, e posteriormente em 2010, mas encontra-se pichada.

**PORTAS** Portões de ferro se mantiveram desde 1994 até 2010, passaram por pinturas.

**JANELAS** Janelas antigas conservadas, mas apesar de serem de madeiras tipo guilhotina e ocuparem o mesmo vão, aparentam não serem as originais.

**ORNATOS** Elementos em massa permaneceram, inclusive os da platibanda e riscos em baixos relevos da fachada.

**COBERTURAS** Cobertura de telhas de barro se manteve parcialmente, há trechos no centro cobertos de telha tipo onduline na cor vermelha.

**VOLUMETRIA** Permaneceu sem alterações

**OUTROS** O quadro de luz parece ter sido substituído, como revela a fotografia, pois na parede lateral observa-se nova argamassa e novo quadro.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Observa-se a priorização de consertos essenciais para manter a funcionalidade do imóvel. A conservação do edifício mostra-se praticamente a mesma há dezesseis anos, com a permanência das esquadrias, dos pequenos ornatos em massa, sem alterações de volumetria que alterem a paisagem. A opção de não se repintar a fachada pode ser por baixa condição econômica ou por acreditar que se assim fizessem, o imóvel seria novamente vítima de vândalos.



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba 215/217

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA/ CHALÉ	RESIDENCIA E COMÉRCIO OCUPADOS.	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

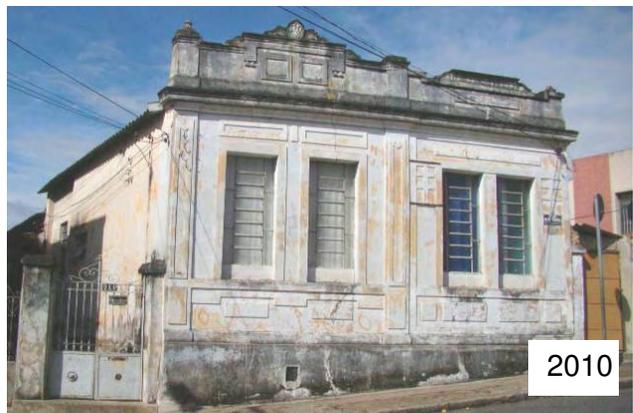
<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável desde 1999.
<b>PINTURA</b>	Nova, porém uniforme, sem valorização dos elementos em massa do frontão da empena.
<b>PORTAS</b>	Portão pequeno de ferro substituído por grades metálicas, introdução de garagem.
<b>JANELAS</b>	Metálicas tipo “sasazaki” já havia substituído as janelas originais desde 1999.
<b>ORNATOS</b>	Empena com elementos em massa simplificados, desvalorizados pela pintura “chapada”.
<b>COBERTURAS</b>	A cobertura de telhas de barro foi substituída por telhado de amianto.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Alterada desde 1999 pela introdução de puxadinho de telhas metálicas para instalação de pequeno comércio familiar.
<b>OUTROS</b>	

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Em 1999 a edificação já possuía a fachada parcialmente encoberta por um *puxadinho* de gradil de ferro e cobertura metálica. As esquadrias, provavelmente originais em madeira, também já haviam sido substituídas por ferro e gradil. Em 2010 a edificação ainda recebeu como acréscimo descaracterizante um gradil contínuo com portão junto ao alinhamento com as extremidades voltadas para dentro. Houve também a supressão da estrutura de ferro que sustentava uma varanda lateral. A pintura da edificação em 2010 apresenta-se nova.



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba 241

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA	RESIDENCIA OCUPADA	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável desde 1999
<b>PINTURA</b>	Observa-se que o imóvel foi pintado de 1999 para 2010, mas encontra-se pichado e com pintura desgastada.
<b>PORTAS</b>	Portão pequeno de gradil de ferro de acesso ao corredor superior substituído por um de chapa metálica.
<b>JANELAS</b>	Vãos mantidos, mas janelas metálicas tipo basculante já haviam substituído as janelas originais desde 1999.
<b>ORNATOS</b>	Platibanda com elementos em massa simplificados, manchados pela ação de intempéries na pintura antiga.
<b>COBERTURAS</b>	A cobertura original de telhas de barro já havia sido substituída por telhado de amianto em 1999.
<b>VOLUMETRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	Inserção de cobertura metálica no corredor de acesso que teve o portão substituído

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A edificação de influência eclética possui janelas alteadas de báscula metálica em harmonia com a fachada, encaixando-se sob medida nos emolduramentos dos vãos. Em 1999 a cobertura já era de telhas de amianto. Em 2010 observa-se a alteração do portão lateral superior, o acréscimo de telhas de amianto na cobertura do corredor junto ao muro, e a pintura que apesar de desgastada encontra-se sem pichações.



1994



1999



2010



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**  
Rua Além Paraíba 258

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA	RESIDÊNCIA OCUPADA	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa degradado em 1994, foi reconstituído em 1999 e se mantém até 2010.
<b>PINTURA</b>	Fachada descascada em 1994 foi refeita em 1999 e encontra-se renovada da platibanda pra baixo em 2010.
<b>PORTAS</b>	Portões de gradil de ferro permaneceram originais
<b>JANELAS</b>	Vãos das esquadrias foram provavelmente adaptados para esquadrias tipo <i>sasazaki</i> e gradis de proteção.
<b>ORNATOS</b>	Platibanda com elementos em massa simplificados, manchados pela ação de intempéries na pintura antiga.
<b>COBERTURAS</b>	A cobertura original de telhas de barro já havia sido substituída por telhado de amianto em 1999.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	Inserção de laje pré fabricada e cerca elétrica de 1999 para 2010.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A edificação de influência eclética possui janelas tipo Sasazaki adaptadas à fachada. Em 1999, a cobertura já era de telhas de amianto. Em 2010, observa-se a opção do proprietário pela inserção de laje pré-moldada e cerca elétrica sobre os portões antigos que ele manteve. A pequena varanda na lateral direita, observada na primeira foto, se mantém.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**  
Rua Além Paraíba 274

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL RESIDENCIA COMÉRCIO OCUPADO	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA		2 - SOBRADO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável desde 1999
<b>PINTURA</b>	Bastante desgastada, com pichações em 2010. Observa-se na diferença dos tons das fotos que a periodicidade entre uma demão de pintura e outra é longa.
<b>PORTAS</b>	Em 1994 já havia sido introduzida uma porta comercial na porção esquerda da fachada, mantendo ainda a janela da direita. De 1994 para 1999 houve a abertura de uma porta comercial no lugar da janela térrea, como se vê ainda hoje em 2010.
<b>JANELAS</b>	Em 1994 a porção direita da fachada apresentava uma janela que foi suprimida em 1999. No pavimento superior os vãos das esquadrias, apesar de madeira tipo guilhotina, não aparentam ser os originais, dadas as proporções dos enquadramentos dos ornatos em massa das pilastras e do "balcão".
<b>ORNATOS</b>	Elementos em massa tipo balcão e pilastras. Platibanda com elementos em massa simplificados, manchados pela ação de intempéries na pintura antiga.
<b>COBERTURAS</b>	A cobertura original de telhas de barro se manteve, assim como alpendre lateral de estrutura metálica, à esquerda, na fotografia de 2010.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	Inserção de orelhão na fachada

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Este sobrado de influência eclética sofreu alterações na disposição dos vãos e aberturas. Em 1999 foi introduzida atividade comercial no pavimento térreo. Em 2010 a atividade comercial de bar se manteve, inclusive com o mesmo nome.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba 505

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL RESIDENCIA OCUPADA	PAVIMENTOS
SÉC XX	DECÓ E PROTO-MODERNA		TÉRREO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável desde 1994.
<b>PINTURA</b>	Um pouco desgastada, observa-se na diferença dos tons das fotos que o imóvel é pintado com uma longa periodicidade.
<b>PORTAS</b>	Porta de acesso ao imóvel em madeira encontra-se preservada, mas portões de ferro junto ao muro foram alterados
<b>JANELAS</b>	Janelas de madeira antigas, provavelmente originais
<b>ORNATOS</b>	Elementos em massa de influência decó e protomoderna, destacados pelas pinturas adotadas pelo proprietário.
<b>COBERTURAS</b>	Cobertura do imóvel encoberta pela platibanda. Coberturas metálicas descaracterizantes foram inseridas na lateral para proteção de veículo.
<b>VOLUMETRIA</b>	A cobertura sobre a garagem disposta na lateral esquerda influencia um pouco a volumetria do imóvel em sua implantação no terreno
<b>OUTROS</b>	Substituição das muretas originais por gradil em toda fachada

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A tipologia popular de influência decó e protomoderna manteve-se de 1994 a 2010. A alteração mais relevante foi a substituição da mureta escalonada e seu gradil original, além da inserção da cobertura da garagem, que em proporção à escala do imóvel, desarmoniza o conjunto.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba, 604

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	ECLÉTICA e DECÓ	RESIDÊNCIA	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa de pó de pedra, que aparentava tom mais claro na fotografia de 1994 apresenta grande deterioração ocasionada pela falta de manutenção
<b>PINTURA</b>	Não existe pintura sobre o pó de pedra que aparenta muita sujeira.
<b>PORTAS</b>	Portões de ferro originais existentes em 1994 foram substituídos em 1999.
<b>JANELAS</b>	Vão original da esquadria de madeira foi adaptado para instalação de esquadria metálicas entre 1994 e 1999. A janela colocada no novo cômodo criado em 1999 no lugar da varanda teve a janela substituída em 2010.
<b>ORNATOS</b>	Elementos importantes como o coroamento da platibanda e colunas torsas da varanda foram retirados, ainda existe parte dos ornatos em massa de alto relevo, mas há sujidades e desagregação da argamassa.
<b>COBERTURAS</b>	Alteração da cobertura de telhas de barro por trás da platibanda da fachada entre 1994 e 1999.
<b>VOLUMETRIA</b>	Alterada pela supressão da varanda e construção de muros altos nas laterais da fachada, perdendo a leitura original de sua implantação alinhada, porém solta das laterais.
<b>OUTROS</b>	Varanda lateral direita apoiada em colunas torsas foi suprimida e no local foi instalado novo cômodo, de 1994 para 1999.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Esta casa inspirada num ecletismo decó em pó de pedra teve como sua maior alteração a destituição do frontão que encimava a platibanda sobre a varanda, e a perda da própria varanda. A substituição da janela de madeira original contribuiu para desarmonia do conjunto. A condição do revestimento revela desinteresse ou incapacidade de se realizar manutenção da argamassa de pó de pedra.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Além Paraíba, 877

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	DECÓ E PROTO-MODERNA	RESIDENCIA	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa aparentava estar estável, de 1994 a 1999. Em 2010 se vê uma grande infiltração na cobertura que deixa a fachada lateral esquerda e parte da fachada frontal do lado esquerdo completamente estragada.
<b>PINTURA</b>	Desgastada, observa-se na diferença dos tons das fotos que a periodicidade entre uma demão de tinta e outra é longa. Não encontra-se pichado, mas com muita sujeira.
<b>PORTAS</b>	Portões de ferro de acesso aos corredores laterais mantidos de 1994 à 2010.
<b>JANELAS</b>	Janelas de madeira antigas, provavelmente originais, mas quebradas e sem partes de vidro. Entre 1994 e 1999 foi colocado gradil.
<b>ORNATOS</b>	Platibanda com elementos em massa simplificados, manchados pela ação de intempéries e aparentando contraste de cores diferentes de pinturas antigas.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso, mas apresenta grande infiltração que pode ser constatada pela deterioração do revestimento na fachada.
<b>VOLUMETRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	Pela tipologia do imóvel e sua implantação, sugere-se que as laterais da fachada frontal foram estendidas ao muro que restringe as entradas nas laterais.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A edificação de influencia decó e proto-moderna apresenta a cobertura comprometida, tendo em vista a grande infiltração, que além de comprometer a estética da fachada, deve estar causando transtornos aos moradores. As esquadrias também precisam de reparos.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**  
Rua Itapecerica 207/215

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	PROTO-MODERNA	RESIDENCIA COMÉRCIO	3 PAVIMENTOS

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

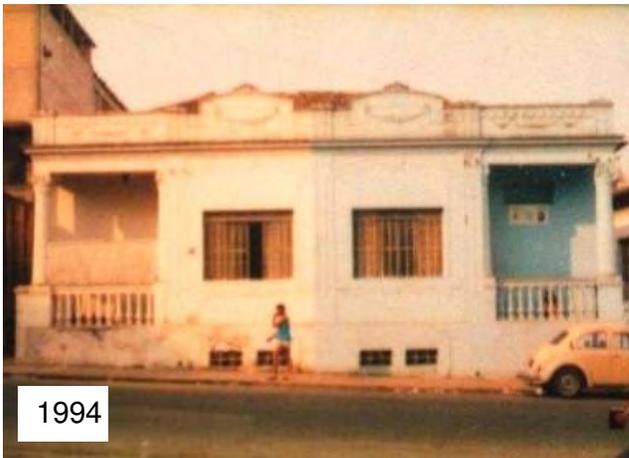
<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa apresentava-se deteriorado em 1994, com aumento desta deterioração em 1999. O período de 1999 a 2010 aparenta que alguns pequenos reparos foram feitos.
<b>PINTURA</b>	Desgastada, com muita sujidade, praticamente inexistente nos três períodos observados.
<b>PORTAS</b>	Portões de ferro comerciais, inalterados nos três períodos.
<b>JANELAS</b>	Esquadrias de ferro de vários modelos compõem a fachada. Não aparenta ter havido alteração das mesmas de 1994 até 2010.
<b>ORNATOS</b>	Platibanda com elementos em massa simplificados, manchados pela ação de intempéries e apresentando contraste de cores diferentes de pinturas antigas.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso, mas apresenta grande infiltração que pode ser constatada pela deterioração do revestimento na fachada.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	O balcão do terceiro pavimento encontra-se parcialmente obstruído por uma estrutura de ferro e vidro colocada de forma improvisada.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Edifício comercial da primeira quadra da rua, próxima aos viadutos construídos sobre a antiga praça Vaz de Melo. O imóvel, desde 1994, apresentava estado de conservação ruim. Curiosamente, a fotografia mais recente revela que o edifício apresenta, pelo menos visualmente, um melhor estado de conservação. O terreo está ocupado com o tradicional comércio de móveis usados, e os pavimentos superiores também aparentam estar sendo utilizados como residência.

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**  
Rua Itapecerica 372/384



1994

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	ECLÉTICA	RESIDENCIA (uma unidade)	TÉRREO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

**REVESTIMENTO** O reboco de argamassa apresentava-se conservado até 1999. Em 2010, observa-se grande deterioração na edificação da esquerda.

**PINTURA** Em 2010 apresenta-se desgastada, com muita sujidade na fachada da edificação da esquerda que foi entaipada a partir de 1999. A edificação da direita apesar de ter sido pintada de modo a valorizar os ornatos em massa, encontra-se também desgastada e com pichações.

**PORTAS** Portões de ferro nas laterais

**JANELAS** Antes de 1994, já haviam sido substituídas as janelas originais por *metalón*. Entre 1999 e 2010 foram vedados os vãos na porção esquerda da fachada, e na porção direita, uma esquadria metálica substituiu a esquadria original.

**ORNATOS** Platibanda com alto relevos de cordões e florões utilizados pelo eclétismo e enquadramento de vãos na fachada com elementos em massa, ambos manchados pela ação de intempéries e de pinturas antigas.

**COBERTURAS** Não se teve acesso.

**VOLUME-TRIA** A leitura do edifício foi completamente alterada com o entaipamento da varanda, da janela, e criação do muro na lateral, ocorridas na porção esquerda.

**OUTROS**



1999



2010

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Casa geminada de influência eclética. Sofreu o entaipamento de metade de sua fachada de 1999 para 2008. Apenas a platibanda da porção desfigurada conserva os ornatos.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**  
Rua Itapecerica 373/379

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	ECLÉTICA	VAGO	2-SOBRADO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa apresentava-se estável em 1994. A partir de 1999 já se observava sua destruição, agravada em 2010.
<b>PINTURA</b>	Desgastada em 1994 e 1999. A ausência de pintura, indicando abandono em 2010.
<b>PORTAS</b>	Portas de ferro comerciais ainda permanecem no imóvel.
<b>JANELAS</b>	Em 1994, quando a residência estava ocupada no pavimento superior, as janelas de madeira já necessitavam de reparo. Em 2010, encontram-se praticamente destruídas.
<b>ORNATOS</b>	A platibanda e elementos em massa manchados pela ação de intempéries e de pinturas antigas. Observados em 1994 e 1999, encontram-se parcialmente destruídos em 2010.
<b>COBERTURAS</b>	Seu engradamento da cobertura está completamente arrasado, fato que acelera ainda mais a degradação da estrutura.
<b>VOLUME-TRIA</b>	A edificação encontra-se parcialmente em ruínas. Houve perda dos cômodos posteriores.
<b>OUTROS</b>	

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Este imponente sobrado de feições ecléticas encontra-se em estado de arruinamento avançado, no ano de 2010. Observa-se que em 1994 o imóvel ainda era utilizado como moradia na parte superior, como se constata pela presença de samambaias e de uma mulher na varanda. Em 1999, o imóvel já se encontrava fechado, como se observa pelo entaipamento do local onde antes havia um portão, na lateral direita. Em 2008 havia uma placa de venda, mas seu estado de arruinamento era tão avançado quanto em 2010, apenas se diferenciando por uma tinta branca, mal aplicada na porção inferior da fachada.



1999



2008



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 454

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	ECLÉTICA	COMÉRCIO	TÉRREO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável desde 1999. Em 2010, a fachada da esquina, que não fora recuperada, apresenta desestabilização de parte do revestimento.
<b>PINTURA</b>	Desgastada em 1999, havia sido pintada, porém recebeu alguns grafites em 2008. Em 2010, a retomada do uso comercial do imóvel proporcionou a pintura da fachada da rua Itapecerica.
<b>PORTAS</b>	Portões de ferro comerciais reinseridos em 2010.
<b>JANELAS</b>	A proporção dos vãos das janelas da fachada da esquina de Itapecerica parece ter sido alterada. Nas fotografias de 1999 e 2008, haviam três janelas de ferro com gradil. Em 2010, foram substituídas por esquadrias de madeira.
<b>ORNATOS</b>	Platibanda com alto relevos, frontão e cimalha, em massa estavam manchados em 1994 e 1999, mas com a nova pintura de 2010 foram revalorizados.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso
<b>VOLUME-TRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A edificação de fachada eclética, em 1994 tinha sofrido a vedação de seus vãos definitivamente com alvenaria. Em 2008, a vedação continuava da mesma forma, mas a fachada encontrava-se grafitada. Com surpresa, vê-se que em 2010 os vãos da fachada da rua Itapecerica foram recuperados. Mas curiosamente a fachada da outra esquina continua da mesma forma, sem pintura e com janelas de proporções alteradas.



1994



1999



2008



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 468

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
SÉC XX	ECLÉTICA	COMÉRCIO	TÉRREO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável desde 1994
<b>PINTURA</b>	Recém pintada em 2010, as fotografias comprovam a intenção do morador/proprietário em valorizar a fachada mantendo-a regularmente pintada.
<b>PORTAS</b>	A porta da residência em madeira, observada em 1994, deu lugar a uma porta de ferro comercial.
<b>JANELAS</b>	Em 1999, foi substituída uma por porta de ferro e outra foi vedada. Em 2010, voltou a ter uma janela no local onde fora vedado, mas sem se retomar o vão e o estilo originais.
<b>ORNATOS</b>	A platibanda e demais elementos da fachada em alto relevos sempre foram valorizados pelas pinturas, no contraste de tonalidades.
<b>COBERTURAS</b>	Cobertura de telhas de barro mantidas nos quatro períodos observados.
<b>VOLUMETRIA</b>	Permaneceu sem alterações.
<b>OUTROS</b>	O imóvel aparentava ser uma residência antes de 1999.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

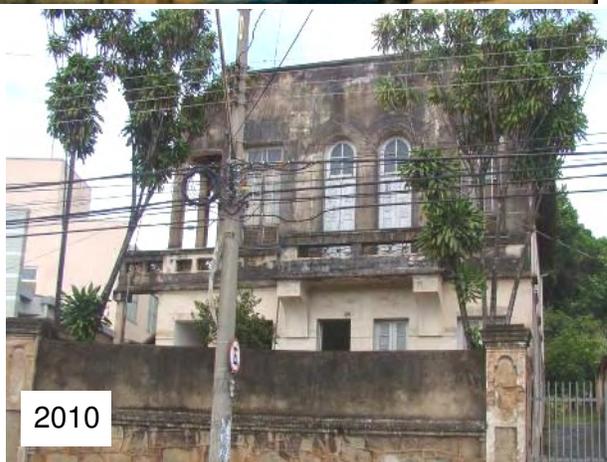
Este edifício parece ter se tornado comercial entre 1994 e 1999, com alterações de esquadrias. Estava sendo utilizado como loja de móveis usados, comércio tradicional da região, até março de 2010, quando a edificação fora reformada, recebendo nova pintura. Há indícios de que o imóvel esteja exercendo a mesma atividade comercial da edificação localizada a Rua Itapecerica 454 ( loja de material de construção).



Dec. 70



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 571

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
INÍCIO SÉC XX	ECLÉTICA	RESIDENCIA L	2-SOBRADO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa se manteve de 1994 até 2010.
<b>PINTURA</b>	Não apresenta pintura desde 1999.
<b>PORTAS</b>	Portões de ferro encontram-se mantidos até 2010.
<b>JANELAS</b>	Janelas em madeira de verga reta apresentam-se preservadas, mas as duas janelas centrais de verga em arco pleno foram substituídas desde 1999.
<b>ORNATOS</b>	Todos elementos em massa originais foram retirados, inclusive cornija, platibanda, incluindo a loba que encimava o conjunto.
<b>COBERTURAS</b>	Retirada do dossel da cobertura na varanda lateral de acesso. Não se teve acesso a cobertura do edifício.
<b>VOLUMETRIA</b>	A valorização dos planos pelos ornatos em massa, e a antiga cobertura da varanda davam outro aspecto à volumetria da edificação.
<b>OUTROS</b>	A edificação integra conjunto de três sobrados contíguos (571, 605, 613), que também possuem grande área arborizada ao fundo dos lotes.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Esta casa, conhecida como *Casa da Loba*, foi considerada por muito tempo um ícone do bairro Lagoinha. O projeto original, existente em microfílm na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, revela que a casa estilo palacete eclético, foi projetada em 1924 por Octaviano Lapertosa para João Abramo. Em 1999, já se observa sua completa desfiguração, como a retirada do dossel da cobertura na varanda lateral de acesso, assim como as alterações do coroamento da platibanda. Acredita-se que as alterações foram motivadas pela intenção do tombamento do imóvel.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 605

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA	RESIDÊNCIA	2-SOBRADO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

**REVESTIMENTO** Reboco de argamassa se manteve de 1994 até 2010.

**PINTURA** A pintura é praticamente inexistente

**PORTAS** Portões de ferro se mantiveram desde 1994 até 2010.

**JANELAS** Duas das quatro janelas de madeira foram substituídas por modelos menores, sendo o restante do vão entaipado com alvenaria. As duas janelas originais apresentam-se bastante deterioradas

**ORNATOS** Elementos em massa simplificados da platibanda e cornija permanecem originais até 2010.

**COBERTURAS** Não se teve acesso.

**VOLUME-TRIA** Permaneceu sem alterações

**OUTROS** A edificação integra conjunto de três sobrados contíguos (571, 605, 613), que também possuem grande área arborizada ao fundo dos lotes.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O edifício eclético, recuado do alinhamento, teve alteração de duas das quatro janelas da fachada de 1994 para 1999. Em 2010, apresenta a mesma alteração. O imóvel não aparenta ter a fachada pintada há muitos anos, pois desde 1994 o revestimento apresenta desgaste.

 <p style="text-align: right;">1994</p>	<b>ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO</b>			
	<b>ENDEREÇO</b> Rua Itapecerica 613			
	<b>DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX</b>	<b>INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO ECLÉTICA</b>	<b>USO ATUAL COMÉRCIO OCUPADA O</b>	<b>PAVIMENTOS</b> 2
<b>PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO</b>				
	<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa se encontrava ruim em 1994, foi reparado em 1999 e permanece estável até 2010.		
	<b>PINTURA</b>	A pintura praticamente inexistente em 1994 foi refeita em 1999. Em 2010, apresenta uma outra pintura com leve desgaste, mas sem aspecto degradante.		
	<b>PORTAS</b>	Portões de ferro se mantiveram desde 1994 até 2010, assim como o muro baixo e detalhes ornamentais em massa. Porta de madeira de acesso à edificação também se manteve.		
	<b>JANELAS</b>	Janelas de madeira antigas foram mantidas até 2010.		
	<b>ORNATOS</b>	Elementos em massa parecem ter se perdido. Em 1994, o edifício encontrava-se bastante descaracterizado. Em 2010, se observa a inserção de um coroamento na platibanda, que não se sabe se é original.		
	<b>COBERTURAS</b>	Cobertura de telhas de barro mantida. O antiquário optou por retirar o forro da parte posterior, onde localizava-se a cozinha, e estendeu a cobertura para o quintal ampliando o salão de exposição.		
	<b>VOLUME-TRIA</b>	Ao fundo, na cozinha, houve a ampliação do salão de exposição.		
	<b>OUTROS</b>	A edificação integra conjunto de três sobrados contíguos (571, 605, 613), que também possuem grande área arborizada ao fundo dos lotes.		
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS</b>				
 <p style="text-align: right;">2010</p>	Este edifício estava bastante deteriorado em 1994. Apesar de reformado, em 1999, continuava sem o coroamento da platibanda. Em 2008 um antiquário reformou o edifício, reinserindo o elemento na fachada. A aparência continua a mesma em 2010.			



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 764

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA	RESIDÊNCIA	TÉRREA

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa se manteve de 1994 até 2010.
<b>PINTURA</b>	Nova, sem pichações em 2010, observa-se pelas fotos de 1994, 1999 e 2010 que o imóvel é periodicamente pintado.
<b>PORTAS</b>	Portão de ferro ainda visto na entrada individual em 2010 (à direita) parece ser original e um portão mais moderno na garagem, de chapa metálica, já existia em 1994.
<b>JANELAS</b>	Janelas de ferro procuram fazer uma releitura das de madeira, mantendo as proporções dos vãos originais.
<b>ORNATOS</b>	Elementos em massa como cornija e platibanda apresentam-se preservados.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Alterada pela construção de muros altos nas laterais da fachada, perdendo a leitura original de sua implantação alinhada, porém, solta das laterais.
<b>OUTROS</b>	Inserção de gradil em 1994 e posteriormente o prolongamento do muro na lateral direita.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Este edifício eclético de pequenas proporções em 1994 já havia passado por alterações das esquadrias da fachada. A casa, que provavelmente devia ter um acesso lateral avarandado, recebeu também muros e portões no alinhamento que alteram a leitura de sua volumetria.

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 935/945



2008



2010

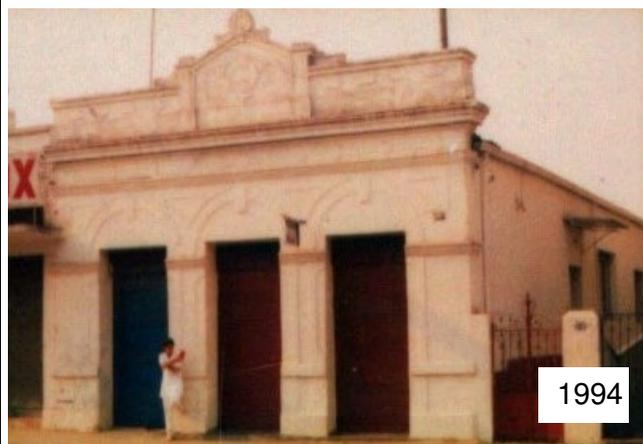
DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
ECLÉTICA	COMÉRCIO OCUPADO	TÉRREO	

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa estável em 2008 e 2010.
<b>PINTURA</b>	A pintura desgastada, pichada, e sem unidade das edificações foi uniformizada em 2010.
<b>PORTAS</b>	Portão de ferro e gradil de acesso ao jardim na lateral esquerda aparenta ser original. As portas comerciais de ferro nas outras lojas comerciais já existiam em 2008.
<b>JANELAS</b>	Janelas de madeira aparentam ser originais. Receberam gradil para segurança contra furtos.
<b>ORNATOS</b>	Elementos em massa permanecem, inclusive os da platibanda, cornija e de enquadramento de vãos e pilastras.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso.
<b>VOLUMETRIA</b>	A leitura volumétrica permanece a mesma apesar da construção à direita no recuo lateral do lote.
<b>OUTROS</b>	Uma edificação mais baixa foi construída na lateral direita, no alinhamento da edificação original.

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Edifício eclético que aparentava ter sofrido poucas alterações tipológicas até 2008. Em 2010, o edifício se mostra mais conservado, com pintura nova e integrando o conjunto.



1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 946

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
ECLÉTICA	COMÉRCIO OCUPADO	TÉRREO	

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa se manteve estável de 1994 até 2010.
<b>PINTURA</b>	A pintura apresenta boa aparência em 1999 e 1994, mas em 2010, apresenta-se manchada na platibanda e sem uniformidade, com pintura diferenciada abaixo do toldo.
<b>PORTAS</b>	As portas e os vãos foram alterados de 1994 a 1999. Em 2010, observa-se nova alteração dos portões de ferro, com a abertura do vão para entrada de um carro.
<b>JANELAS</b>	Inexistente na fachada principal.
<b>ORNATOS</b>	A edificação perdeu muito dos elementos em massa que enquadravam os vãos e decoravam a platibanda, como se vê na fotografia de 1994.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Permaneceu sem alterações, apesar de sua leitura ser afetada pelo toldo instalado na fachada.
<b>OUTROS</b>	Inserção de toldo acima das portas da fachada

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A edificação, de 1994 à 1999, além de perder os adornos em massa da fachada, recebeu a inserção de um toldo de lona que polui visualmente a fachada. Em 2010, apenas a pintura se mostra diferente de 1999.





1994



1999



2010

**ANÁLISE INDIVIDUAL POR PERÍODO HISTÓRICO**

**ENDEREÇO**

Rua Itapecerica 1007/ 1011

DATA ESTIMADA DE CONSTRUÇÃO INÍCIO SÉC XX	INFLUÊNCIA TIPOLOGICA DE CONCEPÇÃO	USO ATUAL	PAVIMENTOS
	ECLÉTICA	COMÉRCIO OCUPADO	2 - SOBRADO

**PARÂMETROS OBSERVADOS DE CONSERVAÇÃO – TRANSFORMAÇÃO**

<b>REVESTIMENTO</b>	Reboco de argamassa se manteve de 1994 até 2010.
<b>PINTURA</b>	A pintura apresenta boa aparência nos três períodos analisados
<b>PORTAS</b>	Portões de ferro se mantiveram desde 1994 até 2010.
<b>JANELAS</b>	Janelas e portas, sacadas tipo balcão aparentaram-se conservadas, em madeira e pintadas nos três períodos analisados.
<b>ORNATOS</b>	Elementos em massa permanecem originais, inclusive os da platibanda e cachorros em massa sustentando os balcões.
<b>COBERTURAS</b>	Não se teve acesso.
<b>VOLUME-TRIA</b>	Permaneceu sem alterações
<b>OUTROS</b>	Inserção de toldo metálico junto à porta comercial direita na fachada

**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Este sobrado ecético de vãos esguios apresentou poucas alterações nos últimos 16 anos.

## Perfil de Seqüências Fotográficas

março de 2010 / fonte da autora



1.

Rua Além Paraíba 51



2.

Rua Além Paraíba 102



3.

Rua Além Paraíba 121



4.

Rua Além Paraíba 151



5.

Igreja N. Sra. Conceição



6.

Rua Além Paraíba 195



7.

Rua Além Paraíba 215/217



8.

Rua Além Paraíba 227



9.

Rua Além Paraíba 241



10.

Rua Além Paraíba 258



11.

Rua Além Paraíba 268



12.

Rua Além Paraíba 274



13.

Rua Além Paraíba 288



14.

Rua Além Paraíba 289



15.

Rua Além Paraíba 341



16.

Rua Além Paraíba 377



17.

Rua Além Paraíba 380



18.

Rua Além Paraíba 390



19.

Rua Além Paraíba 408



20.

Rua Além Paraíba 414



21.

Rua Além Paraíba 426



22.

Rua Além Paraíba 442



23.

Rua Além Paraíba 505



24.

Rua Além Paraíba 514



25.

Rua Além Paraíba 517



26.

Rua Além Paraíba 530



27.

Rua Além Paraíba 561



28.

Rua Além Paraíba 575



29.

Rua Além Paraíba 577



30.

Rua Além Paraíba 690\*



31.

Rua Além Paraíba 700\*

\*Estas quatro edificações possuem processo de tombamento aberto em 14 de fevereiro de 2007



32.

Rua Além Paraíba 716\*



33.

Rua Além Paraíba 724\*



34.

Rua Além Paraíba 818



35.

Rua Além Paraíba 867



36.

Rua Além Paraíba 877



37.

Rua Itapeçerica-



38.

Rua Itapeçerica 207/215



39.

Rua Itapecerica



40.

Rua Itapecerica 362



41.

Rua Itapecerica 372/384



42.

Rua Itapecerica 373/389



43.

Rua Itapecerica 454



44.

Rua Itapecerica 468



45.

Rua Itapecerica 545/551



46.

Rua Itapecerica 571



47.

Rua Itapecerica 605



48.

Rua Itapecerica 613



49.

Rua Itapecerica 614



50.

Rua Itapecerica 685



51.

Rua Itapecerica 724



52.

Rua Itapecerica 751



53.

Rua Itapecerica 764



54.

Rua Itapecerica 845



55.

Rua Itapecerica 868



56.

Rua Itapecerica 895



57.

Rua Itapecerica 904



58.

Rua Itapecerica 935/945



59.

Rua Itapecerica 946



60.

Rua Itapecerica 991



61.

Rua Itapecerica 969



62.

Rua Itapecerica 983



63. Rua Itapecerica 972



64. Rua Itapecerica 999



65. Rua Itapecerica 1007



66.

Rua Itapecerica 1021



67.

Rua Sebastião de Melo



68.

Rua Serro



69.

Rua Ibiá



70.

Praça 15- rua Lambari



71.

Rua Pedro Lessa



72.

Rua Turvo



73.

Rua Adalberto Ferraz

As 22 fichas de imóveis trabalhadas, por meio da metodologia de comparação metonímica dos edifícios pela paisagem, permitiram a visualização dos processos de transformação proporcionados pelo agir dos moradores e proprietários ao longo do tempo. Todos os imóveis sofreram modificações, desde mínimas, como alteração de pinturas, à mais drásticas, como a ruína e supressão total. Algumas comparações foram feitas entre 1994, 1999 e 2010, outras, apenas entre 2008 e 2010. Por meio da identificação de permanências e alterações de aspectos compositivos, tais como materiais, escalas e proporções de cheios e vazios, supressões e inserções de novos elementos nas construções, são verificadas as hipóteses de que os condicionantes econômicos e os padrões de consumo refletem os aspectos socioculturais de essência popular da Lagoinha.

Analisando a paisagem pelos edifícios que a integram, observamos a cultura do habitar representar a tradição<sup>67</sup> de essência popular perpetuada na prática cotidiana de conservação e transformação dos imóveis. Ainda que sejam essas práticas responsáveis pela destruição de importantes elementos que agregavam identidade histórica à paisagem<sup>68</sup>, estas *desconfigurações* estilísticas - do ponto de vista arquitetônico – não foram capazes de suprimir a riqueza cultural desta paisagem. Apesar da destruição de importantes elementos que interferem na leitura dos edifícios, ainda predomina a sensação de harmonia na paisagem se sobrepondo ao aspecto de desleixo das sujicidades e conflitos visuais.

---

<sup>67</sup> Lembrando do que foi dito na primeira parte do trabalho, sobre tradição.

<sup>68</sup> Como vimos nas fichas, a destituição de elementos antigos como janelas e ornatos das fachadas interfere completamente na leitura do edifício, e em consequência, isso se reflete na composição da paisagem – a parte pelo todo – análise metonímica .

A paisagem tradicional da Lagoinha, que pôde ser parcialmente exposta por meio dos levantamentos fotográficos da seqüência de 73 imóveis, explicita a diversidade de linguagens e leituras de cada um dos fragmentos (edifícios) que a compõem.

O conjunto é de suma importância para a apreensão do caráter popular de grande valor cultural para a cidade de Belo Horizonte. As hipóteses aqui colocadas de que as influências do consumo e da condicionante econômica são as grandes expressões deste habitar popular, mostraram-se visíveis nas fotografias ao revelarem as condutas adotadas para a conservação e modificação destes imóveis. Não existe nenhuma pureza de estilo em nenhum dos edifícios. Todos apresentam alterações ocorridas por necessidade de reparo, de segurança contra a violência urbana<sup>69</sup>, de vontade de se modernizar com o uso de elementos como portas e janelas de linguagens mais contemporâneas.

A análise deste processo revela o quanto os aspectos visuais refletem a conformação da paisagem como produto da técnica do homem. No caso da Lagoinha, um produto da cultura urbana tradicional popular. As características de cada elemento nos edifícios se unem nesta composição que se desvenda para a cidade como experiência que pode ser seguida ou refutada. Se um morador faz uma obra que altere o aspecto visual externo de seu edifício, isso pode ser apreendido pelo olhar de seu vizinho ou alguém que passe por ali. É essa apreensão visual que desencadeará um determinado comportamento neste observador, e que, posteriormente, refletirá na paisagem.

---

<sup>69</sup> Vemos a necessidade de se proteger desta violência urbana especialmente na quantidade de cercas, grades e muros inseridos nos imóveis junto às janelas, portas e nos alinhamentos frontais e recuos laterais.

Concluindo o trabalho, na seqüência, culminaremos nas reflexões finais sobre o impacto da ação de cada indivíduo nas paisagens, e se há meios de considerá-las ou incorporá-las no momento da formulação da política urbana, ou mesmo de políticas de ordem econômica que impactem diretamente da concepção e desenvolvimento das cidades.

## CONCLUSÃO

As paisagens urbanas tradicionais foram aqui definidas como parcelas do território onde se verifica a existência de práticas, sistematicamente reproduzidas, que se relacionam diretamente com a transformação e a preservação desta paisagem ao longo do tempo. A carga mnemônica instaurada ao longo de sua conformação, é responsável pela propagação de mensagens, especialmente as visuais, que são apreendidas tanto por meio de suas partes - fragmento, quanto pelo todo – paisagem. Essa apreensão se deve às diversas formas de interpretações cognitivas dos indivíduos. Enquanto processo, esta paisagem é a conjunção destes fragmentos que, de modo harmônico, se interagem e se integram formando uma “tela” exposta à cidade.

A especificidade do trabalho é a expressão popular, que se vê presente dentro deste processo de conformação da paisagem urbana tradicional, e que possibilitou as inferências sobre elementos caracterizadores de um habitar popular: a condicionante econômica e as expressões de consumo. Cabe ao cidadão comum um importante papel no processo de transformação do território; seja por meio do que o mercado tem a oferecer, e em contrapartida, influenciando-o; seja como beneficiário de políticas públicas, de ordem urbana ou mesmo econômica.

No exemplo da Lagoinha, o que corroborou para a conformação desta paisagem que vemos hoje, foram associações das ações do mercado, do Estado, e dos indivíduos, estimulando-se uns aos outros. O mercado atuou pela lei de oferta e procura, reforçou em determinadas épocas e partes da Lagoinha: o caráter de comércio popular, de zona bohemia, de área residencial

popular e de local de baixo interesse do mercado de especulação de terra. O Estado atuou por meio de leis e intervenções físicas no local e incentivos econômicos em outras áreas da cidade que acabaram por refletir-se ali. E, finalmente, as ações dos indivíduos, que colaboraram para a permanência ou a alteração dos imóveis residenciais e comerciais antigos, e mesmo dos usos e das atividades econômicas ali existentes.

Ainda em relação ao mercado, vemos a construção civil produzida de maneira autônoma pelas camadas populares comparecer como elemento estruturante que imprime características estéticas marcantes nas paisagens urbanas tradicionais. Em muitas situações, esta estética é desqualificada, ora por apresentar-se dentro de padrões repetitivos, sem pouca inovação e excepcionalidade, ora por desvirtuar-se do contexto pré-existente e desfigurar o cenário histórico.

Quanto ao Estado, o histórico da conformação da Lagoinha revelou como a adoção de posturas segregacionistas instituídas pela comissão construtora da capital, ainda nos fins do século XIX, teve essencial relevância no processo de ocupação inicial da VI suburbana por uma matriz popular. Sistemáticamente, o histórico continuou a discorrer sobre as demais posturas políticas que intervieram significativamente na região, passando pela instalação das avenidas sanitárias Antônio Carlos e Dom Pedro II e todas as intervenções da Praça Vaz de Melo até a sua completa dissolução para se implantar o complexo de viadutos.

Não apenas de forma vertical, mas também transversal, o Estado tem influenciado as práticas do habitar da Lagoinha ao longo de sua história. Quando ele se mostra inócuo na resolução do problema de segurança pública,

os cidadãos agem. Colocam-se grades nos portões e janelas, e muros são elevados onde antes havia o recuo com o vizinho que proporcionava a leitura harmônica da volumetria do imóvel.

Outro caso de intervenção indireta do Estado no habitar do cidadão verifica-se no fomento dado à indústria da construção civil. Em prol do crescimento deste setor, que indiscutivelmente gera empregos e fortalece a economia, não existem restrições quanto à qualidade do que é produzido e ofertado à população. A livre oferta regula este mercado e, por isso, muitos dos componentes construtivos acessíveis à população de menor renda são esteticamente pouco desenvolvidos e inadequados. Quando incorporados às fachadas de edificações antigas, acarretam grandes perdas na leitura compositiva dos imóveis e, em consequência, a paisagem é destituída de fragmentos reveladores de seu caráter.

As ações diretas executadas pelo Estado na Lagoinha se relacionam ao desenvolvimento de outras áreas – primeiro, o centro de Belo Horizonte e depois a expansão para a região da Pampulha. Estas acabaram por mediar a atuação de outros agentes de transformação da paisagem, como o mercado e as práticas do habitar abordadas neste trabalho.

As ações destes três agentes corroboraram para a formação da paisagem, mas o Estado e o mercado são as expressões de poder de maior escala e abrangência. As expressões do habitar já atuam em uma escala pontual, remetendo um caráter específico a cada paisagem, de acordo com as escolhas e necessidades dos indivíduos que nela habitam, e que muitas vezes, não têm a menor consciência do importante papel desempenhado na transformação das cidades.

Para se investigar a respeito deste terceiro agente, o habitar popular dos grupos e indivíduos, o caminho a seguir passa pela identificação dos elementos caracterizadores: o condicionante econômico e as expressões de consumo. Estes elementos, por serem gerais a todas as paisagens tradicionais onde o habitar popular se faz presente, deveriam ser considerados com maior relevância pelos gestores urbanos, que poderiam apropriar-se de um importante instrumento de diagnóstico da transformação das paisagens urbanas tradicionais.

Estes elementos caracterizadores comungam de tipologias e eventos comuns às paisagens tradicionais sob atuação do habitar popular, que como vimos, são influenciados direta e indiretamente pelas posturas do Estado, que passa a ser responsável em duplicidade tanto por suas atuações quanto pelas atuações que incita nos indivíduos. Assim a forma com que o ambiente urbano se altera ou conserva revela as características da vida cotidiana do cidadão comum, seus processos cognitivos explícitos na paisagem. Mas também revela as omissões e abusos das diversas políticas, como trânsito, segurança, meio ambiente, habitação, e mesmo de desenvolvimento econômico, que desconexas dos impactos de umas sobre as outras, influenciam, em muito, as atitudes do cidadão comum para com sua cidade.

Retomando o exemplo da Lagoinha, encontra-se pendente a regulamentação da ADE – Área de Diretriz Especial, e quando isso for ocorrer será necessário se considerar a especificidade da paisagem por seu caráter tradicional e popular, onde se expressam conjuntamente componentes do patrimônio urbano e patrimônio imaterial. O patrimônio urbano da Lagoinha é também fruto da expressão imaterial das práticas do habitar popular e de forma

recíproca, estas práticas (técnicas do homem), são constituídas por meio de suas sistemáticas replicações ao longo do tempo.

Assim, nesta paisagem urbana tradicional, e mesmo em outras onde o habitar popular está a exprimir suas mensagens, o desafio posto é a construção de políticas atentas à reciprocidade desta relação dos indivíduos com a paisagem, não perdendo de vista a responsabilidade que cabe ao Estado neste processo, de acordo com o que aqui foi refletido.

## BIBLIOGRAFIA

**ABIKO, Alex Kenya.** *Introdução à Gestão Habitacional.* Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo. 1995. disponível em <http://publicacoes.pcc.usp.br/PDF/ttcap12.pdf>

**ADORNO, Theodor W.** *Mínima Moralía: Reflexões a partir da vida danificada.* Ática. 2<sup>o</sup> edição. 1992.

**ADORNO, Theodor W.** *Mínima Moralía: Reflexões a partir da vida danificada.* Ática. 2<sup>o</sup> edição. 1992. apud **ALVES, Ana Paola da Silva** *Contribuições da arquitetura para a "indústria cultural" de Theodor Adorno e Max Horkheimer.* Dissertação de Mestrado FAFICH UFMG, 2006.

**ALVES, Ana Paola da Silva.** *Contribuições da arquitetura para a "indústria cultural" de Theodor Adorno e Max Horkheimer.* Dissertação de Mestrado FAFICH UFMG, 2006.

**ARANTES, Antonio Augusto.** *O Que é Cultura Popular.* São Paulo Editora Brasiliense. 1981.

**BARRETO, Abílio.** *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva.* Fundação João Pinheiro, prefeitura de Belo Horizonte, 1996 vol. 1. História Antiga.

\_\_\_\_\_. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva.* Fundação João Pinheiro, prefeitura de Belo Horizonte, 1996 vol. 2. História Média.

**BARRIO, Antonio Sanchez Del.** *Arquitetura popular.* Valladolid: Castilla. s.d.

**BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott.** *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Unesp, 1997

**BERQUE, Augustin.** *Introduction.* In: **BERQUE, A. (ed.).** *Cinq propositions pour une théorie du paysage.* Seyssel: Champ Vallon, 1994

\_\_\_\_\_. *Milieu, trajet de paysage et déterminisme géographique.* L'espace géographique. 1985

**BOITO, Camillo.** *Os Restauradores.* Tradução de Beatriz Mugayar Kühl, Paulo Mugayar Kühl Coleção Artes & Ofícios nº 3. Ateliê Editorial, São Paulo, 3ª edição, 2003.

**BONDUKI, Nabil.** *Origens da habitação social no Brasil.* São Paulo Estação Liberdade 2004.

**BURKE, Peter.** *Cultura popular na idade moderna. Europa 1500-1800.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**BUTMAN, Judith; ALLEGRI, Ricardo F.** *A Cognição Social e o Córtex Cerebral* Psicologia Reflexão e Crítica .; Vol. 14, Núm. 002, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

**CANCLINI, Néstor Garcia.** *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: EDUSP, 2003.

**CHAUÍ, Marilena,** *Convite à Filosofia.* Ed. Ática, São Paulo, 2000

**CHOAY, Françoise.** *A alegoria do patrimônio* tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo. 2001

**CLAVAL, Paul.** *A paisagem dos geógrafos* in *Paisagens, textos e identidade.* Organizadores: Roberto Lobato Correa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro. 2004.

**COSGROVE, Denis E.** *Social Formation and Symbolic Landscape.* London. Sydney: Croom Helm, 1984.

**CURY Isabelle.** (org) *Cartas Patrimoniais* Coleção Edições do Patrimônio IPHAN, Brasília, 3ª edição. 2004.

**CZAJKOWSKI, Jorge.** *Guia da arquitetura art decó do Rio de Janeiro.* / Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. 3ª edição. Casa da Palavra. Rio de Janeiro. 2000.

**DUNCAN, James.** *The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom.* Cambridge. 1990

**ENGLISH, Paul Ward; WAYFIELD, Robert C.** *The Cultural Landscape. In Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography.* New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972

**FEATHERSTONE, Mike.** "Culturas globais e culturas locais" in **FORTUNA, Carlos** (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, editora Celta 2001.

**FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo.** *Patrimônio histórico e cultural.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

**FURTADO, Fernanda.** *Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos.* In: SANTORO, Paula (Org.). *Gestão social da valorização da terra.* São Paulo: Instituto Pólis, 2005. Caderno Pólis, 9

**GIOVANNONI Gustavo,** *Dal capitello allá città.* Milano:Jaca books, 1996.  
\_\_\_\_\_ *Questioni di Architettura nella Storia e nella Vita.* Roma: D'Arte, 1929.

**GOUROU, Pierre.** *Pour une géographie humaine.* Paris, Flammarion, 1973.

**GUIMARÃES, Berenice Martins.** *Cafuas, barracos e barracões:* Belo Horizonte, cidade planejada. 1991.

**HALEVY, Jean Pierre.** *Patrimônio Mundial no Brasil* 3ed. Brasília UNESCO. Caixa Econômica Federal. 2004.

**HEIDEGGER, Martin.** *Construir, habitar, pensar* in *Ensaio e Conferências.* Tradução Emmanuel Carneiro. Editora Vozes . Petrópolis 2008

**KAPP, Silke.** *Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia.* Cinco textos sobre arquitetura, organização Maria Lúcia Malard. Editora UFMG 2005

**JACQUES, Paola Berenstain.** *Estética da Ginga.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007

**JUNTA DE ANDALUCIA.** *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem.* 1 ed. Madri: Junta de Andalucia. Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008

**LE GOFF, Jacques.** *História e memória .* tradução Bernardo Leitão Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

**LEMOS, Carlos A. C.** *Alvenaria Burguesa: Breve história da arquitetura residencial de tijolos de São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café.* 2ª edição revista e ampliada. Nobel. São Paulo.1989.

\_\_\_\_\_ *O Que É Arquitetura.* editora Brasiliense. 1989.São Paulo.

\_\_\_\_\_ *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café* editora EDUSP 1999.

**LEPETIT, Bernard.** *É possível uma hermenêutica Urbana?* in *Por uma nova história urbana.* Editora Universidade. São Paulo. 2001.

**MACHADO, Heloisa Guaracy ; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela L .** *A Lagoinha no Contexto do Desenvolvimento Urbano da Cidade de Belo Horizonte.* Revista Contexturbano, BELO HORIZONTE, v. 3, p. 51-65, 1993

**MARICATO, Ermínia (org).** *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982

**MARTINS, Fátima de Macedo.** *Arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural.* UNB. 2004. Dissertação de mestrado. FAU UNB

**MONT MOR, Roberto.** *As teorias Urbanas e o planejamento Urbano no Brasil.* In: **DINIZ, Clélio Campolina.** (org.). *Economia Regional e Urbana – Contribuições recentes.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006,

**MORAES, Fernanda Borges de Aarão Reis -** *Idealismo e Progresso.* Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 1, n. 81, p. 51-55, 1998.

**MORAES, Fernanda Borges de. PEREIRA, Maria de Lourdes.** *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural do Bairro Lagoinha em Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1995.

**MUMFORD, Lewis.** *A Cidade na Historia.* MARTINS FONTES. São Paulo 1998.

**NORA, Pierre.** *“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”*, In: *Projeto História.* São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

**NORBERG-SCHULZ. Christian.** *Genius Loci.* New York: Rizzoli, 1980.

**PEDERSOLI, Aurora.** *Uma conceituação de recuperação urbana para o bairro da Lagoinha.* Belo Horizonte: Monografia do Urbanismo; coleção Belo Horizonte. 1992

**PEIXOTO Nelson Brissac.** *Paisagens Urbanas*. 3 edição revisada e ampliada. editora SENAC. 2004.

**PIROLI, Wander.** Lagoinha, meu amor (II) in *Lagoinha*. 2º edição. Belo Horizonte. Editora Conceito 2003 .

**PLAMBEL.** A estrutura urbana da RMBH 1986. Plambel. Belo horizonte, 1986. volumes 1 e 2.

**PULS, Mauricio.** *Arquitetura e filosofia*. São Paulo, Annablume, 2006.

**QUEIROZ, Luiz César.** *A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

**RIBEIRO, Núbia Braga.** *Os Silêncios e tantas histórias*. Acesso em 18/10/2008 in: <http://orbita.starmedia.com/~pedreirabh/silencio.html>

**ROLNIK, Raquel.** *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. FAPESP, Estúdio Nobel. 2003. São Paulo.

**RUSKIN John.** *A Lâmpada da Memória*. Apresentação: **PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan**. Coleção Artes & Ofícios. (org) Ateliê Editorial, 2008.

**RIBEIRO, Rafael. W.** *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

**ROGER, Alain.** *Court Traité du Paysage*. Paris.1997.

**SANTOS, Milton.** *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. Hucitec.São Paulo 1988

\_\_\_\_\_ *A natureza do espaço. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* 4. edição. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

**SAUER, Carl O** *The Morphology of Landscape(1925)*. In **AGNEW, J; LIVISNGSTONE, D. N.; ROGERS, A.** (org) *Human Geography: An Essencial Anthology*. /Oxford.1996

**SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO.** *Das Remoções à Célula Urbana: evolução urbano-social das favelas do rio de janeiro.* 2003. Rio de Janeiro, Prefeitura Rio.

**SENNETT, Richard** *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental.* Editora Record. 4ª edição. 2006.

**Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: PLAMBEL 1979

**SILVA, Regina Helena Alves da.** *A cidade de Minas. In: Cenas: Belo Horizonte.* Belo Horizonte: PBH, 1994

**SILVEIRA, Brenda.** *Lagoinha a cidade encantada.* Ed. da autora - Recursos da lei municipal de incentivo a cultura 6493/93, 2005

**SITTE, C. A** *Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos.* Organização e Apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, tradução de Ricardo Ferreira Henrique, editora Ática, São Paulo, 1992.

**TUAN, Yi- Fu.** *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* Difel. São Paulo. 1980.

**VIEIRA, Natália Miranda.** *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas.* Tese de doutorado publicada em 2008 pela Editora Universitária da UFPE.

**VILLAÇA, Flávio.** *Espaço Intra-urbano no Brasil.* São Paulo. Studio Nobel. 2 ed. 2001.

#### **Páginas da Web:**

**ABRAMO, Pedro.** *Características de Funcionamento do Mercado Informal de Solo: uma perspectiva latino americana.* IPPUR / UFRJ Rio de Janeiro , disponível em  
<[http://www.socialpolis.eu/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13&Itemid=199](http://www.socialpolis.eu/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13&Itemid=199)> Acesso em 05/06/2010

**FREITAS, Marcel de Almeida** mostra a influência de trabalhadores italianos na elaboração de projetos e construção de importantes edifícios da capital. disponível em  
<[http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI2008](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI2008)

1029100438.pdf> e em  
<[http://www.ponteentreculturas.com.br/media/textos\\_palestras/A\\_influencia\\_da\\_Imigracao\\_italiana\\_na\\_arquitetura\\_de\\_BH.pdf](http://www.ponteentreculturas.com.br/media/textos_palestras/A_influencia_da_Imigracao_italiana_na_arquitetura_de_BH.pdf)> Acesso em 05/06/2010

**FREIRE-MEDEIROS Bianca** *Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus.* Escudos Históricos, Rio de Janeiro, n<sup>o</sup> 38, julho-dezembro de 2006, p. 49-66. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2266/1405>> Acesso em 05/06/2010

**FUNARI, Pedro Paulo.** *Lazer, Patrimônio e Turismo: algumas considerações.* Revista Eletrônica Patrimônio Lazer e Turismo do mestrado em gestão de negócios da UNISANTOS. Consultado em 29/07/09 in <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=26>> Acesso em 05/06/2010

HAMARD Jean Pierre. *O preço do solo urbano* revista Invest n<sup>o</sup> 2, de Abril de 2005 disponível em

<[http://www.revistainvest.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=82:o-preco-do-solo-urbano-por-jean-pierre-hamard&catid=50:analiseopinio&Itemid=50](http://www.revistainvest.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=82:o-preco-do-solo-urbano-por-jean-pierre-hamard&catid=50:analiseopinio&Itemid=50)> Acesso em 05/06/2010

**KAPP, Silke; DOS SANTOS, Ana Paula Baltazar; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena.** *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional.* Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte. v. 4, p. 34-42, 2006. Disponível em <[http://www.arquitetura.ufmg.br/mom/05\\_biblioteca/acervo/kapp\\_ponto.htm](http://www.arquitetura.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/kapp_ponto.htm)>. acesso em 03/06/2008

**KUSHNIR Beatriz.** *Da manchete à notinha de canto: os furtos do patrimônio público, a privatização dos acervos do cidadão.* Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST. disponível em

<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/42/22>>. Acesso em 05/05/10

**MONTEIRO, Marcelo.** O avô das favelas. 2004. Disponível em

<[http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=63&from\\_info\\_index=6&sid=4](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=63&from_info_index=6&sid=4)> Acesso em 05/06/2010

**MONT MOR, Roberto, ALMEIDA Luiz Felype Gomes de.** *Formação e recuperação de “mais-valias fundiárias urbanas”: das esferas do debate ao caso do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.* Disponível em

<[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A039.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A039.pdf)> Acesso em 05/06/2010

**MONT MOR, Roberto.** *As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil* disponível in <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper35.pdf>> Acesso em 05/06/2010

**PELEGRINI, Sandra C. A.** *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.* *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2006, vol.26, n.51, pp. 115-140. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01882006000100007. disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100007&script=sci_arttext).> acesso em 02/02/ 2010.

**VALLADARES, Licia do Prado.** *A Invenção da Favela.* 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

\_\_\_\_\_ *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais.* *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 15 No 44. outubro.2000 disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>>. acesso em 09/02/2010.

**VILLAÇA, Flávio.** *A Crise do Planejamento Urbano.* São Paulo em perspectiva. 1995. disponível em: <[https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02\\_07.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_07.pdf)> acesso em 09/02/2010.

**RIBEIRO, Renilson Rosa.** *Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora.* 2004 Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=11>> Acesso em 05/06/2010

Neste artigo o autor trabalha com o artigo de **NORA, Pierre.** *Entre memória e história: A problemática dos lugares.* revista Projeto História. São Paulo, PUC – SP n.10, pág 7-28. 1993.

**SILVA, Frederico Barbosa da. ARAÚJO, Herton Ellery . SOUZA, André Luis.** *Gasto e Consumo das famílias brasileiras contemporâneas.* cap. 3 - *O Consumo Cultural das Famílias Brasileiras.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2006 p. 105.

<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumov2/09\\_Cap03.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumov2/09_Cap03.pdf). > Acesso em 02/02/ 2010. Acesso em 02/02/2010.

**SMITH, William.** A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology. Boston, Little Brown and co., 1867, p. 241-242. disponível em <<http://www.ancientlibrary.com/smith-bio/1349.html>>, acesso em 27/02/ 2010.

**SOUZA, Maria Adélia Aparecida de.** *Cidade: Lugar e Geografia da Existência.* texto produzido durante a revisão do plano diretor de Belém em 2005 disponível em <[http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA\\_DA\\_EXISTENCIA\\_TEXTO\\_MARIA\\_ADELIA.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA_DA_EXISTENCIA_TEXTO_MARIA_ADELIA.pdf)> Acesso em 05/08/2008

**ZANCHETI, Silvio Mendes** A conservação urbana integrada tem origem na experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, iniciada nos últimos anos da década de 60, conforme artigo publicado no atelier Sirchal realizado em 10 de maio de 2000 em Salvador. Disponível em <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>> Acesso em 10/06/2010

**CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS** - Declaração do México de 1985, Disponível em

<<http://embarecr.com/cartas%20patrimoniais/documentos/Declaracao%20do%20Mexico.pdf>> Acesso em 05/06/2010

**CURSO DE CAPACITAÇÃO DIRETRIZES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**, disponível em

<[www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc.../34-apostila-diretrizes](http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc.../34-apostila-diretrizes)> Acesso em 05/05/10.

**DIÁRIO OM. BELO HORIZONTE.** Ata da reunião ordinária de 14 de fevereiro de 2007 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH). disponível em <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=959125>>. Acesso em 25/10/2008.

IPHAN - PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009, Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1070>>. Acesso em

15/06/2010.

**PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH.** disponível em

<[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=9086&lang=pt\\_BR&pg=5922&taxp=0&idConteudo=16812&chPlc=16812](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=9086&lang=pt_BR&pg=5922&taxp=0&idConteudo=16812&chPlc=16812)> consultado em 25/10/2008

**UNESCO** -Recomendação de Paris de Paisagens e sítios na 12ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 12 de dezembro 1962. Disponível em

<<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/81.pdf>> Acesso em 16/06/2010,

**UNESCO.** Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em <http://www.unesco.org.br/publicacoes/docinternacionais/doccultura>. Acesso em 13/06/2008

**UNESCO** - 19ª Sessão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de 26 de novembro de 1976. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>> Acesso em 05/06/2010

**UNESCO** - Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular promulgada a partir da Conferência Geral da UNESCO - 25ª Reunião PARIS em 15 de novembro de 1989. Acesso em 05/06/2010

### **Matérias de tv e jornal:**

*Vão requerer mandado de segurança as inquilinas da zona bohemia.* Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte. 7-12-1938 pág 10

Matéria Morro da Providência no site youtube:

<http://www.youtube.com/watch?v=YHDzton3gic>.consultada em 15/ 02/ 2010

<http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1574&IdCanal=4&IdSubCanal=&IdNoticia=134018&IdTipoNoticia=1>. A rainha conga mais antiga de Belo Horizonte, uma mestra da cultura popular reconhecida com o "Prêmio Culturas Populares 2009.